



**unimadeiras**  
A FLORESTA É A NOSSA VIDA



# RELATÓRIO E CONTAS 2025



**unimadeiras**  
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

## GRUPO UNIMADEIRAS

---



**unimadeiras**  
A FLORESTA É A NOSSA VIDA



**unifloresta**  
CERTIFICAÇÃO FLORESTAL



**unipellets**  
VALUING BIODIVERSITY

# ÍNDICE

<i>MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</i>	04
<b>02. GRUPO UNIFLORESTA</b>	06
<b>03. POLÍTICA FLORESTAL E DE ABASTECIMENTO DA UNIMADEIRAS</b>	13
<b>04. RELATÓRIO DE GESTÃO UNIMADEIRAS</b>	14
<b>A) ANÁLISE ESTRATÉGICA AO DESEMPENHO DA UNIMADEIRAS</b>	15
<b>B) SUMÁRIO FINANCEIRO</b>	17
<b>C) ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	19
<b>D) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	23
<b>E) PERSPECTIVAS PARA O FUTURO</b>	25
<b>F) ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	27
<i>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</i>	59
<b>06. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE</b>	64
<b>I) ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO</b>	68
<b>II) ESTRATÉGICA ESG 2025-2030</b>	71
<b>III) STAKEHOLDERS E GESTÃO DO RISCO CLIMÁTICO</b>	82
<b>IV) MONITORIZAÇÃO, KPIS E LINHA TEMPORAL</b>	86
<b>V) PEGADA DE CARBONO</b>	89
<b>VI) ANEXOS TÉCNICOS</b>	94
<i>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</i>	97
<i>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO UNIMADEIRAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</i>	127

# MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## **Senhores Acionistas:**

O ano de 2025 representou para a Unimadeiras a consolidação de um novo ciclo iniciado em 2024, marcado por uma reorganização estrutural e pelo reforço dos fundamentos de governação e de gestão da empresa. Após um período de transformação interna, 2025 foi um ano de maior foco na execução, na eficiência operacional e na criação de valor sustentável para os acionistas.

A estruturação do Grupo em unidades de negócio com focos distintos permitiu reforçar a especialização, a clareza estratégica e a capacidade de resposta a um mercado cada vez mais exigente. Este modelo proporciona melhores condições para a otimização das operações, para uma leitura mais rigorosa do desempenho de cada área de negócio e para uma gestão mais prudente dos riscos associados à atividade.

Ao longo do ano, continuámos a investir na melhoria dos nossos processos logísticos e na modernização da cadeia de abastecimento, com o objetivo de aumentar a eficiência, a fiabilidade do serviço e a competitividade da Unimadeiras junto dos seus clientes industriais. Estes investimentos são estruturais para assegurar a sustentabilidade económica da empresa num contexto de crescente pressão sobre custos e margens.

A aposta na sustentabilidade enquanto eixo central da nossa visão estratégica revelou-se particularmente pertinente num ano em que, logo no início, o país e a Europa foram confrontados com uma sucessão de fenómenos climáticos extremos, com impactos relevantes sobre os ecossistemas florestais, as cadeias de abastecimento e os territórios. Estes acontecimentos, para além da sua dimensão humana e ambiental, reforçam a necessidade de modelos de gestão florestal mais resilientes, responsáveis e preparados para um contexto de maior incerteza climática.

Mantivemos como princípio estruturante da nossa atuação a gestão responsável dos recursos florestais. As certificações FSC® e PEFC continuam a ser um referencial essencial da nossa forma de operar, assegurando aos nossos clientes e parceiros que a matéria-prima comercializada cumpre critérios reconhecidos de sustentabilidade e rastreabilidade. Este posicionamento é hoje um fator crítico de competitividade no mercado europeu.

No domínio da energia de base florestal, a Unipellets reforçou o seu contributo para a valorização de subprodutos da fileira e para a disponibilização de soluções energéticas renováveis à indústria, alinhadas com os objetivos de redução da intensidade carbónica dos processos produtivos.

Em 2025, prosseguimos igualmente o reforço da nossa agenda de sustentabilidade, integrando de forma progressiva preocupações ambientais, sociais e de governação no modelo de gestão da empresa. Esta evolução responde às expectativas dos mercados, dos financiadores e da sociedade, e é entendida como um fator crítico de criação de valor no médio e longo prazo.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), iniciada em 2024, contribuiu para elevar o rigor, a transparência e a comparabilidade da informação financeira da Unimadeiras, reforçando a credibilidade da empresa junto dos seus stakeholders e criando melhores condições para o seu posicionamento futuro em contextos de financiamento e investimento.

A Unimadeiras entra neste novo ciclo com uma base acionista sólida, uma equipa mais preparada para os desafios do setor e uma visão estratégica orientada para o crescimento responsável. Num contexto marcado por volatilidade económica, pressão regulatória e impactos crescentes das alterações climáticas, reafirmamos o nosso compromisso com uma gestão prudente, com a valorização sustentável da floresta e com a criação de valor duradouro para os nossos acionistas.

O Conselho de Administração agradece a confiança contínua dos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros. O percurso da Unimadeiras é indissociável da floresta portuguesa e do território em que operamos. Continuaremos a trabalhar com responsabilidade, visão de longo prazo e sentido de missão.

**Unimadeiras: criar valor com a floresta, hoje, para garantir futuro amanhã.**

***O Conselho de Administração***



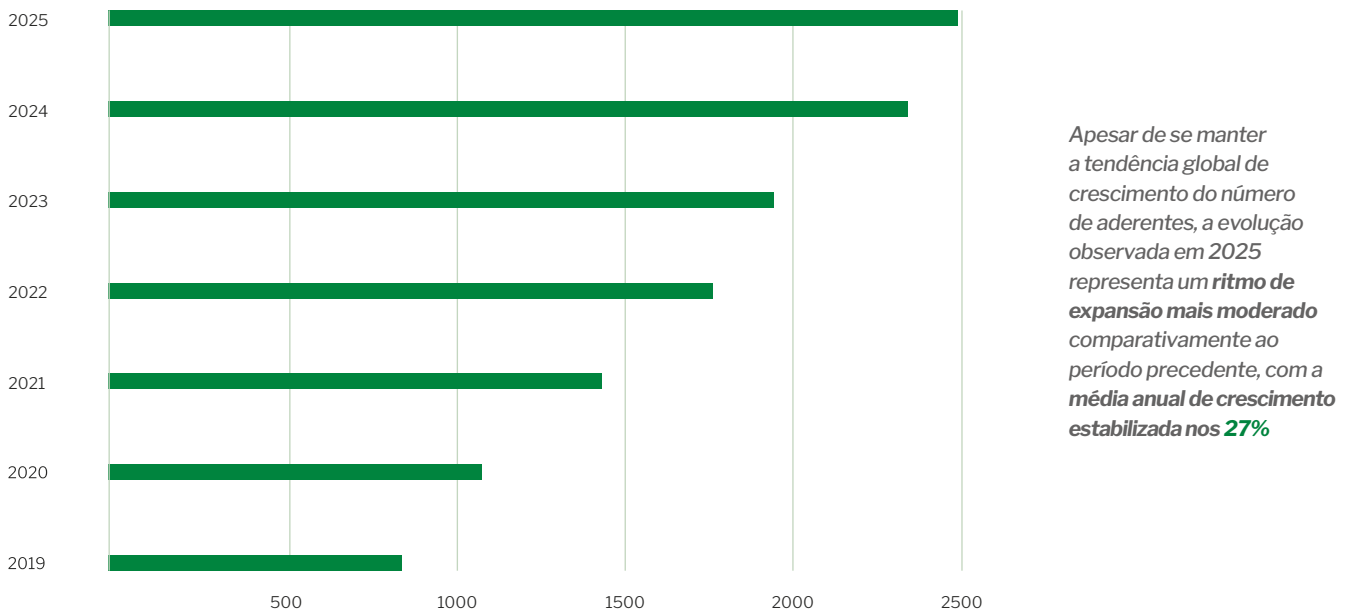
**02.**  
**GRUPO UNIFLORESTA**

---

## 2.1 EVOLUÇÃO DE ADERENTES E DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL

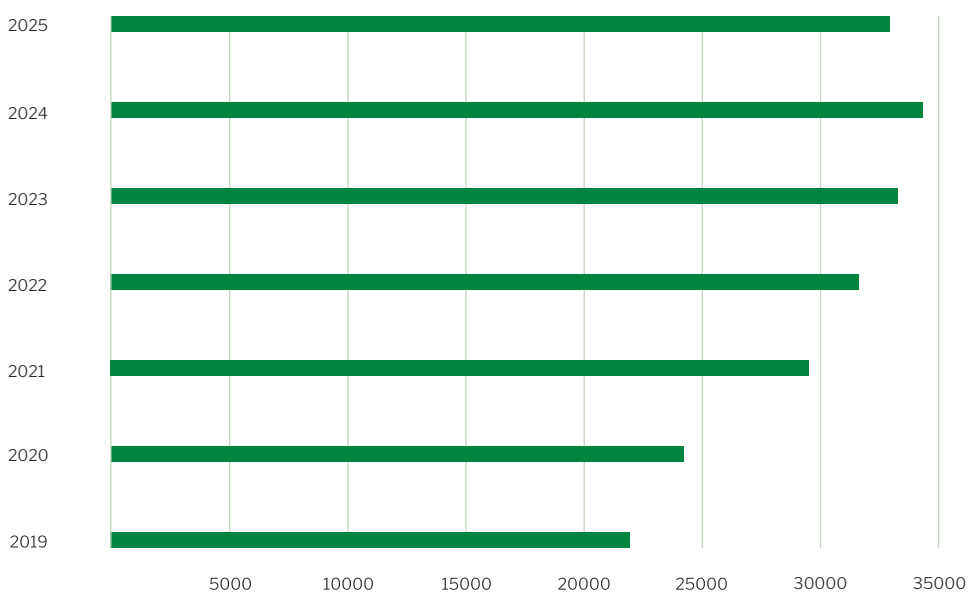
Em 2025, o Grupo Unifloresta registou a integração de **181 novos aderentes**, elevando o total para **2483 membros ativos**. A **área florestal certificada** sofreu uma redução marginal, situando-se nos **33 843 hectares**, distribuídos por **29 424 parcelas**, refletindo um ajustamento decorrente da saída líquida de áreas previamente integradas no sistema.

### Evolução do número de aderentes



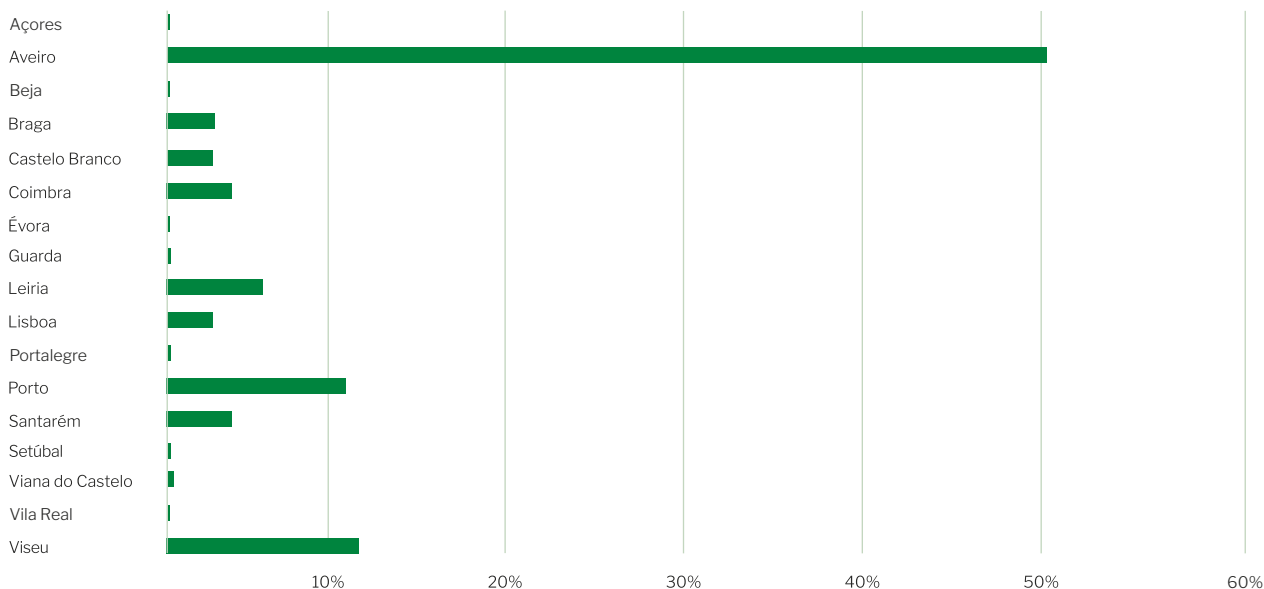
No que respeita à área certificada, a entrada de cerca de 3300 hectares de novas áreas foi insuficiente para compensar a perda de mais de 3900 hectares, resultando numa contração ligeira da superfície total.

### Evolução da área (valores em hectares)



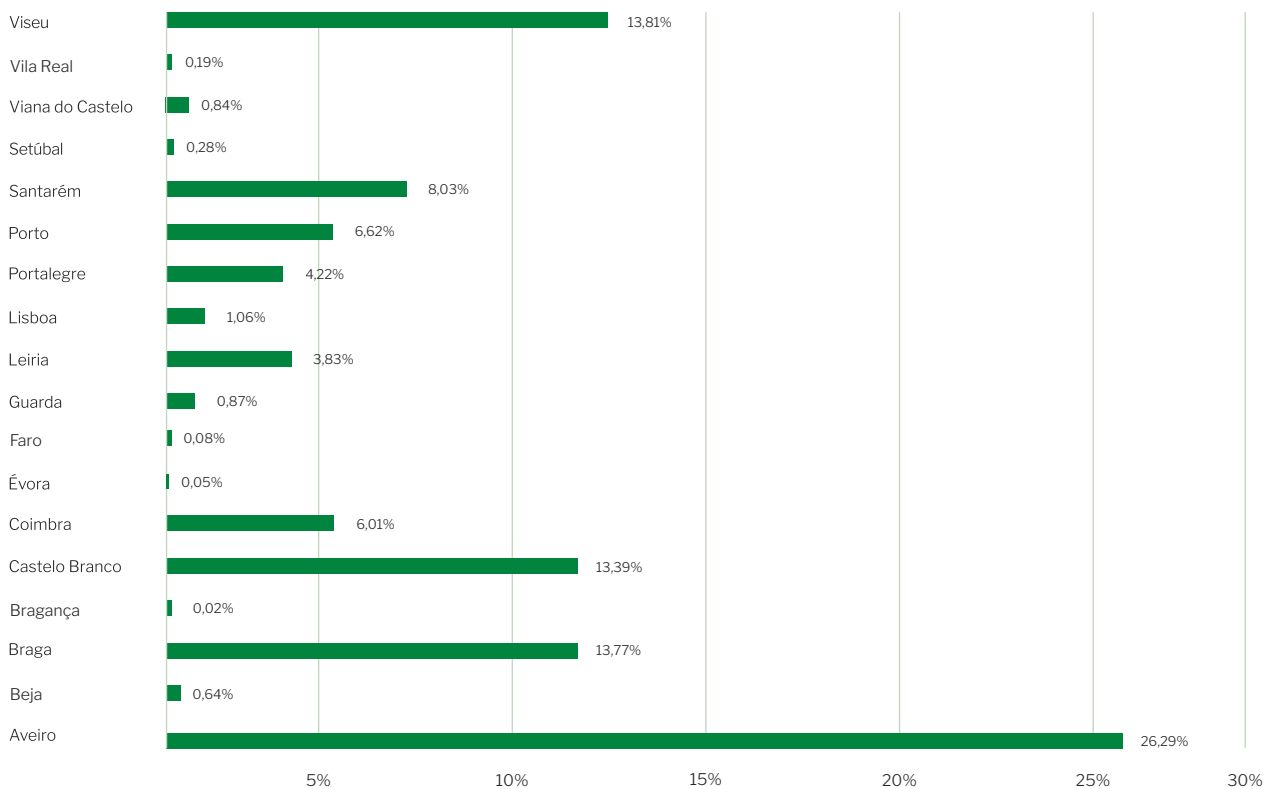
A análise da **distribuição espacial dos aderentes** evidencia uma concentração significativa no distrito de Aveiro, seguido por **Viseu, Porto e Leiria**, reforçando a importância destes territórios como núcleos estruturantes da atividade do grupo.

**Distribuição de aderentes por distrito** (valores em percentagem)



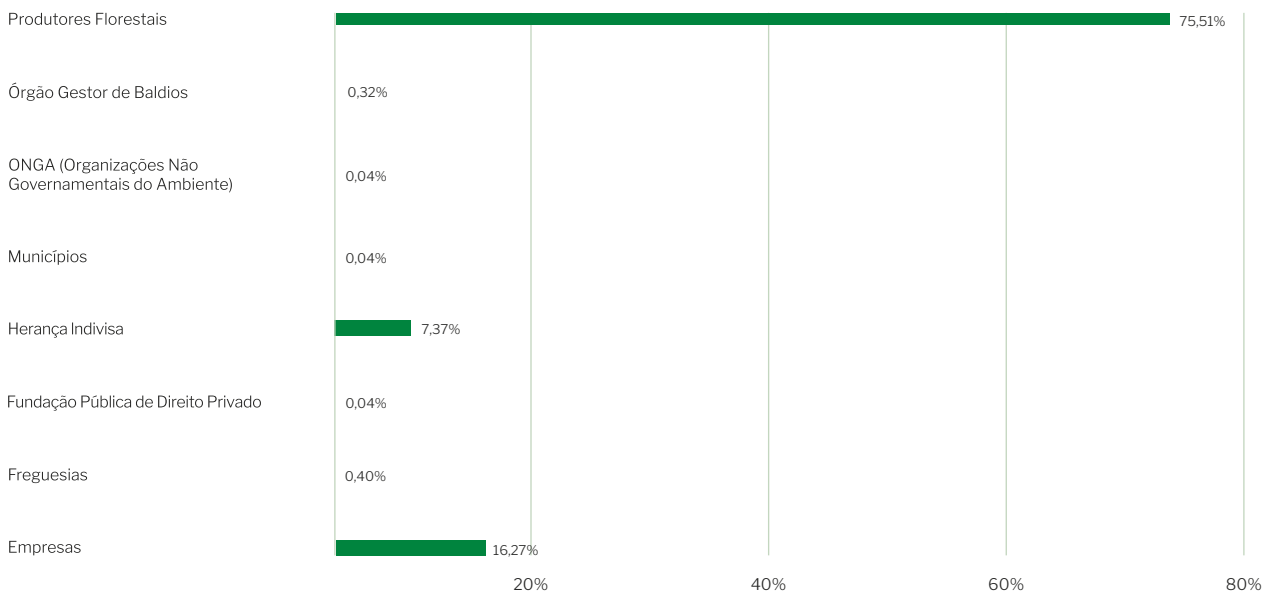
O grupo encontra-se representado em **172 concelhos**, com a seguinte distribuição de áreas, por distrito:

**Distribuição da área da unidade de gestão florestal do grupo Unifloresta, por distrito** (valores em percentagem)



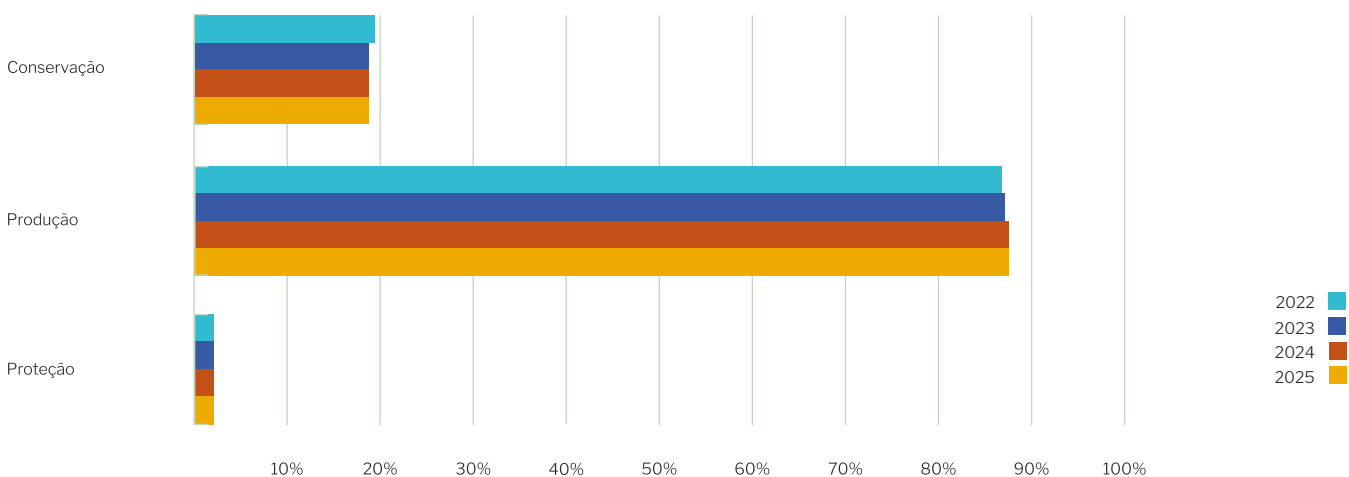
Mantem-se uma predominância de **proprietários privados individuais**, tipicamente **produtores florestais**, que constituem o segmento dominante do universo de aderentes.

### Tipologia de proprietários (valores em percentagem)



Quanto ao **objetivo de gestão florestal**, observa-se a continuidade do enfoque na **produção de madeira**, embora se verifique um ligeiro decréscimo na proporção de áreas afetadas à produção e conservação face ao período homólogo, sugerindo ajustamentos pontuais na afetação funcional dos povoamentos.

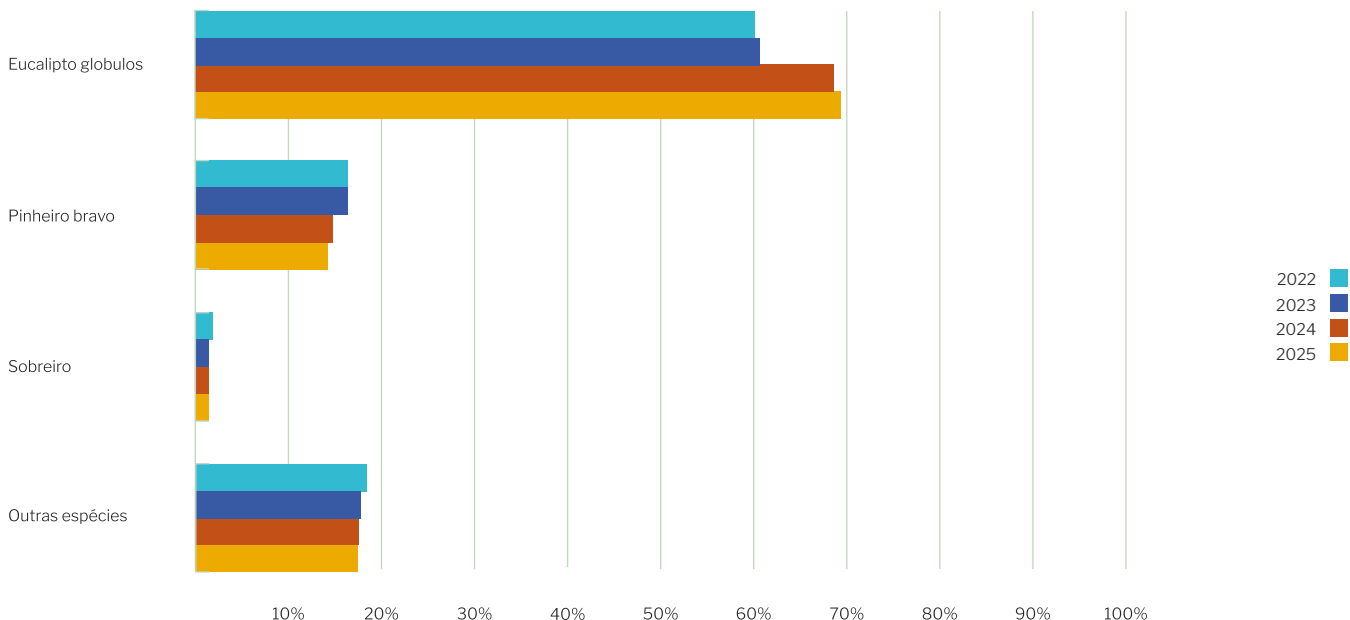
### Objetivos de gestão das propriedades (valores em percentagem de área)



No que respeita à **composição específica dos povoamentos de produção**, registou-se em 2025 uma **redução proporcional** das áreas ocupadas por **pinheiro bravo, sobreiro e outras espécies** e um ligeiro **incremento da área ocupada por eucalipto glóbulos**, que representa **68,81%** da área total de produção.

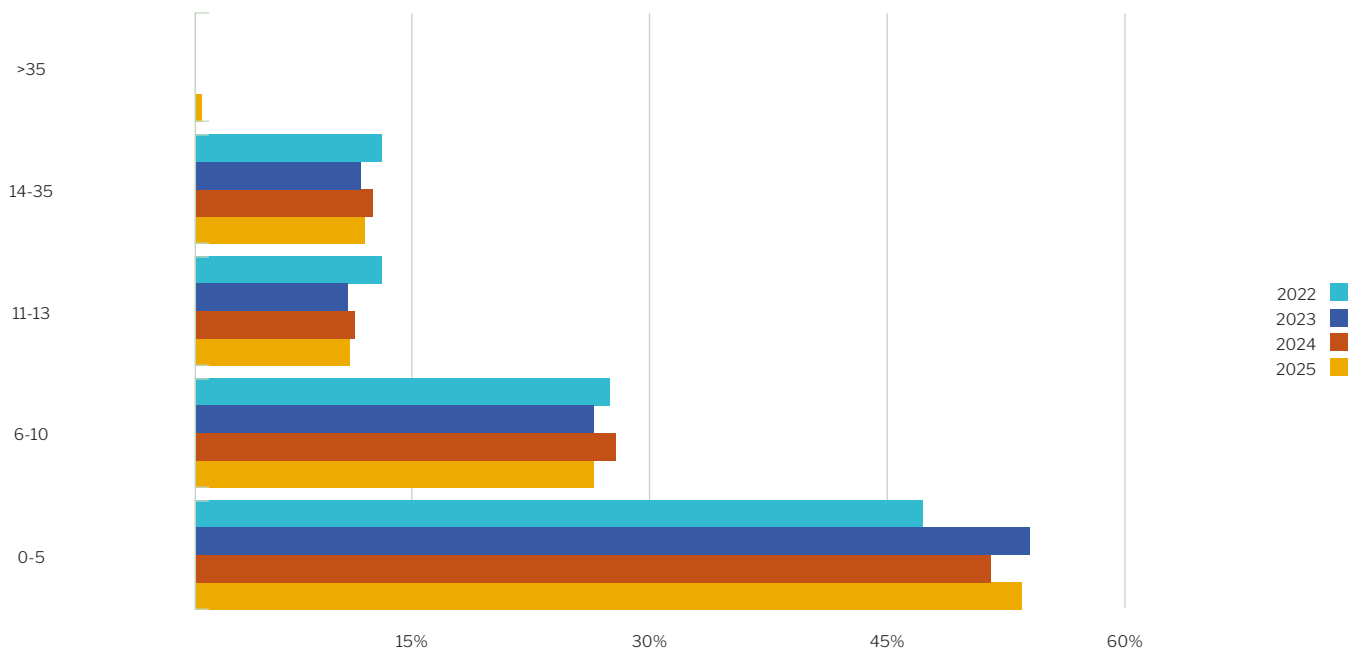
As áreas remanescentes distribuem-se entre **pinheiro bravo (10,78%)**, **sobreiro (2,84%)** e **outras espécies (17,57%)**, evidenciando uma especialização crescente da base produtiva em eucalipto.

**Ocupação do solo (valores em percentagem)**

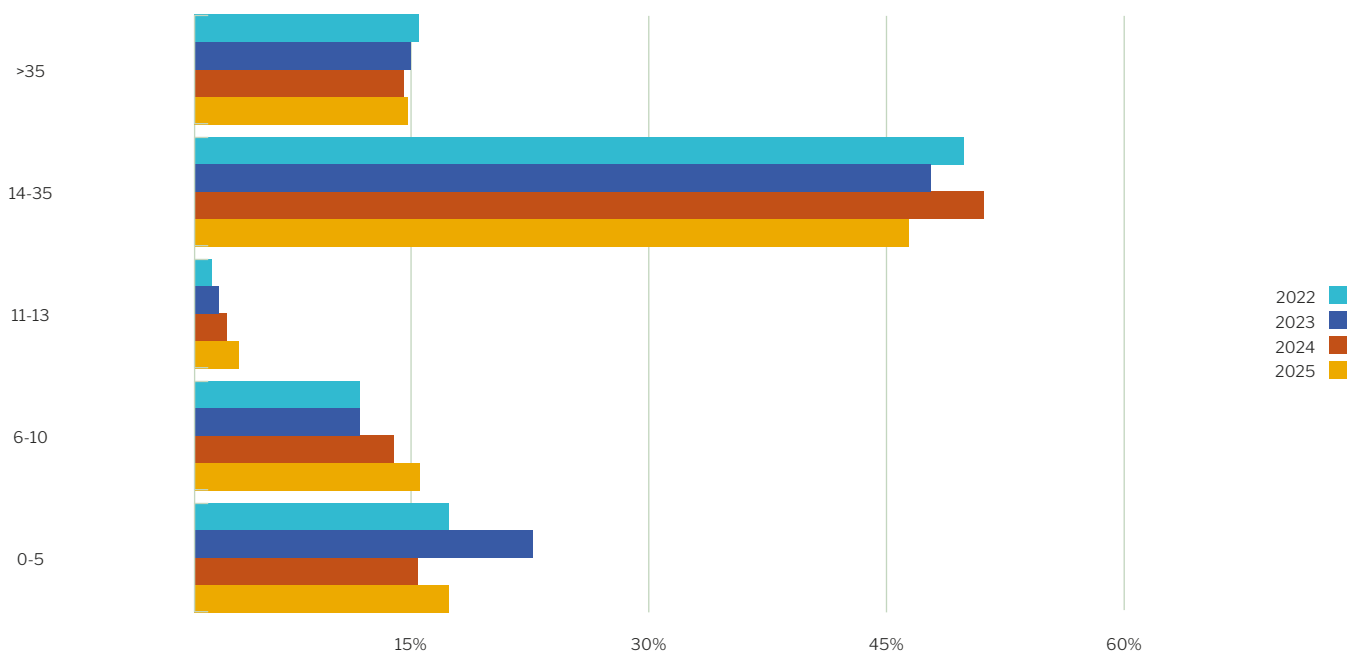


A análise da **estrutura etária dos povoamentos** de eucalipto e pinheiro bravo demonstra a manutenção das tendências estruturais observadas nos últimos anos: rejuvenescimento contínuo dos povoamentos de eucalipto e maior maturidade relativa dos povoamentos de pinheiro, refletindo diferenças nas rotações de corte e nos modelos de exploração aplicados.

**Média da idade dos povoamentos de eucalipto (valores em intervalos de anos)**



**Média da idade dos povoamentos de pinheiro** (valores em intervalo de anos)

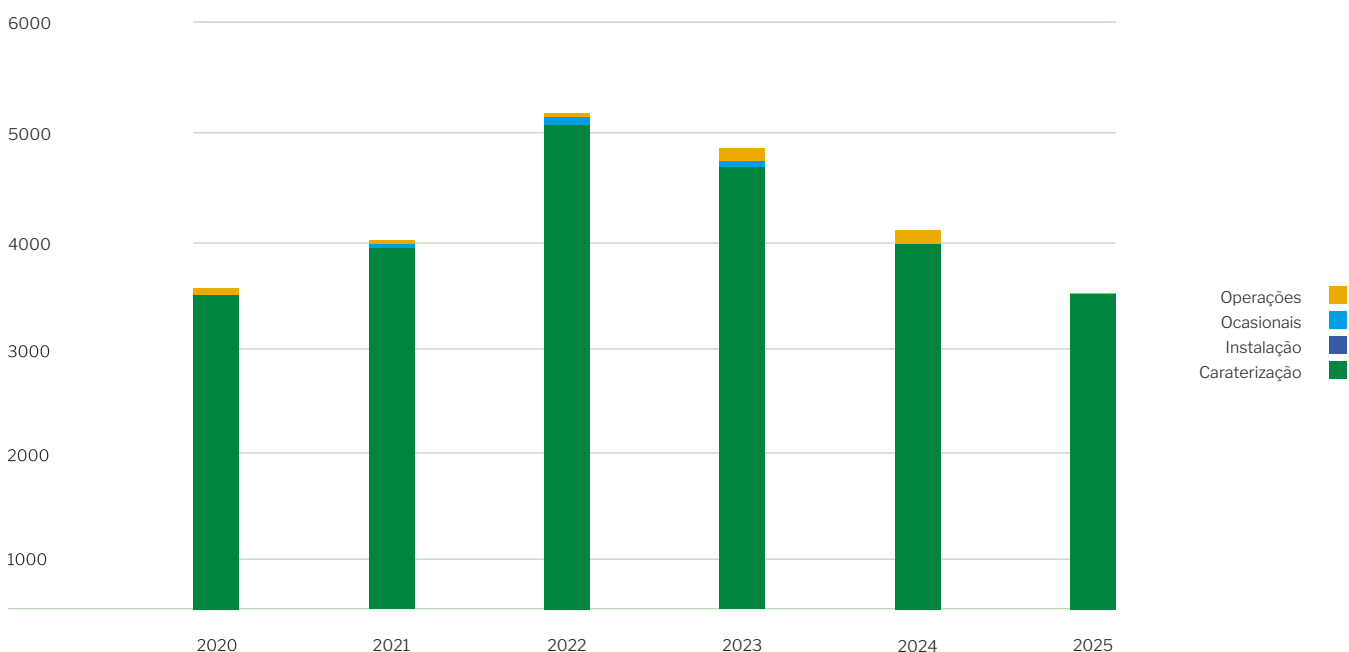


**2.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISTORIAS**

O ano de 2025 registou uma **redução marginal do número total de vistorias**, quando comparado com 2024. Esta variação resulta essencialmente da **diminuição do número de novas propriedades aderentes**, condicionando diretamente a necessidade de vistorias de carácter inicial.

As **vistorias de Caracterização** mantiveram-se como o segmento dominante da atividade inspetiva, enquanto as vistorias de **Instalação, Ocasionais** e de **Operações** apresentaram variações residuais, consistentes com a dinâmica operacional observada.

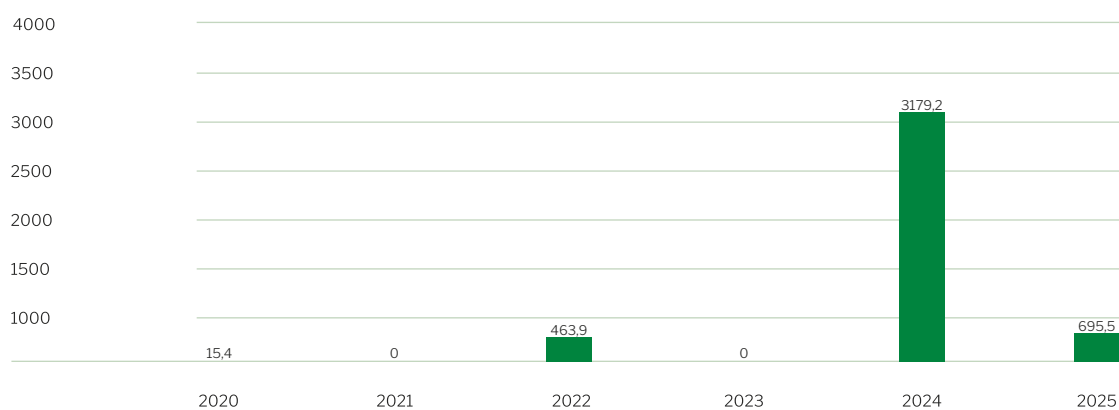
**Evolução do número de vistorias por tipo**



## 2.3 INCÊNDIOS FLORESTAIS

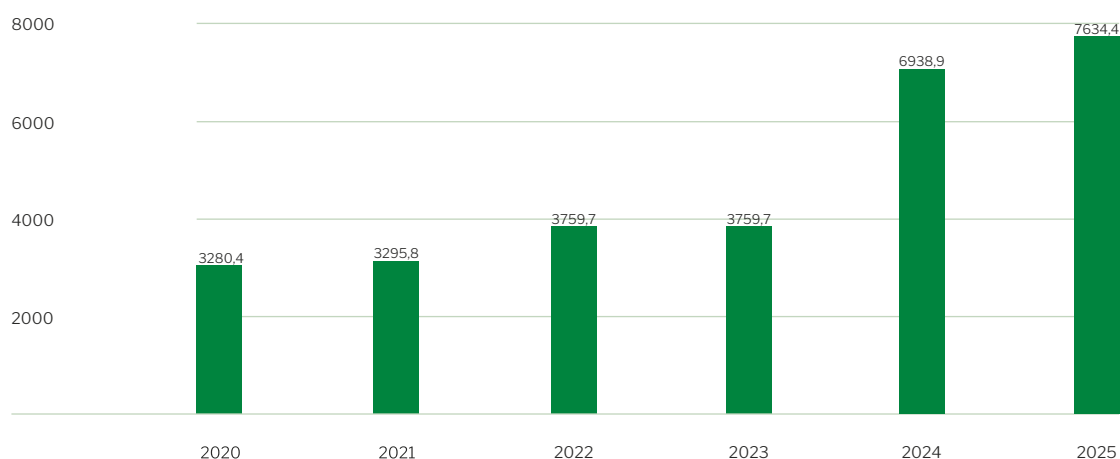
Em 2025, embora a área ardida tenha diminuído significativamente, **o acumulado desde 2020 ultrapassa 7634 hectares**, evidenciando o impacto estrutural que os incêndios têm exercido sobre o patrimônio florestal certificado do grupo.

### Evolução da área ardida na unidade de gestão florestal (valores em hectares)



A análise evolutiva demonstra que, apesar da ocorrência de anos com valores residuais de área ardida, os episódios extremos constituem o principal fator de incremento do valor acumulado, reforçando a necessidade de medidas preventivas e de mitigação cada vez mais robustas.

### Acumulado de área ardida na unidade de gestão florestal (valores em hectares)



# 03.

## POLÍTICA FLORESTAL E DE ABASTECIMENTO DA UNIMADEIRAS

---

A **UNIMADEIRAS – PRODUÇÃO, COMÉRCIO E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, S.A.**, suporta a sua estratégia de desenvolvimento da atividade florestal em princípios de sustentabilidade económica, responsabilidade social e compromisso ambiental, estabelecendo os objetivos e compromissos que a seguir se elencam e com os quais se comprometem também os aderentes dos grupos Unifloresta e Unigrupo:

- Promover a otimização da capacidade produtiva da floresta;
- Reconhecer e valorizar as externalidades positivas geradas;
- Implementar boas práticas de gestão florestal que salvaguardem os valores ambientais presentes;
- Contemplar as preocupações e expectativas das partes interessadas nas decisões de gestão;
- Cumprir a legislação portuguesa, regulamentos e normas de gestão e cadeia de custódia aplicáveis e incentivar o seu cumprimento por todos aqueles que desenvolvem atividades, comerciais e em áreas certificadas;
- Assumir um compromisso de longo prazo na gestão das florestas, consistente com os princípios e critérios da gestão florestal responsável e sustentável;
- Implementar e manter um sistema de gestão florestal, controlando e monitorizando as atividades desenvolvidas e procedendo à sua revisão numa abordagem de melhoria contínua;
- Assegurar as condições de saúde e segurança no trabalho recomendadas pela OIT aos trabalhadores e fornecedores de serviços;
- Garantir que não recorre a qualquer tipo exploração de trabalho infantil e proíbe e condena em absoluto as piores formas de trabalho infantil;
- Promover as boas e francas relações de trabalho entre todos os seus colaboradores, não permitindo quaisquer formas de trabalho forçado ou obrigatório, violência, práticas de gestão que possam conduzir à retenção de salários ou prémios, restrições à mobilidade, retenção de documentos de identificação ou ameaças de denúncia às autoridades;
- Não permitir qualquer tipo de discriminação no recrutamento, contratação, evolução profissional, oportunidades de formação, processos de consulta e atividades de gestão, com respeito ao género, religião, cultura, nacionalidade ou outras opções de carácter pessoal e foro privado dos seus colaboradores;
- Respeitar o direito dos seus colaboradores ao livre associativismo e à negociação coletiva;
- Não aceitar ou praticar quaisquer atos que configurem suborno em dinheiro ou qualquer outra forma, cumprindo a legislação anticorrupção aplicável.



**04.**  
*RELATÓRIO DE GESTÃO DA UNIMADEIRAS*

---

## **A) ANÁLISE ESTRATÉGICA AO DESEMPENHO DA UNIMADEIRAS**

### **4.1 PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS**

Em 2025, a Unimadeiras deu continuidade aos projetos iniciados em 2024, nomeadamente na consolidação da estratégia iniciada no ano anterior, aprofundando a modernização dos seus processos, com foco na eficiência operacional, na transformação digital e na gestão sustentável dos recursos. A celebração dos 50 anos serviu assim como impulso para um novo ciclo de desenvolvimento, orientado para o crescimento responsável e para a criação de valor a longo prazo.

### **4.2 PRINCIPAIS PROJETOS E INICIATIVAS**

#### **PARTICIPAÇÃO NO PRÉMIO NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE**

A responsabilidade ambiental e social, continua a ser o foco traduzida em iniciativas alinhadas com os princípios da sustentabilidade e procurando novas oportunidades para reforçar a sua presença em programas e distinções que reconhecem boas práticas ambientais, sociais e de governação. A participação no Prémio Nacional de Sustentabilidade no ano anterior representou um passo relevante neste caminho, servindo de incentivo à consolidação de projetos estratégicos e à valorização das boas práticas implementadas.

#### **FORMAÇÃO CONTÍNUA E SUSTENTABILIDADE**

Continuamos e ampliamos o âmbito das ações formativas e enfoque em conteúdos relacionados com sustentabilidade, digitalização dos processos e eficiência operacional. O programa evoluiu para incluir módulos especializados, sessões práticas e parcerias com entidades do setor, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais e para o fortalecimento da cultura organizacional assente na inovação e responsabilidade ambiental.

#### **REESTRUTURAÇÃO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO E OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE CAPITAL**

A Unimadeiras em 2025 prossegue este trabalho de otimização da estrutura de capital, consolidando os instrumentos financeiros contratados no ano anterior e avaliando novas oportunidades de financiamento que assegurem condições mais competitivas e alinhadas com a estratégia de crescimento sustentável. Este esforço contínuo visa fortalecer a resiliência financeira da Unimadeiras, melhorar a sua capacidade de investimento e garantir um perfil de endividamento mais equilibrado e adequado às exigências do setor.

Este movimento estratégico reforçou a posição da Unimadeiras como um parceiro financeiro sólido e confiável, contribuindo para a competitividade do setor florestal nacional e garantindo aos seus acionistas e fornecedores um acesso contínuo e mais equilibrado ao mercado.

### **4.3 TRANSIÇÃO PARA IFRS**

Em 2024, a Unimadeiras concluiu a adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), substituindo o referencial nacional SNC. Esta transição constituiu um passo estruturante no processo de modernização financeira da empresa, alinhando-a com práticas internacionais de governação corporativa e reforçando a sua preparação para um posicionamento mais competitivo nos mercados externos. Ao longo de 2025, os efeitos positivos desta mudança tornaram-se mais evidentes, refletindo-se na qualidade da informação financeira, na robustez do reporting e no reforço da credibilidade junto de stakeholders nacionais e internacionais.

#### **Subsidiária Criada em 2023 – Continuidade em 2025**

Recorde-se que, em 2023, e pela primeira vez na sua história, a Unimadeiras criou uma subsidiária sob gestão da holding. Em 2025, esta estrutura continua a contribuir para uma análise mais granular dos diferentes segmentos de negócio, reforçar a rentabilidade do grupo e apoiar a alocação de capital para áreas de maior margem e potencial de crescimento.

### **4.4 AUMENTO DE CAPITAL**

Em 2024, a Unimadeiras realizou uma operação de aumento de capital que contou com a adesão de mais de 80% dos seus acionistas. Este elevado nível de subscrição refletiu a confiança dos investidores na estratégia definida pela empresa, o reconhecimento da sua solidez financeira e o alinhamento com os objetivos de expansão e inovação do grupo. Em 2025, os efeitos positivos desta operação tornaram-se mais evidentes, permitindo reforçar a estrutura de capitais próprios, apoiar novos investimentos e consolidar a resiliência financeira da empresa num contexto de modernização e crescimento sustentável. O aumento de capital representou, assim, um contributo decisivo para a capacidade da Unimadeiras em executar projetos estruturantes e garantir uma trajetória de desenvolvimento contínuo.

### **4.5 COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA UNIMADEIRAS**

Em 2024, a Unimadeiras iniciou os preparativos para a celebração do seu 50.º aniversário, uma data especialmente simbólica que assinala meio século de crescimento sustentável, inovação e contributo para o desenvolvimento do setor florestal português. Em 2025, esta efeméride concretiza-se e assume particular relevância, não apenas como momento de celebração institucional, mas também como oportunidade para reforçar o compromisso da empresa com a excelência, a sustentabilidade e a criação de valor para acionistas, colaboradores, clientes e parceiros. As iniciativas comemorativas desenvolvidas ao longo deste ano têm como objetivo homenagear o percurso da organização, reconhecer quem contribuiu para a sua evolução e consolidar as bases para um novo ciclo de desenvolvimento, orientado para a modernização, competitividade e sustentabilidade futura.

## **AGRADECIMENTOS**

A Unimadeiras expressa o seu profundo agradecimento a todos os colaboradores, parceiros e acionistas que contribuíram para os resultados alcançados em 2025. O empenho, profissionalismo e confiança de todos foram fundamentais para consolidar um ano marcado pela modernização, pela sustentabilidade e pela celebração do 50.º aniversário da empresa. Com este apoio contínuo, a Unimadeiras mantém-se firme na construção de um futuro assente no crescimento responsável, na inovação e na valorização do setor florestal nacional, reforçando diariamente o compromisso com a excelência e a criação de valor para todas as partes interessadas.

## B) SUMÁRIO FINANCEIRO



**1.795,55 M€**

**EBITDA Positivo em 1,8M€**  
(margem de 2,34% sobre o volume de negócios)



**1.440 K€**

**Montante global do Financiamento via factoring**



**585,48 K€**

**Resultado atribuível à Unimadeiras ascende a 585K€**



**9.802,10 K€**

**Considerando o Factoring como Quasi Capital, a dívida ascende a 9,8M€**



**5.664,68 K€**

**Ativo fixo tangível ao justo valor de mercado**



**5,46x**

**Dívida Líquida EBITDA**



**0,30€**

**Valor do dividendo em 2025**



**1,76%**

**ROA**

A eficiência do ativo foi de 1,76%



**12,91 M€**

**Capital próprio positivo de 12,91M€**



**4,53%**

A eficiência Patrimonial teve uma yield consolidada acima dos 4%

	<b>2025 UNIMADEIRAS</b>
Margem Bruta	3826,90K€
EBITDA	1795K€
Margem EBITDA	2,34%
Amortizações e depreciações	-196K€
EBIT	1599K€
Margem EBIT	2,09%
Custos Financeiros	-654K€
Resultado Líquido do exercício	585K€

**EBITDA** = Vendas e prestações de serviços + Outros rendimentos operacionais - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas - Fornecimentos e serviços externos - Gastos com o pessoal - Perdas de imparidade de ativos financeiros - Outros gastos operacionais

**Margem EBITDA** = EBITDA/Volume Negócios

**EBIT** = EBITDA - Amortizações e depreciações - Provisões - Perdas de imparidade de ativos não financeiros

**Margem EBIT** = EBIT/Volume Negócios

## C) ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

(Euros)

Indicadores Contas Individuais	2024	2025
Vendas e serviços prestados	100.614.199	76.645.872
Crescimento das vendas	-13,8%	-23,8%
Capitais próprios	10.588.149	12.913.626
Rentabilidade dos capitais próprios	14,7%	4,53%
Rentabilidade das vendas	1,55%	0,76%
Ativo corrente	23.929.166	23.091.483
Passivo corrente	16.506.084	14.101.554
Fundo de maneo líquido	7.423.082	8.989.928
Liquidez geral	1,45	1,64
Ativo Total	34.285.310	33.340.483
Passivo Total	23.697.161	20.426.857
Autonomia financeira	30,9%	38,73%
Solvabilidade	44,7%	63,22%
Prazo médio de recebimentos	58 dias	64 dias
Prazo médio de pagamentos	19 dias	22 dias
EBITDA a)	3.787.196	1.795.546
Gastos de financiamento líquidos	1.109.409	654.897
Imposto sobre o rendimento (IRC)	932.961	358.405
Resultado líquido do período	1.558.325	585.482
Net Debt	13.114.589	11.242.418
Factoring	2.656.402	1.440.315
Net Debt Ex Factoring	10.458.187	9.802.102
Net Debt/EBITDA	3,46	6,26
Net Debt/(Net Debt Ex Factoring)	1,25	1,15
(Net Debt Ex Factoring)/EBITDA	2,76	5,46

a) **EBITDA** = Resultado antes de impostos, juros, gastos de depreciação e de amortização, perdas por imparidade e provisões.

## 4.6 VENDAS E MARGEM BRUTA

Em 2025, as vendas do Grupo registaram uma nova contração de 29%, aprofundando a tendência já observada nos exercícios anteriores — uma queda de 14% em 2024, após um decréscimo de 4% em 2023. Este comportamento reflete um contexto de ajustamento estrutural e uma reorganização do perfil de negócio, num ano marcado pelo início da consolidação integral das contas do Grupo, incluindo a Unipellets.

No exercício de 2025, o **Volume de Negócios consolidado** ascende a **78.310.467,82 euros**. Com a entrada em vigor da obrigação de consolidação plena, estes valores já refletem a eliminação das transações intragrupo, proporcionando uma imagem mais rigorosa e transparente do desempenho económico global do Grupo.

A Unipellets continuou a desempenhar um papel relevante na execução dos compromissos assumidos, em particular através da mobilização das 20.640 toneladas de existências valorizadas em 2024 para abastecimento de contratos que transitaram para 2025. Esta utilização de existências permitiu mitigar parcialmente o impacto da queda de vendas, garantindo a estabilidade operacional num contexto de procura mais reduzida.

A apresentação consolidada das contas em 2025 permite, pela primeira vez, avaliar de forma clara o contributo de cada unidade de negócio, bem como o grau real de rentabilidade do Grupo depois de eliminados os efeitos internos.

## 4.7 MARGEM EBITDA

Em 2025, o Grupo mantém esta tendência de solidez operacional, apresentando um **EBITDA consolidado de 1.830.472€**, que, embora inferior ao pico registado no exercício anterior, confirma a capacidade da organização para gerar resultados positivos num contexto de significativa redução das vendas (29%) e de ajustamentos estruturais decorrentes do início da consolidação plena das contas.

A melhoria consistente da margem EBITDA ao longo do período 2024–2025 evidencia:

- ganhos reais de eficiência operacional,
- maior disciplina na gestão de custos,
- melhor alinhamento entre áreas produtivas e comerciais,
- aproveitamento das sinergias entre unidades de negócio,
- e um modelo operacional mais resiliente e adaptado ao contexto de mercado.

## 4.8 FINANCIAMENTOS E ESTRUTURA DE CAPITAL

A autonomia financeira registou em 2025 uma melhoria significativa, alcançando **39%**, consolidando a tendência de reforço dos capitais próprios que já vinha sendo observada:

- **39% em 2025**
- **31% em 2024**

Este aumento expressivo demonstra uma maior capacidade de autofinanciamento do Grupo, uma diminuição relativa da dependência de capitais alheios e um reforço claro da estabilidade financeira num ano em que o volume de vendas sofreu uma redução de 29%.

O Grupo registou uma nova redução no seu endividamento líquido em 2025, que passou para:

- **11,610 M€ em 2025**, face a **13,657 M€ em 2024**

Esta redução é especialmente relevante num contexto de queda de receitas e confirma:

- disciplina financeira,
- maior eficiência na gestão do capital circulante,
- melhoria contínua da geração de cashflow operacional,
- efeito positivo do EBITDA consolidado de 1.830 M€.

A trajetória descendente do endividamento líquido reforça o perfil de solvência do Grupo e melhora a sua posição negocial perante instituições financeiras.

Em 2025, a dependência de financiamento através de factoring voltou a diminuir substancialmente, situando-se em:

- **1.44 M€ em 2025**, após **2,66 M€ em 2024**

Esta redução contínua demonstra:

- menor exposição a instrumentos de tesouraria de curtíssimo prazo,
- aumento da autonomia operacional,
- menor vulnerabilidade a custos financeiros variáveis,
- melhoria do ciclo de recebimentos e da liquidez.

#### **Síntese da posição financeira em 2025**

Os indicadores de 2025 confirmam um **reforço muito relevante da estrutura financeira**, mesmo num ano marcado por forte contração das vendas:

- Autonomia financeira próxima dos 39%, evidenciando maior robustez patrimonial;
- Endividamento líquido em queda pela **terceira vez consecutiva**, reforçando a sustentabilidade financeira;
- Dependência do factoring reduzida a níveis **historicamente mínimos**;
- EBITDA positivo e operacionalmente sólido (**1,83 M€**) num cenário de redução de 29% do volume de negócios.

## **4.9** *CICLOS DE PAGAMENTO E RECEBIMENTO*

Em 2025, o prazo médio de recebimentos diminuiu para **53 dias**:

- **53 dias em 2025**
- **54 dias em 2024**

O prazo médio de pagamentos diminuiu ligeiramente para **25 dias em 2025**:

- **25 dias em 2025**
- **18 dias em 2024**

## 4.10 RENTABILIDADES DIVERSAS

A rentabilidade dos capitais próprios registou oscilações significativas ao longo do período 2024–2025, refletindo simultaneamente as pressões operacionais do mercado, a consolidação do Grupo e a evolução dos resultados líquidos.

Em **2024**, o ROE aumentou expressivamente para **14,7%**, representando um salto importante face aos **6,3% de 2023**, ainda que permanecendo abaixo dos **18,9% alcançados em 2022**. Esta melhoria decorreu do aumento do EBITDA, da redução do endividamento líquido e do reforço da autonomia financeira.

Já em **2025**, a rentabilidade dos capitais próprios reduziu-se para 4.5%, refletindo:

- a diminuição do volume de negócios (29%),
- a normalização dos resultados após o desempenho excecional de 2024,
- o impacto da consolidação plena, que alterou a composição dos capitais próprios e dos resultados,
- e uma pressão acrescida sobre a rentabilidade operacional.

## 4.11 REGRAS DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Em 2025, o Fundo de Maneio Líquido aumentou novamente, atingindo **8.462.465€**, reforçando a capacidade do Grupo para financiar o seu ativo corrente através de capitais estáveis.

**Evolução do FML:**

- **8,46 M€ em 2025**
- **7,45 M€ em 2024**

A expansão do Fundo de Maneio Líquido, mesmo com a queda de vendas em 2025, evidencia uma gestão eficaz do capital circulante e uma estrutura patrimonial mais sólida após o início da consolidação plena.

A liquidez geral continuou a melhorar em 2025, atingindo **1,58**, reforçando a cobertura dos passivos de curto prazo com recursos do ativo circulante.

**Evolução da liquidez geral:**

- **1,58 em 2025**
- **1,37 em 2024**

Com uma liquidez geral superior a 1,5, o Grupo evidencia uma **posição confortável de solvência de curto prazo**, mesmo num ano marcado por desafios económicos e pelo impacto contabilístico da consolidação.

## CONCLUSÃO

Estes elementos demonstram que a solidez financeira do Grupo se encontra significativamente reforçada, proporcionando estabilidade para enfrentar desafios de mercado e criar condições favoráveis para um novo ciclo de investimento e crescimento.

## D) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A conta de Resultado Líquido do exercício da Unimadeiras, S.A. apresenta em 31 de Dezembro, relativamente ao desempenho verificado no exercício de 2025, um saldo positivo de 585.482,03 euros.

O Conselho de Administração, considerando a legislação em vigor, bem como as disposições estatutárias, propõe a seguinte aplicação de resultados:

	Valor €
Para Dividendos	253.420,50
Para Reserva Legal	29.274,10
Para Reservas Livres	302.787,43
<b>Total</b>	<b>585.482,03</b>

Considerando o modelo de desenvolvimento e o plano estratégico previamente aprovados pelos Senhores Acionistas, o Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos no montante de 0,30 euros por ação, em linha com a política de criação de valor sustentável para os acionistas.

## NOTAS FINAIS

- Declaramos que não existe qualquer dívida em mora ao setor estado e outros entes públicos, nomeadamente segurança social e ao Estado;
- De acordo com o código das sociedades comerciais, informamos de que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância;
- Relativamente a factos relevantes ocorridos após o termo do período, até à data de elaboração deste relatório de gestão, não ocorreram quaisquer factos que pudessem significar alterações da situação à data do balanço.

Albergaria-a-Velha,  
02 de março de 2026

O Conselho de Administração

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento:

Aos Senhores Acionistas pela confiança depositada;  
À Mesa da Assembleia Geral, revisor de contas e Fiscal Único pela  
colaboração e permanente apoio recebido;  
Às Instituições Financeiras, pelo apoio manifestado.

Hernâni da Seca Martins Pereira  
Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço  
Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro  
Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por  
António Manuel Martins Bandeira

## ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2025

Nos termos do n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital Social da empresa “UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.” é a seguinte:

	Nº de Ações Inicial	Aquisição em 2025	Nº de Ações Final	% de Participação
<b>Conselho de Administração</b>				
Jorge Armando Mendes Loureiro	17.320	17.320	34.640	4,10
Hernâni da Seca Martins Pereira	9.545	2.575	12.120	1,45
João Vicente Lourenço	5.400	5.400	10.800	1,30
Maria Madalena Videira Pinheiro	7.760	22.920	30.680	3,63
Álvaro Matos Bandeira & Filhos Lda.	12.310	30.680	42.990	5,10
<b>Conselho Fiscal</b>				
José Joaquim de Bastos Correia	6.130	0	6.130	0,73
Manuel Fernandes Pedrosa	100	100	200	0,03
Lurdes Susana Mendes Amorim (ROC)	0	0	0	0

Albergaria-a-Velha,  
02 de março de 2026

*O Conselho de Administração*

*Hernâni da Seca Martins Pereira  
Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço  
Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro  
Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por  
António Manuel Martins Bandeira*

## **E) PERSPETIVAS PARA O FUTURO**

Olhamos para 2026 com otimismo e determinação, mantendo o foco na sustentabilidade, inovação e expansão internacional como pilares centrais da nossa estratégia. Em 2025, a Unimadeiras consolidou importantes iniciativas estruturantes — desde a modernização financeira à adoção das IFRS, passando pela celebração do seu 50.º aniversário — que reforçam a nossa preparação para o futuro.

A estratégia para os próximos anos assenta no aprofundamento do processo de internacionalização do grupo, na consolidação do posicionamento no mercado de sustentabilidade e créditos de carbono e na continuidade do investimento em digitalização, automação e eficiência operacional.

As iniciativas implementadas ao longo de 2024 e consolidadas em 2025 criaram bases sólidas para enfrentar os desafios emergentes do setor florestal e captar novas oportunidades de crescimento, contribuindo para um modelo de negócio mais resiliente, moderno e alinhado com as exigências ambientais e de mercado.



**ANEXO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES**  
**FINANCEIRAS**

EXERCÍCIO 2025



**unimadeiras**  
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Posição Financeira	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	5.664.685,82	5.754.100,58
Propriedades de investimento	8	4.501.576,07	4.501.576,07
Participações financeiras-outras métodos	5.2	82.738,05	100.467,31
		<b>10.248.999,94</b>	<b>10.356.143,96</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Ativos biológicos	9	6.220.000,00	4.753.000,20
Inventários		0,00	131.641,20
Clientes	10	13.526.309,85	15.897.385,14
Adiantamentos a fornecedores		514.905,64	284.078,34
Estado e outros entes públicos (A)	11 e 28.2	1.483.854,30	1.670.789,75
Outras contas a receber	19	579.052,88	253.709,98
Diferimentos Ativos	12	433.430,99	433.430,99
Caixa equivalentes de caixa	4	333.929,05	505.130,02
		<b>23.091.482,71</b>	<b>23.929.165,62</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>33.340.482,65</b>	<b>34.285.309,58</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital subscrito	13	4.223.675,00	2.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		243.646,50	243.646,50
Reservas legais		400.000,00	400.000,00
Outras reservas		4.297.765,47	3.261.807,83
Excedentes de revalorização	7, 8, 17	5.247.401,94	5.208.714,21
Resultados Transitados		-2.084.344,91	-2.084.344,91
Resultado líquido/líquido consolidado do período		585.482,03	1.558.325,09
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>12.913.626,03</b>	<b>10.588.148,72</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	14	1.372.195,03	833.430,99
Financiamentos obtidos (não corrente)	16	2.347.640,03	4.073.591,07
Passivos por impostos diferidos	17	2.605.467,15	2.284.054,81
		<b>6.325.302,21</b>	<b>7.191.076,87</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	18	4.687.922,07	5.123.904,34
Estado e outros entes públicos (P)	11 e 28.2	81.097,44	177.036,19
Financiamentos obtidos (Corrente)	16	7.788.391,34	6.889.725,95
Financiamentos Factoring	16	1.440.315,19	2.656.401,62
Outras contas a pagar	19	103.828,37	1.659.015,89
		<b>14.101.554,41</b>	<b>16.506.083,99</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>20.426.856,62</b>	<b>23.697.160,86</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>33.340.482,65</b>	<b>34.285.309,58</b>

O Conselho de Administração

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,  
 Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos,  
 representada por António Manuel Martins Bandeira

O Contabilista Certificado  
 Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	21	76.645.871,95	100.614.199,30
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	5,1	-556.493,30	25.574,83
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-72.818.970,11	-96.872.770,02
Fornecimentos e serviços externos	23	-1.726.463,66	-1.836.099,18
Gastos com o pessoal	24	-1.045.006,67	-1.299.507,10
Imparidades/Justo Valor (perdas/reversões)	9	1.466.999,80	3.155.161,67
Outros rendimentos	25	34.145,35	187.291,28
Outros gastos	26	-204.537,88	-186.654,55
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.795.545,48</b>	<b>3.787.196,23</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-196.760,87	-186.621,77
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.598.784,61</b>	<b>3.600.574,46</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	121,11
Juros e gastos similares suportados	27	-654.897,13	-1.109.409,49
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>943.887,48</b>	<b>2.491.286,08</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11 e 28.2	-358.405,45	-932.960,99
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>585.482,03</b>	<b>1.558.325,09</b>

O Conselho de Administração

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,  
 Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos,  
 representada por António Manuel Martins Bandeira

O Contabilista Certificado  
 Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2025

	Período 2025		Período 2024	
<b>Atividades Operacionais</b>				
Recebimentos de clientes		71.457.722,58		96.552.968,91
Pagamentos a fornecedores		-75.348.682,68		-100.652.614,25
Pagamentos ao pessoal		-449.577,36		-453.754,22
Fluxo gerado pelas operações		-4.340.537,46		-4.553.399,56
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00		0,00
Outros recebimentos/pagamentos da atividade		-3.064.154,07		-2.850.224,39
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>-7.404.691,53</b>		<b>-7.403.623,95</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
Juros e rendimentos similares	0,00		0,00	
Dividendos	0,00	<b>0,00</b>	0,00	<b>0,00</b>
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
Ativos fixos tangíveis	0,00	<b>0,00</b>	0,00	<b>0,00</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	71.575.105,49		94.401.282,08	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	613.450,00	<b>72.188.555,49</b>		<b>94.401.282,08</b>
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-64.015.102,16		-86.410.722,91	
Juros e gastos similares	-563.053,19		-875.511,81	
Dividendos	-376.909,58	<b>-64.955.064,93</b>	-189.242,36	<b>87.475.477,08</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>7.233.490,56</b>		<b>6.925.805,00</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		-171.200,97		-477.818,95
Caixa e seus equivalentes no início do período		505.130,02		982.948,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período		333.929,05		505.130,02

O Conselho de Administração

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,  
 Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos,  
 representada por António Manuel Martins Bandeira

O Contabilista Certificado  
 Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

(Euros)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL - IFRS										
Descrição	Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de Revalorização	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no início de 2024	2.000.000,00	243.646,50	400.000,00	3.149.405,89	-	-	392.401,94	6.185.454,33	-	6.185.454,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
<b>Outras alterações reconhecidas no capital próprio</b>				392.401,94	(2.084.344,91)	5.208.714,21	(392.401,94)	3.124.369,30		3.124.369,30
<b>(7)</b>				392.401,94	(2.084.344,91)	5.208.714,21	(392.401,94)	3.124.369,30		3.124.369,30
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2024 (8)</b>							1.558.325,09	1.558.325,09		1.558.325,09
<b>RESULTADO INTEGRAL 9 = (7+8)</b>				392.401,94	(2.084.344,91)	5.208.714,21	1.165.923,15	4.682.694,39		4.682.694,39
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realização de capital										
Realização de prémios de emissão. Distribuições										
Entrada para cobertura de perdas										
Outras operações			(280.000,00)					(280.000,00)		(280.000,00)
<b>(10)</b>			(280.000,00)					(280.000,00)		(280.000,00)
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 2024 - 11 = (6+7+8+10)</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>243.646,50</b>	<b>400.000,00</b>	<b>3.261.807,83</b>	<b>(2.084.344,91)</b>	<b>5.208.714,21</b>	<b>1.558.325,09</b>	<b>10.588.148,72</b>	<b>-</b>	<b>10.588.148,72</b>

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado  
Nuno Carlos Espanha de Cardoso ProençaHernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,  
Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por António Manuel Martins Bandeira

(Euros)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL - IFRS										
Descrição	Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no início de 2025	2.000.000,00	243.646,50	400.000,00	3.261.807,83	(2.084.344,91)	5.208.714,21	1.558.325,09	10.558.148,72	-	10.558.148,72
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas. Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				1.458.325,09	-	38.687,73	(1.558.325,09)	(61.312,27)	-	(61.312,27)
<b>(7)</b>	-	-	-	1.458.325,09	-	38.687,73	(1.558.325,09)	(61.312,27)	-	(61.312,27)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2025 (8)</b>							585.482,03	585.482,03		585.482,03
<b>RESULTADO INTEGRAL 9 = (7+8)</b>				1.458.325,09		38.687,73	(972.843,06)	524.169,76		524.169,76
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realização de capital	2.223.675,00							2.223.675,00		2.223.675,00
Realização de prémios de emissão. Distribuições				(307.460,72)				(307.460,72)		(307.460,72)
Entrada para cobertura de perdas										
Outras operações	2.223.675,00		-	(422.367,45)				1.801.307,55		1.801.307,55
<b>(10)</b>	4.223.675,00	243.646,50	400.000,00	4.297.765,47	(2.084.344,91)	5.247.401,94	585.482,03	12.913.626,03		12.913.626,03

O Contabilista Certificado

Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,

Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por António Manuel Martins Bandeira

O Conselho de Administração

# NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

## 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A empresa “Unimadeiras – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.”, contribuinte nº 500 293 066, é uma sociedade anónima constituída em 14/10/1974, com sede social no Areeiro, freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha, tendo como atividade principal o comércio por grosso de madeira em bruto (CAE 46731).

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a Empresa, à semelhança do ano transato, utilizou o normativo contabilístico para IFRS, de forma a permitir a comparação das suas demonstrações financeiras com os parceiros comerciais e diversos stakeholders internacionais.

Os principais impactos do normativo contabilístico referem-se a:

- À mensuração dos ativos fixos tangíveis para o modelo de revalorização;
- À mensuração das propriedades de investimento para o justo valor;
- À mensuração dos ativos biológicos para o justo valor.

## 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, em vigor a 1 de janeiro de 2025. De ora em diante, o conjunto destas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, relevantes na aplicação das políticas contabilísticas, e com impacto significativo no valor dos ativos e passivos e reconhecimento dos rendimentos e gastos em cada período de reporte.

Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras.

## 2.2 NORMAS CONTABILÍSTICAS E SEU IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Norma	Alteração	Data de aplicação
<p><b>As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Unimedeiras aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:</b></p>		
<p>Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)</p>	<p>O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.</p> <p>As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.</p> <p>As alterações visam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório e tem de ser substantivo;</li> <li>- esclarecer que os rácios que a empresa deve cumprir após a data do balanço (ou seja, rácios futuros) não afetam a classificação de um passivo na data do balanço. No entanto, quando passivos não correntes estão sujeitos a rácios futuros, as empresas têm de divulgar informação que permita aos utilizadores compreender o risco de que esses passivos possam ser reembolsados dentro de 12 meses após a data do balanço;</li> <li>- esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais (ex: dívida convertível).</li> </ul>	<p>1 de janeiro de 2024</p>
<p>Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)</p>	<p>O IASB emitiu em Setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação.</p> <p>As alterações confirmam que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No reconhecimento inicial, o vendedor - locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação.</li> <li>- Após o reconhecimento inicial, o vendedor - locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém.</li> </ul> <p>Um vendedor - locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente.</p> <p>De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor - locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.</p>	<p>1 de janeiro de 2024</p>
<p>Alterações à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores</p>	<p>Em 25 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou Acordos de Financiamento de Fornecedores com alterações à IAS 7 - Demonstração de Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Divulgações de Instrumentos Financeiros.</p> <p>As alterações referem-se aos requisitos de divulgação relativos a acordos de financiamento de fornecedores - também conhecidos como financiamento da cadeia de fornecimento, financiamento de contas a pagar ou acordos de factoring com recurso.</p> <p>Os novos requisitos complementam aqueles já incluídos nas normas IFRS e incluem divulgações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Termos e condições de acordos de financiamento de fornecedores;</li> <li>- Os montantes das responsabilidades objeto de tais acordos, em que parte deles os fornecedores já receberam pagamentos dos financiadores e em que rubrica essas responsabilidades são apresentadas no balanço;</li> <li>- Os intervalos de datas de vencimento;</li> <li>- Informações sobre risco de liquidez.</li> </ul>	<p>1 de janeiro de 2024</p>

Norma	Alteração	Data de aplicação
<b>Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a Unimadeiras, ainda não endossadas pela União Europeia.</b>		
Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio : Falta de Convertibilidade	<p>Em 15 de agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu Falta de Convertibilidade (Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio) (as alterações).</p> <p>As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade.</p> <p>Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma empresa é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a empresa tem estimar uma taxa de câmbio à vista.</p> <p>De acordo com as alterações, as empresas terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível;</li> <li>- a taxa de câmbio à vista utilizada;</li> <li>- o processo de estimativa;</li> <li>- os riscos para a empresa porque a moeda não é convertível.</li> </ul> <p>A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2025
Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações visam resolver a diversidade na aplicação da norma, tornando os requisitos mais compreensíveis e consistentes.</p> <p>Estas alterações têm como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Clarificar a classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) e similares, uma vez que estas características em empréstimos podem afetar se os empréstimos são mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor. Para resolver qualquer potencial diversidade na aplicação prática, as alterações esclarecem como os fluxos de caixa contratuais dos empréstimos devem ser avaliados.</li> <li>- Clarificar a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido quando a sua liquidação é efetuada por meio de sistemas de pagamentos eletrónicos. Existe uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, no caso de certos critérios serem cumpridos.</li> <li>- Melhorar a descrição do termo "sem recurso", de acordo com as alterações, um ativo financeiro possui características de sem recurso se o direito final de receber fluxos de caixa de uma entidade for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. A presença de características sem recurso não exclui necessariamente o ativo financeiro de cumprir com o SPPI, mas as características precisam ser cuidadosamente analisadas.</li> <li>- Clarificar que um instrumento contratualmente vinculado (linked instrument) deve apresentar uma estrutura de pagamento em cascata que cria uma concentração de risco de crédito ao alocar as perdas de forma desproporcional entre diferentes tranches. A pool subjacente pode incluir instrumentos financeiros que não estão no âmbito da classificação e mensuração da IFRS 9 (por exemplo, contratos de locação financeira), mas deve ter fluxos de caixa equivalentes ao critério SPPI.</li> </ul> <p>O IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação referentes a investimentos em ações designados a justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros com características contingentes, por exemplo características ligadas a metas ESG.</p> <p>A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2026

Norma	Alteração	Data de aplicação
<b>Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a Unimadeiras, ainda não endossadas pela União Europeia.</b>		
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>Em 9 de abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu a nova Norma, IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras.</p> <p>As principais mudanças introduzidas por esta Norma são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção de uma demonstração de resultados mais estruturada. Em particular, introduz um novo subtotal "lucro operacional" e o requisito que todas as receitas e despesas sejam classificadas em três novas categorias distintas com base nas principais atividades comerciais de uma empresa: Operacional, Investimento e Financiamento.</li> <li>- Exigência para que as empresas analisem suas despesas operacionais diretamente na face da demonstração de resultados – seja por natureza, por função ou de forma mista.</li> <li>- Exigência para que algumas das medidas 'não-GAAP' que a Empresa/Grupo utiliza sejam relatadas nas demonstrações financeiras. A Norma define MPMs (Medidas de Desempenho não-GAAP) como um subtotal de receitas e despesas que: <ul style="list-style-type: none"> <li>- são utilizadas em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras;</li> <li>- comunicam a visão da administração sobre o desempenho financeiro.</li> </ul> </li> </ul> <p>Para cada MPM apresentada, as empresas precisarão explicar numa única nota nas demonstrações financeiras a razão pela qual a medida fornece informações úteis, como é calculada, e reconciliá-la com um valor determinado de acordo com as IFRS.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Introdução de orientações aperfeiçoadas sobre como as empresas agrupam informações nas demonstrações financeiras. Inclui orientações sobre se as informações materiais estão incluídas nas demonstrações financeiras primárias ou estão mais detalhadas nas notas.</li> </ul> <p>A aplicação antecipada é permitida e é de aplicação retrospectiva.</p>	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras das Subsidiárias	<p>Em 9 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu a nova Norma, IFRS 19 Subsidiárias sem Prestação de Contas Pública: Divulgações, que permite que subsidiárias elegíveis usem as IFRS com divulgações reduzidas. A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade da informação para os utilizadores das suas demonstrações financeiras.</p> <p>Uma subsidiária pode optar por aplicar a nova Norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas, individuais ou separadas, desde que, na data de relato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- não tenha prestação de contas pública;</li> <li>- a sua empresa-mãe prepare demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS.</li> </ul> <p>Uma subsidiária que aplique a IFRS 19 é obrigada a declarar claramente na sua declaração explícita e incondicional de conformidade com as IFRS que a IFRS 19 foi adotada.</p> <p>A aplicação antecipada é permitida e é de aplicação retrospectiva.</p>	1 de janeiro de 2027

A adoção das normas e alterações endossadas pela União Europeia e de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024 não tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não se estima que a adoção das novas normas e interpretações ainda não endossadas pela União Europeia, resulte impactos materiais nas demonstrações financeiras da Unimadeiras.

## **2.3** *COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS*

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2024.

## **3** *PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS*

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

### **3.1** *BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.2** *OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES*

#### **A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

A empresa adota o modelo de revalorização como método de mensuração dos ativos fixos tangíveis, conforme previsto na IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou produção, acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à sua colocação em condições de uso. Subsequentemente, os ativos classificados como sujeitos a revalorização são mensurados ao seu justo valor, determinado com referência a avaliações realizadas periodicamente por avaliadores independentes qualificados e registados na CMVM (Eng<sup>a</sup> Joana Novais de Figueiredo). As revalorizações são efetuadas com uma periodicidade prevista de 5 anos de forma a que assegure que o valor registado não difira significativamente do justo valor à data do relato financeiro.

Os incrementos de valor resultantes da revalorização são registados em excedentes de revalorização no capital próprio, exceto na medida em que revertam revalorizações previamente reconhecidas em resultados. Reduções no valor do ativo que excedam os excedentes de revalorização previamente constituídos são reconhecidas como uma perda no período em que ocorrem.

Os ativos sujeitos a revalorização são depreciados ao longo da sua vida útil estimada, sendo a depreciação calculada com base no valor revalorizado do ativo. O impacto das revalorizações na depreciação subsequente é devidamente refletido nas demonstrações financeiras.

A empresa assegura o cumprimento dos requisitos de divulgação aplicáveis, incluindo a descrição das bases de mensuração utilizadas, a periodicidade das revalorizações, as premissas relevantes consideradas nas avaliações e a reconciliação dos valores registados no balanço.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>Vida Útil</b>	<b>Taxa</b>
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de novo)	50 anos	2%
Edifícios administrativos/comerciais (adquiridos em estado de uso)	40 anos	2,5%
Outros edifícios – industriais (adquiridos em estado de uso)	15 anos	6,66%
Viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros)	4 anos	25%
Equipamento administrativo (aparelhagem e máq. electrónicas)	5 anos	20%
Equipamento administrativo (computadores)	3 anos	33,33%
Equipamento administrativo (outro)	8 anos	12,5%

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

## B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computadores, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes e a amortização dos ativos intangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base duodecimal.

A vida útil estimada para estes ativos é de 3 anos. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo

dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável.

## C) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos pela empresa para uso futuro indeterminado e pelos quais obtém rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do justo valor. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem.

O justo valor das referidas propriedades de investimento foi determinado por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por um avaliador profissionalmente credenciado, independente e registado na CMVM (Eng<sup>a</sup> Joana Novais de Figueiredo). Pretendem-se que as reavaliações ocorram com uma periodicidade de 5 anos.

O justo valor da propriedade de investimento é o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas, refletindo as condições de mercado à data de relato das demonstrações financeiras.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no exercício a que se referem.

## D) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A classificação das participações financeiras tem em conta a tipologia das mesmas, nomeadamente quanto ao tipo e extensão do grau de controlo podendo-se distinguir as seguintes categorias:

### ***Investimentos em subsidiárias***

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto, quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%, poder para nomear ou demitir a maioria dos membros do órgão de gestão da outra entidade ou poder de agrupar a maioria de votos nas reuniões do órgão de gestão da outra entidade.

## **Investimentos em associadas**

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

O goodwill é apresentado separadamente da quantia escriturada do investimento na rubrica “Ativos intangíveis” e amortizado em 10 anos.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

A totalidade da quantia escriturada do investimento numa associada deve ser testada quanto à existência de imparidade como se de um único ativo se tratasse comparando a sua quantia recuperável com a sua quantia escriturada. Uma perda por imparidade reconhecida nestas circunstâncias deve ser imputada primeiramente ao goodwill, sendo que a parcela da perda que tiver sido imputada ao goodwill não poderá ser objeto de reversão. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

## **E) RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES**

As responsabilidades com locações são inicialmente mensuradas com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pelo efeito dos juros e dos pagamentos de locação, bem como pelas possíveis modificações dos contratos de locação. Os pagamentos de locação incluem os pagamentos efetuados a um locador pelo direito de uso de um ativo subjacente durante o prazo da locação (excluindo os pagamentos de locação variáveis) e incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, no caso de existir expectativa razoável que a Empresa a exerça, e o montante de penalidades por rescisão de contratos, se for razoavelmente certo que a Empresa acione a possibilidade de rescisão.

Para o apuramento do valor presente dos pagamentos de locação, nos casos em que não é possível obter a taxa de juro implícita, a Empresa utiliza a taxa incremental de financiamento, que representa a taxa de juro que a Empresa teria de pagar para pedir emprestado por um prazo semelhante, e com uma garantia semelhante, os fundos necessários para obter um ativo de valor equivalente ao ativo sob direito de uso num contexto económico semelhante.

A Empresa determina o prazo da locação como o período não cancelável da locação, tendo em conta os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o contrato, se for razoável que a Empresa venha a exercê-la, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o contrato, se for razoavelmente certo que a Empresa não venha a exercê-la. O prazo da locação está assim compreendido entre o mínimo correspondente ao período não cancelável dos contratos e o máximo correspondente ao período durante o qual o contrato é executório (período após o qual locador e locatário têm o direito a terminar a locação com não mais do que uma penalidade insignificante, considerando as circunstâncias económicas mais abrangentes).

Na determinação do prazo da locação, a Empresa efetua por isso julgamento acerca dos fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão (nos casos em que tais opções são do locatário e do locador, a Empresa exerce julgamento acerca dos incentivos económicos de locador e locatário).

Os juros com locações apresentam-se na demonstração consolidada de fluxos de caixa, em pagamentos respeitantes a fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

## F) INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados ao menor valor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

## G) CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os clientes e outras contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## H) FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os passivos financeiros incluídos em fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal, o qual corresponde ao seu justo valor inicial, uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para os quais o efeito do desconto é imaterial. Subsequentemente são valorizadas ao custo amortizado, através do método de taxa de juro efetiva.

Os itens incluídos nestas rubricas serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, serão classificadas como passivos não correntes.

## I) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, de curto prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

## J) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é constituído por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e o correspondente valor para efeitos fiscais. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos.

No final de cada período é efetuada uma avaliação desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função da sua expectativa de utilização futura.

## K) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## L) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### ***Benefícios a curto prazo dos empregados***

A Empresa reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, a Empresa reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

## M) ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registados nas rubricas de diferimentos.

## N) RÉDITO

O rédito é reconhecido líquido de imposto, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O preço de transação de cada contrato é estimado com base nos montantes a receber pela Empresa, deduzidos de montantes cobrados em nome de terceiros, incluindo montantes fixos e variáveis (desde que seja altamente provável que o rédito não vai ser revertido) e tendo em consideração eventuais componentes de financiamento.

## O) GASTOS/RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTOS

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

## P) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

## Q) AGRICULTURA

### **Ativos Biológicos**

No exercício de 2024, a Empresa alterou a sua política contabilística para a mensuração dos ativos biológicos, passando do modelo do custo histórico para o modelo do justo valor, em conformidade com a IAS 41 - Agricultura.

Esta alteração resulta de uma avaliação interna da adequação do modelo de mensuração anteriormente adotado, tendo-se concluído que a mensuração ao justo valor reflete de forma mais fiel a realidade económica dos ativos biológicos e melhora a qualidade da informação financeira disponibilizada aos utilizadores das demonstrações financeiras.

A partir de 2024, os ativos biológicos passaram a ser mensurados ao seu justo valor deduzido dos custos estimados para o ponto de venda. O justo valor é determinado com base em preços de mercado sempre que disponíveis e fiáveis, ou, na sua ausência, através de técnicas de avaliação apropriadas que considerem fatores como a maturidade dos ativos, preços de referência e outras premissas relevantes. Para o efeito, esta valorização tem por base uma avaliação feita por uma perita creditada pela CMVM (Eng<sup>a</sup> Joana Novais de Figueiredo). Esta avaliação mantém uma periodicidade anual.

Esta mudança de política contabilística visa proporcionar uma melhor representação da posição financeira e do desempenho da empresa, garantindo uma maior transparência e alinhamento com as melhores práticas do setor.

### **Matérias Ambientais**

A empresa reconhece uma operação – remoção dos desperdícios acumulados – que resulta da sua atividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, os compradores do produto suportam quer os custos do corte, quer os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

## R) IMPARIDADE

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

## S) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras se materialmente relevantes.

### **3.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

As IFRS requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos, com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada no presente anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### ***Propriedades de investimento***

O justo valor da propriedade de investimento tal como mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras, baseia-se numa valorização de um avaliador independente que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que está a ser valorizada.

#### ***Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis***

A vida útil estimada e valor residual do equipamento foram determinados pela Empresa atendendo à experiência da mesma.

#### ***Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores***

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

## ***Impostos sobre os lucros***

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bom como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

### ***3.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO***

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

## ***4 FLUXOS DE CAIXA***

Os meios financeiros líquidos (Caixa e seus equivalentes), constantes na Posição Financeira em 31 de dezembro de 2025, estão totalmente disponíveis para uso. Os meios financeiros líquidos são constituídos exclusivamente por depósitos à ordem.

## ***5 INVESTIMENTOS FINANCEIROS***

### ***5.1 PARTES RELACIONADAS***

Nos termos do normativo contabilístico aplicável, e em conformidade com os princípios de transparência e divulgação financeira, a Unimadeiras, S.A. apresenta a informação relativa às suas partes relacionadas, incluindo a Unipellets, Lda., empresa constituída em 2023 e detida a 100% pela Unimadeiras, S.A..

Dado que a Unipellets, Lda. é parte integrante do Grupo, as transações e saldos existentes entre ambas as entidades são divulgados conforme o quadro infra:

<b>Partes relacionadas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Percentagem participação	100,00%	100,00%
Capital Social	5.000,00	5.000,00
Capital Próprio	-538.764,04	17.729,26
Varição Resultados Transitados	11.729,26	-12.845,57
Resultado Líquido Unipellets	-556.493,30	25.574,83
Ativo	2.805.101,05	4.799.736,06
Passivo	3.343.865,09	4.782.006,80
Vendas Intragrupo	0,00	3.119.680,49
Compras Intragrupo	0,00	907.652,98
Saldo Fornecedor - Unipellets	13.834,59	13.834,59
Saldo Cliente - Unipellets	2.665.970,97	1.312.769,55
Outros devedores e credores	250.000,00	0,00
Remuneração dos órgãos chave de gestão	0,00	0,00
Método equivalência Patrimonial	-556.493,30	25.574,83

A divulgação desta informação visa assegurar a conformidade com as exigências contabilísticas e proporcionar uma visão transparente sobre as interações entre as entidades do Grupo, permitindo uma adequada interpretação das demonstrações financeiras da Unimadeiras, S.A..

## 5.2 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

(Euros)

<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Participação de Capital	76.251,40	76.251,40
Empréstimos Concedidos	500,00	500,00
Subsidiária Unipellets	0,00	17.729,26
Fundos de Compensação de Trabalho	5.986,65	5.986,65
<b>Total</b>	<b>82.738,05</b>	<b>100.467,31</b>

## 6 ATIVOS INTANGÍVEIS

A empresa detém um único tipo de ativos intangíveis, isto é, programas de computador. Estes ativos apresentam uma vida útil de 3 anos e encontra-se atualmente totalmente amortizados. Foi usado o método da linha reta como método de amortização.

A quantia bruta escriturada e amortização acumulada, no começo e fim do período foi a seguinte:

(Euros)

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Quantia Bruta Escriturada</b> - Programas de computador	9.881,44	9.881,44
<b>Amortização Acumulada</b> - Programas de computador	9.881,44	9.881,44
<b>Total Líquido</b>	-	-

O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração de resultados é o seguinte:

(Euros)

	2025	2024
<b>Amortização do período</b> - Programas de computador	-	-

Não existiram movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano de 2025.

## 7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Com referência a 31 de dezembro de 2025, os ativos fixos tangíveis detidos pela Empresa podem ser apresentados conforme quadro seguinte, sendo igualmente apresentada a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.

(Euros)

Quantia Bruta Escritura	2024	Adições	Outros	Reavaliação	2025
Terrenos	3.079.930,81	0,00	0,00	0,00	3.079.930,81
Edifícios e Outras Construções	3.687.266,05	0,00	0,00	0,00	3.653.285,56
Equipamento Transporte	430.467,51	58.250,00	-33.980,49	0,00	488.717,51
Equipamento Administrativo	224.482,06	0,00	0,00	0,00	224.482,06
Equipamento Básico	115.340,80	0,00	0,00	0,00	115.340,80
Outros AFT	1.130,09	0,00	0,00	0,00	1.130,09
AFT em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.538.617,32</b>	<b>58.250,00</b>	<b>-33.980,49</b>	<b>0,00</b>	<b>7.562.886,83</b>
Depreciação Acumulada	2024	Depreciação	Outros	Imparidade	2025
Edifícios e Outras Construções	1.226.402,14	102.535,99	-83.076,60	0,00	1.245.861,53
Equipamento Transporte	258.398,78	80.318,89	0,00	0,00	338.717,67
Equipamento Administrativo	191.119,93	11.280,99	0,00	0,00	202.400,92
Equipamento Básico	107.465,80	2.625,00	0,00	0,00	110.090,80
Outros AFT	1.130,09	0,00	0,00	0,00	1.130,09
AFT em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.784.516,74</b>	<b>196.760,87</b>	<b>-83.076,60</b>	<b>0,00</b>	<b>1.898.201,01</b>
<b>Quantia Escriturada Líquida</b>	<b>5.754.100,58</b>				<b>5.664.685,82</b>

O valor das depreciações relativas a ativos fixos tangíveis pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

Depreciação do exercício	2025	2024
Edifícios e Outras Construções	102.535,99	102.535,99
Equipamento Transporte	80.318,89	65.756,39
Equipamento Administrativo	11.280,99	15.704,39
Equipamento Básico	2.625,00	2.625,00
Outros AFT	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>196.760,87</b>	<b>186.621,77</b>

A Empresa, desde 2024, utiliza o método revalorizado, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis. Este procedimento reflete uma melhor representação do justo valor dos ativos no balanço, permitindo uma avaliação mais precisa da posição financeira da Empresa.

## 8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Desde 2024, a empresa classificou os imóveis localizados em Albergaria-a-velha como propriedades de investimento atendendo ao uso e fim destes mesmos ativos.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas pelo justo valor, tendo sido obtidas avaliações elaboradas por peritos independente, as quais suportam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade.

## 9 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da empresa são constituídos por um único grupo.

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produto pós colheita
Árvores em plantação florestal	Troncos (toros)	Madeira em bruto e pasta de papel

A empresa utilizou a seguinte base de medidas/estimativas para determinação das quantidades de ativos biológicos na sua posse a 31 de dezembro de 2025:

(Euros)

	2025	2024
Ativos biológicos	6.220.000,00	4 753 000,20

À semelhança de 2024 e em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), a Empresa contabilizou os ativos biológicos, ao modelo do justo valor, em conformidade com a IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor e a IAS 41 – Agricultura.

Esta mudança tem como objetivo fornecer uma informação financeira mais relevante e fiável, refletindo de forma mais adequada o valor real dos ativos biológicos e o seu desempenho económico. O justo valor dos ativos biológicos passou a ser determinado com base em preços de mercado disponíveis ou, na sua ausência, por meio de técnicas de valorização apropriadas, considerando fatores como a maturidade, a qualidade e as condições de mercado.

A administração considera que esta apresentação das demonstrações financeiras está alinhada com as melhores práticas internacionais do setor.

Não houve lugar a colheita de produtos agrícolas durante o período de 2025.

## 10 CLIENTES

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a rubrica de clientes apresentou uma diminuição de 2.4 milhão de euros, refletindo o normal curso da atividade da Empresa e do mercado onde a mesma atua.

No exercício de 2025, a rubrica de clientes apresenta um valor líquido de 13.526.309,85 Euros e o exercício de 2024 apresenta um valor líquido de 15.897.385,14 Euros.

## 11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

<b>Ativo</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imposto sobre o rendimento	263,62	104.821,31
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.483.422,67	1.565.800,43
Outras contribuições	168,01	168,01
<b>Total</b>	<b>1.483.854,30</b>	<b>1.670.789,75</b>
<b>Passivo</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imposto sobre o rendimento	47.401,49	50.235,39
Retenção de impostos sobre rendimentos	15.467,08	97.640,43
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	18.228,87	29.160,37
<b>Total</b>	<b>81.097,44</b>	<b>177.036,19</b>

## 12 DIFERIMENTOS

Na rubrica "Outros encargos", foram registadas várias liquidações de IVA, apuradas pela Autoridade Tributária nos anos de 2015, 2016 e 2017, num total de 433.430,99 euros.

Perante esta realidade, a sociedade recorreu judicialmente e, nesta conformidade, criou a Provisão para Impostos no mesmo montante.

(Euros)

<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Prémios de seguro	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	433.430,99	433.430,99
<b>Total</b>	<b>433.430,99</b>	<b>433.430,99</b>

## 13 CAPITAL SOCIAL

A 31 de dezembro de 2025 a empresa detinha um capital social de 4.223.675 euros, representado pela emissão de 844.735 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

Não existem quaisquer direitos preferenciais nem restrições associadas à distribuição de dividendos ou ao exercício do direito de voto.

Não existem ações próprias.

## 14 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a rubrica de provisões apresenta a seguinte posição, tendo sido reforçada no montante de 538.764,04 Euros:

(Euros)

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Provisão para impostos	833.430,99	538.764,04	0,00	0,00	1.372.195,03
<b>Total</b>	<b>833.430,99</b>	<b>538.764,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.372.195,03</b>

O saldo apresentado com referência a 31 de dezembro de 2025 é constituído pelas seguintes situações:

- 433.430,99 Euros referente à provisão constituída em 2015 e que foi reforçada em 2016 e 2017 por força de liquidações de IVA efetuadas pela Autoridade Tributária (AT), baseadas na não aceitação da dedução do IVA em compras a determinados fornecedores (nº 4 do art.º 19º do CIVA). Nessa data, a Unimadeiras apresentou recurso desta decisão da AT, por considerar inaceitáveis os motivos invocados. A “Madeiras Afonsos, Lda. e André Manuel Ferreira Afonso” intentaram uma ação contra a Unimadeiras, SA e o Grupo Unifloresta, exigindo a anulação da deliberação que os exclui de membros do grupo acrescidas das demais consequências daí resultantes. Dada a incerteza da decisão final aguardamos o desfecho deste processo.
- No exercício de 2024, a Unimadeiras constituiu uma provisão no montante de 400.000 euros, refletindo uma abordagem prudente face a operações comerciais cuja materialização financeira ainda apresenta incertezas. Embora esta operação possa, no futuro, revelar-se um excelente negócio, o perfil de risco associado obriga, em conformidade com a política de gestão da empresa, à provisão integral do montante envolvido. Esta provisão cobre custos operacionais associados, sendo passível de reversão total ou parcial caso os pressupostos que a fundamentam se alterem positivamente.
- No exercício de 2025, a Unimadeiras constituiu uma provisão no montante de 538.764,04 euros, refletindo uma abordagem prudente face ao resultado da associada resultante de operações comerciais cuja materialização financeira ainda apresenta incertezas. Esta provisão é passível de reversão total ou parcial caso os pressupostos que a fundamentam se alterem positivamente.

## 15 MATÉRIAS AMBIENTAIS

A empresa reconhece uma operação – remoção dos desperdícios acumulados – que resulta da sua atividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, são os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados. A empresa tem-se limitado a uma ação de acompanhamento

das operações de forma a garantir, tanto quanto possível, a melhor preservação do meio ambiente e o restabelecimento das normais condições de exploração no futuro.

## 16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Com referência a 31 de dezembro de 2025, os financiamentos obtidos (financiamentos da Banca), considerando a sua exigibilidade, foram divididos nas seguintes categorias:

(Euros)

<b>Financiamentos Obtidos</b>	<b>2025 Não corrente</b>	<b>2024 Não corrente</b>
Empréstimos	2.347.640,03	4.073.591,07
Caucionadas	0,00	0,00
Factoring/Confirming/Papel Comercial	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>Total (Não corrente)</b>	<b>2.347.640,03</b>	<b>4.073.591,07</b>
<b>Financiamentos Obtidos</b>	<b>2025 Corrente</b>	<b>2024 Corrente</b>
Empréstimos/Papel Comercial	7.788.391,34	6.889.725,95
Caucionadas	0,00	0,00
Factoring/Confirming	1.440.315,19	2.656.401,62
Outros	0,00	0,00
<b>Total (Corrente)</b>	<b>9.228.706,53</b>	<b>9.546.127,57</b>
<b>Total</b>	<b>11.576.346,56</b>	<b>13.619.718,64</b>

## 17 IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

No exercício presente, a Empresa reconheceu impostos diferidos passivos resultantes da revalorização do justo valor dos ativos biológicos.

A revalorização dos ativos fixos tangíveis gerou uma diferença temporária tributável, levando ao reconhecimento de um imposto diferido passivo, calculado com base na taxa de imposto aplicável.

Adicionalmente, em conformidade com a IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor e a IAS 40 – Propriedades de Investimento, a Empresa adotou o modelo do justo valor para mensurar as suas propriedades de investimento, substituindo o modelo do custo anteriormente utilizado. Esta alteração resultou numa valorização destes ativos e, conseqüentemente, na constituição de impostos diferidos passivos relativos às diferenças temporárias tributáveis geradas.

Ainda, no âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura, a Empresa passou a mensurar os seus ativos biológicos ao justo valor, refletindo uma valorização destes ativos face ao modelo anterior baseado no custo histórico. Este ajustamento também originou impostos diferidos passivos, devido à diferença entre o valor contabilístico dos ativos biológicos e a sua base fiscal.

## 18 FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores apresenta uma diminuição aproximada de 436 mil euros, passando de 5,1 milhões de euros no exercício de 2024 para 4,7 milhões de euros em 2025.

Esta redução é justificada por uma gestão mais eficiente do ciclo de pagamentos e do próprio ciclo de negócios da empresa.

## 19 OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Com referência a 31 de dezembro de 2025, os Outros devedores e credores podem ser apresentados da seguinte forma:

(Euros)

ODC	2025	2024
Outras contas a receber	514.537,88	253.709,98
Outras contas a pagar	-100.006,06	-156.920,87
Accionistas	60.692,69	-1.502.095,02
<b>Total</b>	<b>475.224,51</b>	<b>-1.659.015,89</b>

## 20 IMPARIDADES

Com referência a 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidas imparidades relevantes sobre ativos.

## 21 RÉDITO

Com referência a 31 de dezembro de 2025, o rédito da empresa pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

Rédito	2025	2024
Vendas (mercado interno)	76.552.513,82	100.525.021,93
Prestações de serviços (mercado interno)	93.358,13	89.177,37
<b>Total das vendas e prestações de serviços</b>	<b>76.645.871,95</b>	<b>100.614.199,30</b>
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total das categorias significativas de rédito</b>	<b>76.645.871,95</b>	<b>100.614.199,30</b>

Apesar da redução do volume de negócios, o desempenho operacional da Unimadeiras manteve-se sólido, refletindo-se na melhoria dos rácios financeiros e na valorização dos ativos biológicos segundo a norma IAS 41 – Ativos Biológicos. O impacto positivo da gestão eficiente da floresta permitiu uma valorização, impulsionando o EBITDA e reforçando a solidez do capital próprio. Esta abordagem estratégica demonstra a capacidade da empresa em otimizar a rentabilidade independentemente da volatilidade das vendas, garantindo uma estrutura financeira mais robusta e sustentável.

## 22 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O Custo das mercadorias vendidas e das Matérias consumidas pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

<b>CMVMC</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Existências iniciais	131.641,20	0,00
Compras	72.687.328,91	97.004.411,22
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	131.641,20
<b>Total</b>	<b>72.818.970,11</b>	<b>96.872.770,02</b>

## 23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentou uma diminuição de 110 mil euros e pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Trabalhos especializados	881.116,44	987.650,09
Publicidade e propaganda	273.445,02	18.951,56
Vigilância e segurança	1.112,35	1.454,74
Honorários	148.395,23	184.824,38
Comissões	17.176,91	132.871,43
Conservação e reparação	25.683,60	33.292,73
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.612,34	14.016,62
Material de escritório	13.430,83	20.042,80
Artigos para oferta	1.814,25	0,00
Eletricidade	10.010,34	8.904,39
Combustíveis	32.695,29	43.563,47
Água	1.515,65	2.009,57
Deslocações e estadas	96.491,46	128.699,83
Transportes de mercadorias	15.570,20	62.912,51
Rendas e alugueres	95.503,91	99.942,55
Comunicação	19.880,95	24.090,07
Seguros	28.592,06	27.402,59
Contencioso e notariado	1.897,60	1.020,98
Despesas de representação	41.345,90	39.212,04
Limpeza, higiene e conforto	1.940,12	1.400,51
Outros serviços	3.233,21	3.836,32
<b>Total</b>	<b>1.726.463,66</b>	<b>1.836.099,18</b>

## 24 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal apresentou uma diminuição de 254 mil euros e pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remuneração dos órgãos sociais	185.375,68	216.717,72
Remunerações do pessoal	673.153,53	886.224,23
Encargos sobre remunerações	132.093,33	142.554,07
Seguro de acidentes no trabalho	9.948,76	7.177,19
Gastos de ação social	43.167,37	46.310,15
Outros gastos com o pessoal	1.268,00	523,74
<b>Total</b>	<b>1.045.006,67</b>	<b>1.299.507,10</b>

## 25 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

<b>Outros Rendimentos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	177,66
Rendas	0,00	17.500,00
Outros	34.145,35	169.613,62
<b>Total</b>	<b>34.145,35</b>	<b>187.291,28</b>

## 26 OUTROS GASTOS

A rubrica de Outros gastos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

<b>Outros Gastos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Impostos	93.237,91	154.247,46
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Correções relativas a peridos anteriores	3.323,19	328,59
Donativos	28.405,00	26.385,00
Quotizações	4.505,00	3.155,00
Insufi. Estim. Impostos	83,75	2.256,30
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Multas e penalidades	5.609,73	0,00
Serviços bancários	51.975,95	0,00
Outros	17.397,35	282,20
<b>Total</b>	<b>204.537,88</b>	<b>186.654,55</b>

## 27 GASTOS DE FINANCIAMENTO

A rubrica de Gastos de financiamento pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

Gastos de Financiamento	2025	2024
Juros de financiamentos obtidos	654.897,13	1.109.409,49

## 28 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

### 28.1 PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTOS/RENDIMENTOS DE IMPOSTOS

A rubrica de Gastos de financiamento pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

	2025	2024
Imposto corrente	47.401,49	50.235,39
Imposto diferido	311.003,96	882.725,60
<b>Imposto sobre o Rendimento do Período</b>	<b>358.405,45</b>	<b>932.960,99</b>

### 28.2 DETALHE DO APURAMENTO DO IMPOSTO DO EXERCÍCIO

(Euros)

	2025	2024
<b>Taxas Gerais de Imposto</b>		
IRC: Escalão para PME	0,00	0,00
IRC: Escalão para o excedente	0,00	0,00
Derrama Municipal	0,00	0,00
Reserva EBF Efeito (DLRR)	0,00	0,00
<b>Tributações Autónomas</b>		
Despesas de representação + Artigos para oferta	8.632,03	7.842,41
Viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias	29.984,53	38.261,97
Abonos por deslocações em viatura própria	8.784,92	4.131,01
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>47.401,48</b>	<b>50.235,39</b>

## **29** GARANTIAS PRESTADAS

No âmbito do trabalho interno de reforço da sustentabilidade financeira da empresa, foi conduzido com sucesso um processo estratégico para a retirada dos avais pessoais dos administradores. Esta medida reduz a exposição individual, reforça a autonomia financeira da sociedade e reflete um compromisso com a consolidação de boas práticas de gestão e governação corporativa.

## **30** DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Declara-se que o total dos honorários faturados durante 2025 pelo Revisor Oficial de Contas foi de 15.000 euros.

Declara-se que não existe qualquer dívida em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Segurança Social e ao Estado.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância.

Não foram executadas quaisquer atividades de investigação e desenvolvimento.

## **31** ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

### **31.1** AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 02 de março de 2026.

### **31.2** ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram ou não houve informação acerca de quaisquer outros factos relevantes que pudessem significar alteração da situação à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Albergaria-a-Velha,  
02 de março de 2026

*O Conselho de Administração*  
*Jorge Armando Mendes Loureiro, António Augusto Amaral Loureiro Santos,*  
*Hernâni da Seca Martins Pereira, João Vicente Lourenço, Maria Madalena Videira Pinheiro*



***CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS***

---

***RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL***

EXERCÍCIO 2025



**unimadeiras**  
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A, que compreendem o balanço em 31/12/2025 (que evidencia um total de 33.340.482,65 euros e um total de capital próprio de 12.913.626,03 euros, incluindo um resultado líquido de 585.482,03 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A. em 31/12/2025 o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

1/3

R. da Ferrária, n.º 74 – 4435-250 Rio Tinto Gondomar | 224803400 - 939400277 | [s.amorim.roc@gmail.com](mailto:s.amorim.roc@gmail.com)

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Gondomar, 24 de março de 2026



Lurdes Susana Mendes Amorim  
Revisor Oficial de Contas n.º 1671  
Inscrita da CMVM sob o n.º 20161281

3/3

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e com Estatutos da sociedade, vimos submeter à apreciação dos Senhores Acionistas, o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2025 de UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

### Relatório

No decorrer deste exercício acompanhámos com regularidade a evolução das operações e investimentos da Empresa e procedemos às verificações que considerámos necessárias ao desempenho das funções que nos estão confiadas. Efetuamos reuniões trimestrais conjuntas com o Conselho de Administração, tendo sempre obtido por partes desde Conselho e dos serviços, os esclarecimentos solicitados.

Analisamos os documentos apresentados pelo Conselho de Administração, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivos Anexos.

Apreciamos a Relatório do Revisor Oficial de Contas que integra este conselho. Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas, cuja teor estamos de acordo.

### Parecer

Face ao exposto, somos de Parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração e Colaboradores, pelo esforço e dedicação demonstrados no desempenho das suas funções.

Albergaria-a-Velha, 24 de março de 2026

CONSELHO FISCAL,

  
José Joaquim da Bastos Correia – Presidente

  
Manuel F. Pedrosa – Vogal

  
Lurdes Susana Mendes Amorim – Revisor Oficial de Contas

06.

*RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE*

---





# MENSAGEM DA DIREÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade não é um conceito abstrato na Unimadeiras é o eixo que estrutura a nossa estratégia, orienta as nossas decisões e molda o legado que pretendemos deixar.

Ao longo das últimas duas décadas, a empresa consolidou uma posição de liderança na fileira florestal portuguesa, assumindo-se como um agente de transformação responsável, promotor de valor partilhado e guardião de um património natural e económico essencial ao país.

A Unimadeiras nasceu com a convicção de que a floresta é mais do que um ativo produtivo, é um ecossistema vivo, complexo e interdependente, cuja gestão sustentável exige visão, conhecimento técnico e compromisso ético.

É nesta convicção que assenta a nossa atuação na preservação do equilíbrio entre a prosperidade económica, o respeito ambiental e a coesão social dos territórios onde operamos. Entre 2025 e 2030, a sustentabilidade assume para nós uma nova dimensão estratégica.

A transição climática, a digitalização da economia florestal e a emergência de novos referenciais regulatórios europeus como a CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive) e a EUDR (EU Deforestation Regulation) representam tanto desafios como oportunidades.

Estas diretivas exigem das empresas um grau acrescido de transparência, rastreabilidade e compromisso com os impactos diretos e indiretos das suas atividades.

A Unimadeiras acolhe esta nova era com sentido de responsabilidade e propósito ao alinhar a sua estratégia empresarial com as melhores práticas internacionais de governança ESG, consolidando a confiança junto de clientes, parceiros, investidores e comunidades.

A nossa Estratégia de Sustentabilidade 2025–2030 reflete esta ambição.

É um plano abrangente, ancorado em quatro eixos estruturantes Clima e Energia, Floresta e Biodiversidade, Pessoas e Comunidades e Governança e Transparência que definem a forma como contribuiremos para a neutralidade carbónica, a valorização do capital natural e a construção de um modelo económico regenerativo e circular.

Cada meta foi estabelecida com base em metodologias reconhecidas internacionalmente, e cada indicador traduz um compromisso mensurável e verificável.

Não são intenções são compromissos com prazos, métricas e responsáveis.

A Unimadeiras tem consciência de que o sucesso da transição ecológica e digital depende, sobretudo, da cooperação.

Por isso, mantemos um diálogo permanente com os nossos stakeholders, produtores florestais, clientes industriais, autoridades públicas, academia e sociedade civil de forma a construir respostas conjuntas e soluções que beneficiem o setor e o território.

A floresta é um bem coletivo, a sua proteção e gestão responsável exigem corresponsabilidade e partilha de conhecimento.

Enquanto Diretor de Sustentabilidade, reconheço que o futuro da nossa empresa está intrinsecamente ligado ao futuro da floresta portuguesa.

A neutralidade carbónica, a certificação da origem da madeira, a valorização da biomassa e a promoção de práticas circulares não são metas isoladas são parte de uma visão sistémica de equilíbrio e inovação.

É por isso que, para além de indicadores ambientais, colocamos também o foco nas pessoas, no bem-estar dos colaboradores, na inclusão e na igualdade de oportunidades, na formação contínua e na criação de impacto positivo nas comunidades em que atuamos.

A sustentabilidade é, para nós, uma cultura e a promessa de que cada decisão de hoje deve poder ser explicada e defendida perante as gerações futuras. É esta ética intergeracional que orienta o nosso trabalho diário e nos inspira a fazer mais e melhor com rigor técnico, responsabilidade social e respeito pela floresta que nos sustenta.

Este relatório, que apresenta a Estratégia de Sustentabilidade 2025–2030 da Unimadeiras, é mais do que um exercício de reporte. É uma carta de compromisso com o país, com o planeta e com as pessoas. É também um convite à ação, à construção de um futuro sustentável, inclusivo e de baixo carbono, onde a floresta portuguesa se mantenha viva, produtiva e biodiversa.

Com orgulho, apresentamos este documento como o reflexo do nosso percurso e da nossa visão. Com humildade, sabemos que há ainda muito por fazer e com determinação, continuaremos a trabalhar todos os dias para que a Unimadeiras seja parte ativa da solução.

**Nuno M. Pinto**

*Diretor de Sustentabilidade*

*Unimadeiras – dezembro de 2025*

## PARTE I - ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

### 1 NOTA DE ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL E CONTEXTO ESTRATÉGICO 2025 - 2030

A Unimadeiras é hoje uma referência nacional no setor florestal e da biomassa, reconhecida pela sua capacidade de resposta ao território, pela solidez técnica da sua atuação e pela coerência estratégica que mantém desde a sua fundação.

Mais do que uma empresa, a Unimadeiras é um **ecossistema de valor partilhado**, que liga milhares de proprietários, produtores, indústrias e comunidades, numa rede que assegura emprego, rendimento, conservação e gestão ativa da floresta portuguesa.

Os cenários climáticos apresentados na COP30 reforçam que, com as políticas e compromissos atualmente implementados, o mundo se encontra numa trajetória de aproximadamente **2,6°C de aquecimento até 2100** (Climate Action Tracker, 2025). Este horizonte constitui um risco sistémico para setores intensivos em cadeias logísticas, recursos naturais e uso do solo, como o setor florestal e bioenergético, impactando diretamente a nossa atividade.

Os cenários mais recentes apresentados durante a COP30 indicam que, com as políticas atuais, o mundo se encontra numa trajetória de aproximadamente 2,6 °C até ao final do século. Para a UNIMADEIRAS, este cenário traduz-se em riscos operacionais claros, sobretudo ao nível do transporte de matérias-primas, incêndios florestais, volatilidade logística e novas exigências regulatórias.

Em resposta, a empresa estrutura o seu plano de ação 2025 - 2030 com enfoque na descarbonização da cadeia logística, melhoria da eficiência operacional e reforço do papel das florestas como sumidouros de carbono. Assim, o presente relatório enquadra os resultados da pegada de carbono numa visão estratégica coerente com os desafios globais identificados na COP30.

### 2 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DE UM MODELO SUSTENTÁVEL

Desde a sua origem, a Unimadeiras foi desenhada para criar pontes entre a floresta e a indústria, promovendo uma economia florestal moderna, profissional e sustentável.

Ao longo de mais de duas décadas de atividade, consolidou-se como **parceiro estratégico de algumas das maiores empresas industriais portuguesas**, como a The Navigator Company, Altri Group, Lactogal ou Naparpellets, sendo reconhecida pela fiabilidade operacional e pela sua abordagem orientada à sustentabilidade.

O modelo de negócio da empresa assenta numa **gestão integrada e descentralizada**, que valoriza a proximidade ao território e o conhecimento técnico local. Com uma rede de operação que cobre cerca de **96 000 hectares de floresta sob gestão** dos quais aproximadamente **400 hectares são propriedade direta**, a Unimadeiras atua em parceria com mais de **3 000 produtores florestais**, gerando impacto económico e social direto em mais de 2 000 empregos distribuídos pelas regiões Norte e Centro do país.

Este modelo, assente em **parcerias duradouras e relações de confiança**, tem permitido à empresa alcançar uma escala significativa e uma elevada capacidade de adaptação às flutuações de mercado, garantindo simultaneamente a rastreabilidade, a legalidade e a sustentabilidade de toda a madeira e biomassa comercializada.

### 3 CERTIFICAÇÃO, CONFORMIDADE E LIDERANÇA AMBIENTAL

A certificação florestal e energética é um dos pilares centrais da atuação da Unimadeiras.

A empresa opera sob os referenciais **FSC® (Forest Stewardship Council)**, **PEFC™ (Programme for the Endorsement of Forest Certification)** e **SBP (Sustainable Biomass Program)**, assegurando a conformidade de toda a cadeia de custódia e a transparência nos processos de compra e venda de madeira.

Esta certificação não é apenas uma exigência de mercado é um compromisso ético com a floresta e com o consumidor final. A rastreabilidade da origem da madeira, a monitorização dos fluxos logísticos e a avaliação contínua do desempenho ambiental são dimensões que a Unimadeiras tem vindo a reforçar progressivamente.

Em 2025, a empresa deu início a um **programa de digitalização integral dos fluxos de cadeia de valor**, visando a integração de dados em tempo real e a antecipação de riscos ambientais, climáticos e operacionais. Este investimento em tecnologia e dados é também uma resposta à nova **Regulamentação Europeia de Desflorestação (EUDR)**, que impõe rastreabilidade geográfica e due diligence digital até 2027.

### 4 SUSTENTABILIDADE COMO EIXO DE COMPETITIVIDADE

Na Unimadeiras, a sustentabilidade não é uma obrigação legal é uma vantagem competitiva.

O setor florestal português enfrenta hoje desafios estruturais que exigem inovação e cooperação tais como o envelhecimento da propriedade, a fragmentação fundiária, os riscos crescentes de incêndio e as alterações climáticas.

A empresa tem procurado responder a estes desafios com visão sistémica, integrando a sustentabilidade como fator de diferenciação e de eficiência.

Entre 2025 e 2030, a estratégia corporativa da Unimadeiras baseia-se em três princípios fundamentais

1. **Descarbonizar e regenerar** - Reduzir a pegada de carbono e valorizar o capital natural.
2. **Circularizar e digitalizar** - Promover a circularidade e a transparência através da inovação tecnológica.
3. **Humanizar e capacitar** - Investir nas pessoas, nas comunidades e na governança ética.

Estes princípios materializam-se em metas concretas:

- Redução de 45% nas emissões diretas e indiretas (âmbitos 1 e 2) até 2030
- Integração progressiva de energia 100% renovável
- Gestão sustentável de 100% da biomassa
- Aumento da área certificada e adoção plena dos referenciais **CSRD** e **IFRS**.

## 5 CONTRIBUTO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Unimadeiras alinha a sua estratégia com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** das Nações Unidas, contribuindo de forma direta e mensurável para os seguintes:

- **ODS 7** – Energia Limpa e Acessível;
- **ODS 8** – Trabalho Digno e Crescimento Económico;
- **ODS 12** – Produção e Consumo Sustentáveis;
- **ODS 13** – Ação Climática;
- **ODS 15** – Vida Terrestre;
- **ODS 16 e 17** – Paz, Justiça, Instituições Eficazes e Parcerias para a Implementação.

A relação entre estes objetivos e os quatro eixos estratégicos da Unimadeiras é dinâmica e interdependente. As metas ambientais reforçam a competitividade económica, e as metas sociais e de governança sustentam a resiliência institucional.



## 6 VISÃO 2030 – UM COMPROMISSO COM O FUTURO

A visão da Unimadeiras para 2030 é clara:

**"Ser uma empresa florestal neutra em carbono, digitalmente integrada e socialmente inclusiva."**

A neutralidade carbónica não é entendida apenas como compensação de emissões, mas como uma **transformação estrutural** do modelo de operação substituindo combustíveis fósseis, promovendo energias limpas, otimizando o transporte, valorizando subprodutos e reforçando a captura de carbono através de práticas florestais regenerativas.

O plano estratégico prevê também a criação de um **Centro de Competências em Sustentabilidade Florestal**, dedicado à investigação, formação e desenvolvimento de novos modelos de gestão adaptativa.

Este centro, em parceria com universidades, empresas e entidades públicas, procurará traduzir a ciência em prática operacional e promover a transferência de conhecimento para o território.

Ao mesmo tempo, a Unimadeiras compromete-se a **reforçar a literacia ambiental e social** junto dos seus stakeholders, fomentando uma cultura de sustentabilidade baseada na partilha de dados, na transparência e na corresponsabilidade. É assim que a empresa entende o seu papel no mercado onde atua como **catalisadora da transformação sustentável da fileira florestal portuguesa**.

## PARTE II - ESTRATÉGIA ESG 2025 – 2030

### 7 EIXO AMBIENTAL – CLIMA E ENERGIA / FLORESTA SUSTENTÁVEL E BIODIVERSIDADE / CIRCULARIDADE E RECURSOS

A dimensão ambiental é o pilar fundacional da sustentabilidade na Unimadeiras.

Enquanto empresa cuja atividade depende diretamente do equilíbrio ecológico e da vitalidade dos ecossistemas florestais, a Unimadeiras reconhece que a sua responsabilidade vai muito além da conformidade legal. Traduz-se numa obrigação ética e operacional de mitigar impactos, regenerar recursos e contribuir ativamente para a resiliência climática e ecológica de Portugal.

A Estratégia 2025 - 2030 integra três vertentes complementares:

- **Clima e Energia**
- **Floresta Sustentável**
- **Biodiversidade e Circularidade e Recursos**

Estas três vertentes em conjunto, estruturam a política ambiental da empresa e asseguram a sua contribuição efetiva para os **ODS 7, 12, 13 e 15**.

#### 7.1 CLIMA E ENERGIA

##### 7.1.1 ENQUADRAMENTO E COMPROMISSO CLIMÁTICO

O setor florestal português tem um papel determinante na mitigação das alterações climáticas, quer como sumidouro de carbono, quer como fornecedor de matérias-primas renováveis que substituem produtos fósseis.

A Unimadeiras posiciona-se neste contexto como uma empresa de **transição energética e carbónica**, comprometida com a redução absoluta das emissões e com a descarbonização da cadeia de valor.

O **Plano Climático 2025 - 2030** define objetivos mensuráveis e progressivos, em linha com a **Science Based Targets initiative (SBTi)** e com o **Acordo de Paris**.

Até 2030, a empresa compromete-se a:

- **Reduzir 45% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE)** nos âmbitos 1 e 2;
- **Reduzir 30% das emissões no âmbito 3**, associadas à cadeia de fornecimento e transporte;
- **Atingir ≥ 50% de consumo de energia renovável**, através de contratos **PPA (Power Purchase Agreements)** e de autoconsumo fotovoltaico;
- Submeter as metas à validação **SBTi até 2027**.

## 7.1.2 GESTÃO ENERGÉTICA E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A eficiência energética é tratada como um vetor de competitividade e inovação.

Entre 2025 e 2030, serão implementadas medidas de:

- Substituição gradual de combustíveis fósseis por biocombustíveis e eletrificação de frotas;
- Digitalização de consumos e monitorização em tempo real.

Estes investimentos serão acompanhados por um **Sistema de Gestão de Energia (SGE)** em conformidade com a **ISO 50001**, garantindo uma melhoria contínua e auditável do desempenho energético.

## 7.1.3 ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA

A mitigação das emissões é complementada pela **adaptação aos riscos climáticos físicos**, nomeadamente secas prolongadas, incêndios e eventos meteorológicos extremos.

Estamos a estudar a oportunidade de desenvolver, em parceria com centros de investigação, um **modelo de risco climático florestal** que cruza dados de humidade, temperatura e biomassa acumulada, permitindo antecipar vulnerabilidades e definir medidas preventivas.

O objetivo é proteger o património natural sob gestão e garantir a continuidade das operações mesmo em cenários climáticos adversos.

## 7.1.4 RISCOS CLIMÁTICOS DA UNIMADEIRAS (TCFD / CSRD)

CSRD obriga a uma avaliação de **riscos físicos e riscos de transição**.

A trajetória de 2,6 °C amplifica ambos.

### Riscos físicos relevantes para a UNIMADEIRAS:

- **Incêndios florestais mais intensos e frequentes**, pressionando operações florestais, abastecimento e seguros.
- **Degradação acelerada dos solos**, afetando produtividade, logística e valorização do território.
- **Eventos extremos** que perturbam cadeias de transporte downstream.
- **Stress hídrico** que afeta a biodiversidade, operações e fornecedores.

### Riscos de transição:

- **Regulação climática mais exigente** (EUDR, CBAM, novas diretivas de transporte).
- **Custos operacionais crescentes** para transporte com combustíveis fósseis (que representam 98,8% da tua pegada).
- **Pressão de clientes institucionais** para redução acelerada da pegada de carbono.
- **Mercados de biomassa e madeira sujeitos a escrutínio acrescido**.

Uma trajetória global de 2,6 °C implica riscos materiais para o setor florestal e para as cadeias logísticas. Estes riscos foram integrados na análise de materialidade dupla e reforçam a urgência das metas de redução até 2030 definidas pela empresa.

## 7.2 FLORESTA SUSTENTÁVEL E BIODIVERSIDADE

### 7.2.1 GESTÃO ATIVA E CERTIFICADA

A floresta é a base de tudo o que a Unimadeiras representa.

O seu modelo de negócio assenta na **gestão florestal sustentável**, certificada pelos sistemas **FSC®**, **PEFC™** e **SBP**, assegurando que toda a madeira e biomassa provêm de fontes legalmente verificadas e ambientalmente responsáveis.

Até 2030, a empresa compromete-se a:

- Garantir que **≥ 80% da madeira adquirida é certificada FSC ou PEFC**;
- Manter **100% da biomassa certificada SBP**;
- Alargar o número de produtores certificados através do programa Unifloresta Sustentável, que oferece apoio técnico e formação em boas práticas;
- Mapear 100% das áreas de aprovisionamento com georreferenciação e dados de risco climático.

### 7.2.2 CONSERVAÇÃO E RESTAURO ECOLÓGICO

A Unimadeiras reconhece a sua responsabilidade na **preservação da biodiversidade** e na manutenção dos serviços ecossistémicos.

Com base nos referenciais **ESRS E4** e **ODS 15**, a empresa adota um modelo de gestão adaptativa, que procura equilibrar produtividade com conservação.

As ações incluem:

- identificação e proteção de **áreas de elevado valor de conservação**;
- aumento progressivo das zonas de refúgio e corredores ecológicos;
- **controlo de espécies invasoras** e promoção de regeneração natural;
- promoção de mosaicos florestais mais resilientes ao fogo;
- participação em projetos de **restauro de ecossistemas degradados**, em parceria com municípios e entidades científicas.

A monitorização da biodiversidade será reforçada através da instalação de **bio-sensores acústicos e drones multiespectrais**, permitindo registar espécies indicadoras e avaliar o estado dos habitats.

A meta é dispor de **relatórios de biodiversidade anuais até 2027**, alinhados com as recomendações da **Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD)**.

### 7.2.3 EDUCAÇÃO FLORESTAL E CAPACITAÇÃO LOCAL

A gestão sustentável da floresta só é possível com o envolvimento das pessoas que dela vivem e dela dependem. A empresa promove ações regulares de **formação e sensibilização** junto de produtores florestais e comunidades, centradas em temas como prevenção de incêndios, gestão de combustíveis, poda seletiva, solos e valorização de resíduos.

Estes programas, realizados em parceria com autarquias e escolas, visam criar uma nova geração de gestores florestais conscientes e tecnicamente preparados.

## 7.3 CIRCULARIDADE E RECURSOS

### 7.3.1 ECONOMIA CIRCULAR E VALORIZAÇÃO INTEGRAL

A circularidade é o princípio que liga o setor florestal à bioeconomia moderna.

A Unimadeiras procura transformar cada resíduo em recurso, eliminando desperdícios e fechando o ciclo de valor.

A sua atuação na área da biomassa é um exemplo claro de **valorização integral da madeira**: aquilo que não é aproveitado para serra, pasta ou painel, converte-se em energia renovável e calor útil.

Até 2030, a empresa compromete-se a:

- **valorizar ≥ 90% dos resíduos** e subprodutos das suas operações;
- implementar um **sistema interno de rastreio de fluxos de resíduos** com métricas de reutilização e reciclagem;
- reduzir a **pegada hídrica em 25%**;
- eliminar progressivamente plásticos não recicláveis das operações logísticas;
- integrar critérios de **eco-design** em embalagens e processos administrativos.

### 7.3.2 TRANSIÇÃO DIGITAL E MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

A circularidade é também digital.

O projeto **“ESG Data Hub 2027”** da Unimadeiras irá centralizar toda a informação ambiental, social e de governança, tendo como objetivo reportar automaticamente emissões, consumos e indicadores de desempenho.

Esta plataforma assegurará a rastreabilidade exigida pela **EUDR** e facilitará a comunicação transparente com clientes e autoridades.

Com este investimento, a Unimadeiras reforça a sua ambição de ser **uma empresa data-driven**, capaz de tomar decisões com base em evidência e de demonstrar, com rigor, o seu contributo para a mitigação das alterações climáticas.

### 7.3.3 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL PARTILHADA

A empresa reconhece que a sustentabilidade ambiental é um processo coletivo.

Por isso, privilegia parcerias com entidades públicas e privadas que partilham o mesmo compromisso, apoiando projetos de investigação aplicada, programas de reflorestação e campanhas de sensibilização ambiental.

**Entre 2025 e 2030, prevê-se a participação ativa em:**

- iniciativas de compensação florestal certificada;
- programas de captura de carbono;
- redes colaborativas de economia circular a nível regional.

Dimensão	Meta 2030	Indicador	Estado Base 2025	ODS
Clima e Energia	-45% GEE (Âmb. 1-2) -30% (Âmb. 3)	Emissões (tCO <sub>2</sub> e)	Inventário 2024 concluído	7   13
Energia Renovável	≥ 50%	% total consumo	PPA em negociação	7   13
Madeira Certificada	≥ 80% FSC/PEFC	% total	71%	12   15
Biomassa SBP	100%	% certificada	100%	12   15
Valorização de Resíduos	≥ 90%	% valorização	82%	12
Pegada Hídrica	-25%	m <sup>3</sup> /ano	Estudo em curso	6   12
Biodiversidade	Relatório TNFD anual	n.º relatórios	0 (2024)	15

A estratégia ambiental da Unimadeiras não se limita à mitigação, procura gerar **valor regenerativo**, promovendo uma floresta mais diversa, produtiva e resiliente.

Ao adotar uma abordagem baseada em ciência, certificação e inovação tecnológica, a empresa posiciona-se como um dos agentes mais credíveis e transformadores da bioeconomia portuguesa.

## 8 EIXO SOCIAL – PESSOAS E COMUNIDADES

A sustentabilidade da Unimadeiras começa nas pessoas.

É nelas que reside o conhecimento técnico, a resiliência, a capacidade de inovação e o sentido de propósito que sustentam a operação diária e a reputação da empresa. Por isso, o Eixo Social da Estratégia 2025 – 2030 é mais do que um conjunto de políticas: é uma **visão humanista e integrada**, que reconhece os colaboradores, os parceiros e as comunidades como elementos indissociáveis do sucesso da organização.

A floresta, enquanto sistema vivo, precisa de cuidados, presença e dedicação.

Da mesma forma, as empresas que dela dependem só prosperam quando investem no bem-estar, na formação e na dignidade das pessoas que garantem a sua vitalidade. É esta a matriz ética e social da Unimadeiras.

### 8.1 SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR

#### Cultura de segurança e prevenção

A segurança é tratada na Unimadeiras como um valor inegociável.

Cada atividade, seja em campo, armazém ou escritório, é planeada com base na **prevenção, formação e vigilância contínua dos riscos**.

O objetivo é simples e inadiável: **“Zero Acidentes Graves”**.

Para atingir essa meta, a empresa mantém um **Sistema Integrado de Saúde e Segurança no Trabalho**, em conformidade com a **ISO 45001**, que cobre todas as operações e parceiros contratados.

Os planos de inspeção e manutenção preventiva são revistos trimestralmente, e as equipas dispõem de formação obrigatória em segurança operacional, condução defensiva, combate a incêndios e ergonomia.

Entre 2025 e 2030, a empresa compromete-se a:

- Manter **taxa de acidentes graves igual a zero**;
- Assegurar **100 % de cobertura formativa** em SST;
- Disponibilizar **apoio psicológico e ergonomia adaptada** a 100 % dos colaboradores até 2027.

#### Promoção do bem-estar e da saúde mental

A Unimadeiras entende o bem-estar como um conceito amplo, físico, psicológico e social.

Por isso, serão reforçadas as iniciativas de promoção da **saúde mental, equilíbrio trabalho-vida pessoal e hábitos de vida saudáveis**, com programas de nutrição, atividade física e mindfulness em parceria com entidades externas.

A empresa prevê a criação do programa **“Floresta Viva – Pessoas Felizes”**, com foco em prevenção do burnout e gestão emocional.

## 8.2 IGUALDADE, DIVERSIDADE E LIDERANÇA

### Equidade como princípio de gestão

A equidade e a diversidade são valores fundadores da cultura corporativa da Unimadeiras.

A empresa reconhece que a inclusão de diferentes perspectivas de gênero, idade, origem ou formação enriquece as decisões e fortalece a inovação.

Para concretizar esta meta, foram definidos três eixos de atuação:

1. **Recrutamento inclusivo** – adoção de práticas cegas a gênero e idade nas fases iniciais de seleção;
2. **Mentoria e capacitação** – programas de liderança feminina e apoio a trajetórias técnicas e operacionais;
3. **Governança da igualdade** – criação de um **Comité de Diversidade e Inclusão**, responsável por avaliar progressos e propor medidas corretivas.

### Inclusão intergeracional e qualificação contínua

A Unimadeiras integra profissionais de diferentes gerações e promove o **equilíbrio entre experiência e inovação**.

Com base no conceito de “competências verdes”, serão desenvolvidos programas de **requalificação técnica e digital** (upskilling e reskilling) orientados para a transição energética e a digitalização florestal.

Até 2030, o objetivo é garantir que **100% dos colaboradores participem em ações de formação anual**, com foco em sustentabilidade, tecnologia e liderança ética.

## 8.3 ENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

### A floresta como eixo de coesão territorial

A Unimadeiras é uma empresa do território e para o território.

As suas operações têm impacto direto em dezenas de municípios rurais, promovendo emprego, fixação populacional e sustentabilidade económica local.

Por isso, a empresa entende que o seu papel vai além da exploração de recursos e é também o de **parceiro no desenvolvimento social e ambiental das regiões florestais**.

Entre 2025 e 2030, a Unimadeiras implementará o **Programa Comunidades Vivas**, estruturado em três dimensões:

1. **Educação ambiental e literacia florestal**, em colaboração com escolas e autarquias, fomentando o orgulho e a responsabilidade ambiental entre jovens.
2. **Apoio a microiniciativas locais** ligadas à conservação, turismo de natureza e empreendedorismo rural.
3. **Voluntariado corporativo**, envolvendo colaboradores em ações de reflorestação, limpeza e sensibilização.

A meta é que **100 % das comunidades onde a empresa atua tenham um programa ativo até 2028**, com indicadores de impacto social e ambiental monitorizados anualmente.

## Impacto econômico e social da fileira

O impacto socioeconômico da Unimadeiras vai muito além dos seus números diretos.

Através da sua rede de mais de **3 000 produtores florestais** e **2 000 empregos diretos e indiretos**, a empresa é um vetor de **redistribuição de rendimento e conhecimento técnico**, contribuindo para a valorização do setor primário e a estabilidade das cadeias industriais nacionais.

Em 2025, a empresa iniciou a elaboração do **Relatório de Impacto Territorial**, que permitirá quantificar anualmente os benefícios econômicos, sociais e ambientais associados à sua atividade.

### 8.4 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CONHECIMENTO

A capacitação é o instrumento mais poderoso para transformar a relação das pessoas com a floresta.

A Unimadeiras acredita que o futuro da fileira depende da **educação técnica, digital e ambiental** das novas gerações de profissionais.

Por isso, entre 2025 e 2030, serão promovidas parcerias com universidades, centros tecnológicos e associações florestais para criar uma **Academia Florestal Unifloresta**, dedicada à formação avançada em:

- Gestão florestal sustentável e certificação;
- Monitorização digital e sistemas de informação geográfica (SIG);
- Economia circular e valorização de subprodutos;
- Governança ESG e conformidade regulatória.

A academia funcionará como plataforma de formação e inovação aplicada, promovendo a transição do conhecimento acadêmico para o terreno.

Dimensão	Indicador	Meta 2030	Estado Base 2025	ODS
Saúde e Segurança	Taxa de acidentes graves	0	0	8   3
Formação em SST	% colaboradores abrangidos	100%	78%	8
Mulheres em liderança	% do total de cargos de chefia	≥ 40 %	26%	5   10
Participação em formação anual	% total de colaboradores	100%	72%	4   8
Comunidades com programa ativo	% do total de municípios abrangidos	100% até 2028	45%	11   17
Satisfação organizacional	Índice interno de clima	≥ 80 %	68%	8

## 8.5 UM CAPITAL HUMANO SUSTENTÁVEL

O valor da Unimadeiras mede-se pelas pessoas que a compõem.

Cada colaborador é um embaixador da floresta e da cultura organizacional que distingue a empresa. Por isso, a estratégia social não é um apêndice da sustentabilidade, é o seu centro de gravidade.

O investimento em pessoas, em formação e em bem-estar é o que garante a perenidade do negócio e o equilíbrio entre rentabilidade e propósito.

Ao fomentar uma cultura de segurança, diversidade e partilha, a Unimadeiras assegura que a sua pegada social é positiva e duradoura.

A floresta só prospera quando as pessoas prosperam com ela.

Este é o compromisso que orienta todas as decisões do eixo social: **crescer de forma inclusiva, segura e justa**.

## 9 EIXO DE GOVERNANÇA – ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

A sustentabilidade é indissociável da boa governança.

Sem ética, sem transparência e sem integridade, nenhuma política ambiental ou social pode gerar confiança nem garantir continuidade.

A Unimadeiras encara a governança não como um requisito regulatório, mas como o **alicerce da credibilidade e da criação de valor a longo prazo**.

Este eixo da Estratégia 2025–2030 consolida o compromisso da empresa com uma gestão responsável, participativa e orientada para resultados, integrando os princípios **ESG** em todas as esferas de decisão, desde a administração ao relacionamento com fornecedores, clientes e comunidades.

### 9.1 ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

A estrutura de governação da Unimadeiras foi desenhada para assegurar equilíbrio, transparência e responsabilização.

O modelo assenta em três níveis complementares:

- 1. Conselho de Administração** – órgão máximo de decisão, responsável pela estratégia global, supervisão financeira e definição das prioridades ESG.
- 2. Direção de Sustentabilidade** – unidade executiva que assegura a implementação das políticas ESG, o reporte de desempenho e o acompanhamento das auditorias externas. Reporta diretamente ao Conselho de Administração, garantindo autonomia técnica e independência de decisão.
- 3. Rede Operacional e Stakeholders** – composta por gestores regionais, técnicos florestais, auditores e parceiros externos, que asseguram a execução das práticas de sustentabilidade no terreno.
  - O diálogo entre níveis hierárquicos é regular e documentado, reforçando a cultura de prestação de contas (*accountability*).

Este modelo garante que a sustentabilidade não é uma área isolada, mas uma responsabilidade partilhada e transversal a toda a organização.

## 9.2 ÉTICA, INTEGRIDADE E CULTURA DE CONFORMIDADE

### Código de Ética e Conduta

O **Código de Ética da Unimadeiras**, atualizado anualmente, define as normas de integridade, imparcialidade e transparência que regem a conduta de todos os colaboradores, dirigentes e fornecedores.

Este documento reflete os princípios da **OCDE**, da **ONU (Pacto Global)** e da **ISO 37001 (Anti-Bribery Management System)**.

Os compromissos centrais incluem:

- **Tolerância zero** a corrupção, suborno, fraude e conflitos de interesse;
- Proibição de qualquer forma de discriminação, assédio ou abuso de poder;
- Proteção e confidencialidade de dados pessoais e empresariais;
- Responsabilidade social e ambiental em todas as decisões.

### Canal de Denúncia e Proteção de Denunciantes

Em conformidade com a Diretiva Europeia 2019/1937, a Unimadeiras dispõe de um **Canal de Denúncia Confidencial**, acessível a colaboradores e parceiros, permitindo reportar comportamentos ilícitos ou contrários ao Código de Ética.

As denúncias são analisadas por uma **Comissão Independente de Ética e Compliance**, assegurando anonimato, imparcialidade e proteção contra retaliações.

### Due Diligence e Avaliação de Risco

O processo de **due diligence ESG** da Unimadeiras é contínuo e abrange:

- Análise prévia e periódica de fornecedores e parceiros (legalidade, certificações, riscos ambientais e sociais);
- Integração de critérios ESG nas compras e contratos;
- Avaliação anual de riscos éticos e reputacionais;
- Implementação de medidas corretivas e de melhoria.

Em 2025, foi iniciada a **plataforma digital de due diligence EUDR**, que permitirá a rastreabilidade geográfica e documental completa das cadeias de fornecimento até 2027.

## 9.3 TRANSPARÊNCIA E REPORTE ESG

A transparência é o pilar que sustenta a confiança do mercado e da sociedade.

A Unimadeiras compromete-se a **publicar anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade**, em conformidade com a **CSRD** e as normas **ESRS**, garantindo a rastreabilidade e a verificação independente dos dados divulgados.

### Assurance e Auditoria Externa

Todos os dados de desempenho ambiental, social e de governança são submetidos a **asseguração externa limitada**, por entidade independente, garantindo rigor metodológico e conformidade com as normas **IFRS S1 e S2**.

O objetivo é evoluir para um regime de asseguração razoável até 2029.

## Transparência na Cadeia de Valor

A empresa mantém diálogo permanente com clientes e parceiros, partilhando informação sobre certificações, indicadores e auditorias.

Serão publicados relatórios de **impacto ESG setorial**, evidenciando as contribuições da Unimadeiras para a economia florestal portuguesa, a criação de emprego e a mitigação climática.

## 9.4 GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

A robustez da governança depende de um sistema de **gestão de riscos corporativos (ERM)** eficaz, que antecipe vulnerabilidades e minimize impactos.

O modelo da Unimadeiras identifica, avalia e monitora riscos em quatro categorias:

1. **Operacionais** – segurança, incêndios, falhas logísticas;
2. **Ambientais** – alterações climáticas, escassez de recursos, conformidade EUDR;
3. **Financeiros** – flutuação de preços, crédito, liquidez;
4. **Reputacionais e de Compliance** – não conformidade ética ou regulatória.

Cada risco é acompanhado por **planos de mitigação específicos**, com responsáveis nomeados e prazos definidos.

As auditorias internas são realizadas anualmente, com relatórios apresentados ao Conselho de Administração.

## 9.5 INTEGRAÇÃO ESG NA ESTRATÉGIA CORPORATIVA

O verdadeiro valor da governança está na integração dos fatores ESG nas decisões de negócio.

Na Unimadeiras, cada investimento, contrato ou projeto é avaliado com base em critérios de sustentabilidade, considerando:

- Impacto climático e energético;
- Contribuição para a biodiversidade e circularidade;
- Efeitos sociais e territoriais;
- Risco ético e reputacional.

Este modelo é operacionalizado através da **Direção de Sustentabilidade**, que reúne trimestralmente as direções financeira, operacional e de sustentabilidade, assegurando alinhamento entre desempenho económico e responsabilidade ambiental e social.

A empresa adota também o **princípio da dupla materialidade**, conforme a CSRD: analisa não apenas o impacto das suas atividades no ambiente e na sociedade, mas também como as questões ambientais e sociais afetam o seu desempenho financeiro e a sua viabilidade a longo prazo.

Dimensão	Indicador	Meta 2030	Estado Base 2025	ODS
Ética e Integridade	Contratos com cláusulas ESG	100%	76%	16   17
Canal de Denúncia	Casos reportados e resolvidos	100% tratados	Em implementação	16
Formação em Ética e Compliance	% colaboradores abrangidos	100%	68%	16
Assurance Externa	Nível de asseguaração	Razoável até 2029	Limitada	12   16
Integração ESG	Projetos com análise ESG prévia	100%	82%	12   13
Transparência	Publicação anual do relatório CSRD	Garantida	Primeira edição 2025	17

## 9.6 UMA GOVERNANÇA PARA O FUTURO

A Unimadeiras acredita que governar bem é servir melhor.

A ética não é um departamento, é um comportamento.

A transparência não é uma exigência, mas sim uma escolha consciente de quem quer merecer confiança. Por isso, a empresa continuará a consolidar uma cultura corporativa baseada em integridade, participação e prestação de contas, onde a sustentabilidade é não apenas um compromisso, mas um dever assumido perante a sociedade e as gerações futuras.

Ao integrar a governança no coração da estratégia, a Unimadeiras reafirma-se como uma **empresa de referência na fileira florestal portuguesa**, que cresce com propósito e lidera com valores.

## PARTE III - STAKEHOLDERS E GESTÃO DO RISCO CLIMÁTICO

### 10 ENVOLVIMENTO DE STAKEHOLDERS E CRIAÇÃO DE VALOR PARTILHADO

A sustentabilidade da Unimadeiras depende da confiança que mantém com o seu ecossistema de stakeholders.

A empresa atua num setor que liga o ambiente, a economia e as pessoas e, por isso, reconhece que **cada decisão tem impacto para lá da sua esfera direta**.

A estratégia 2025 - 2030 reforça uma cultura de diálogo e cooperação com todos os agentes da fileira florestal e energética, alicerçada em transparência, corresponsabilidade e benefício mútuo.

## 10.1 MAPEAMENTO E PRIORIZAÇÃO DE STAKEHOLDERS

A Unimadeiras desenvolveu um **modelo sistemático de identificação e análise de stakeholders**, com base nos critérios de influência, impacto e dependência.

O processo de mapeamento é atualizado anualmente e integra quatro categorias principais:

<b>Categoria</b>	<b>Principais Stakeholders</b>	<b>Tipo de Envolvimento</b>	<b>Expectativas Principais</b>
<b>Internos</b>	Colaboradores, direção e acionistas	Reuniões, inquéritos e formação	Segurança, reconhecimento, transparência
<b>Cadeia de Valor</b>	Fornecedores, prestadores de serviços, transportadores	Auditorias, contratos e workshops	Conduta ética, prazos, certificação
<b>Clientes e Parceiros Industriais</b>	Navigator, Altri, Lactogal, Naparpellets, Kemexon	Acordos de fornecimento e compliance ESG	Fiabilidade, rastreabilidade, descarbonização
<b>Institucionais e Comunitários</b>	Autarquias, universidades, ONG, associações florestais	Protocolos, projetos e parcerias	Desenvolvimento local, conservação e literacia ambiental

A empresa mantém **mecanismos formais de diálogo** — reuniões de stakeholders, consultas temáticas e inquéritos de perceção — que alimentam o processo de **análise de materialidade**, conforme o princípio da **dupla materialidade (CSRD/ESRS)**.

## 10.2 MATERIALIDADE E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A análise de materialidade é o instrumento que assegura que a estratégia corporativa responde às expectativas reais das partes interessadas e às prioridades ESG.

Em 2025, a Unimadeiras atualizou a sua **Matriz de Materialidade 2.0**, resultado de um processo de auscultação que envolveu mais de **120 stakeholders**, incluindo representantes da academia, entidades públicas, clientes industriais, produtores florestais e organizações da sociedade civil.

Os temas considerados **“altamente materiais”** foram agrupados em quatro dimensões:

- 1. Ambiental** – alterações climáticas, gestão florestal sustentável, biodiversidade, economia circular;
- 2. Social** – segurança, diversidade, direitos laborais, impacto territorial;
- 3. Governança** – ética, transparência, rastreabilidade e conformidade regulatória;
- 4. Económica** – inovação, competitividade e transição justa.

Esta matriz constitui a base do planeamento estratégico e é revista bianualmente, garantindo a sua relevância face à evolução das condições de mercado e do quadro regulatório europeu.

## 11 GESTÃO DO RISCO CLIMÁTICO

### 11.1 ENQUADRAMENTO

As alterações climáticas representam o maior desafio estrutural para o setor florestal português.

O aumento da temperatura média, a irregularidade da precipitação, a maior frequência de secas e incêndios, e a proliferação de pragas e doenças florestais têm efeitos diretos sobre a produtividade, a rentabilidade e a resiliência das operações.

A Unimadeiras reconhece que a **resposta ao risco climático deve ser transversal**, integrando a mitigação (redução de emissões) e a adaptação (prevenção e preparação para impactos físicos).

### 11.2 ABORDAGEM TCFD

A política de gestão climática da empresa segue as quatro dimensões definidas pela **Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)**:

- Governança** – O Conselho de Administração supervisiona a integração dos riscos e oportunidades climáticas nas decisões estratégicas e financeiras.
- Estratégia** – A análise de cenários climáticos orienta os investimentos, nomeadamente em logística, energia e gestão florestal.
- Gestão de Risco** – Os riscos climáticos são incorporados no sistema de Enterprise Risk Management (ERM).
- Métricas e Metas** – O desempenho é avaliado com base em indicadores quantitativos (emissões, consumo energético, produtividade florestal) e qualitativos (resiliência, maturidade de gestão).

Tipo	Exemplo	Impacto Potencial	Resposta Estratégica
Físico Agudo	Incêndios florestais, eventos extremos	Perda de matéria-prima, interrupção de operações	Sistemas de deteção e resposta rápida, mosaicos resilientes
Físico Crónico	Aumento de temperatura, secas, pragas	Redução de produtividade, alteração de espécies	Gestão adaptativa, diversificação florestal
Transição Regulatória	Novas exigências CSRD, EUDR	Custos de conformidade, risco de exclusão de mercado	Digitalização, due diligence, auditorias de cadeia
Mercado e Reputação	Pressão de clientes e investidores	Perda de competitividade, risco reputacional	Transparência, comunicação ESG, certificação
Financeiro	Custos de seguros, flutuação de preços	Impacto nos resultados e cash flow	Hedging, planeamento climático e reservas estratégicas

A integração destes riscos é operacionalizada através de uma **matriz de risco ESG**, onde são definidos níveis de probabilidade e impacto, medidas de mitigação e responsáveis pela sua monitorização.

### 11.3 MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA

A Unimadeiras adota uma abordagem **preventiva e científica** à gestão do risco climático, articulando tecnologia, conhecimento e cooperação territorial.

Entre 2025 e 2030, estão em execução as seguintes ações prioritárias:

- **Mapeamento de vulnerabilidades climáticas** em 100 % das áreas de aprovisionamento até 2027;
- **Integração de indicadores climáticos em SIG florestais** (temperatura, humidade, combustível acumulado);
- **Parcerias com centros de investigação** (ISA, INIAV, Universidade de Aveiro) para modelação de cenários regionais;
- **Reforço da prevenção de incêndios** através de gestão de combustíveis, aceiros e mosaicos de descontinuidade;
- **Reintrodução de espécies autóctones resistentes à seca**, como sobreiro, medronheiro e carvalho-cerquinho;
- **Monitorização contínua da qualidade do solo e da água**, promovendo a regeneração natural e a proteção das linhas de água;
- **Simulações climáticas** para testar a resiliência operacional em diferentes cenários (RCP 4.5 e RCP 8.5).

Estas medidas serão acompanhadas por um **Relatório Anual de Risco Climático**, que compilará dados de perdas evitadas, emissões mitigadas e melhorias de eficiência energética, reforçando a prestação de contas perante stakeholders e entidades reguladoras.

### 11.4 OPORTUNIDADES CLIMÁTICAS E INOVAÇÃO

A transição climática não é apenas um desafio é uma oportunidade de inovação e diferenciação.

A Unimadeiras está a explorar novos modelos de negócio ligados à bioeconomia e ao sequestro de carbono, nomeadamente:

- **Créditos de Carbono Florestal Certificados**, geridos sob normas voluntárias reconhecidas (VCS, Gold Standard);
- **Bioprodutos e subprodutos de elevado valor acrescentado**, resultantes da valorização da biomassa;
- **Parcerias para projetos de captura e armazenamento de carbono (CCS)** em zonas industriais;
- Estas oportunidades alinham-se com a visão 2030 da empresa: ser **carbono-neutra, digital e regenerativa**, promovendo valor económico enquanto reforça a resiliência ecológica.

### 11.5 CULTURA DE RESILIÊNCIA ORGANIZACIONAL

A Unimadeiras encara a gestão do risco climático como parte integrante da sua cultura organizacional.

A capacidade de adaptação e resposta é promovida através de **formação contínua, monitorização de indicadores e melhoria de processos**, garantindo que cada colaborador compreende o impacto das alterações climáticas no seu trabalho.

O objetivo é criar uma empresa **resiliente e preparada**, que não apenas reage às mudanças, mas antecipa e transforma desafios em oportunidades sustentáveis.

## PARTE IV - MONITORIZAÇÃO, KPIS E LINHA TEMPORAL

### TABELA DE KPIS ESG E LINHA TEMPORAL 2025–2030

#### 12 ESTRUTURA DE MONITORIZAÇÃO E REPORTING

O modelo de avaliação e acompanhamento da Estratégia de Sustentabilidade 2025 - 2030 da Unimadeiras baseia-se em três princípios fundamentais:

- 1. Mensurabilidade** – todos os compromissos ESG traduzem-se em indicadores quantitativos e qualitativos, com linha de base e meta temporal definida;
- 2. Transparência** – todos os dados são auditáveis e reportados anualmente, com asseguração externa;
- 3. Melhoria contínua** – as metas são revistas periodicamente, adaptando-se à evolução tecnológica e regulatória.

O sistema de reporting segue a arquitetura da **CSRD** e das normas **ESRS**, organizando os indicadores por eixo (E, S e G), alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relevantes.

A monitorização é assegurada pelo **ESG Data Hub 2027**, uma plataforma digital que integra os dados de energia, emissões, biodiversidade, formação e compliance, permitindo análises dinâmicas e rastreabilidade total dos resultados.

#### 13 EIXO AMBIENTAL (E)

Categoria	Indicador	Unidade	Base 2024	Meta 2030	Fonte / Norma	ODS
Clima e Energia	Emissões GEE – Âmbito 1 e 2	tCO <sub>2</sub> e	10 820	- 45%	ISO 14064 / ESRS E1	7   13
	Emissões GEE – Âmbito 3	tCO <sub>2</sub> e	29 910	- 30%	SBTi / CSRD	13
	Consumo de energia renovável	%	28%	≥ 50%	ESRS E1 / GRI 302	7   13
	Energia total consumida	MWh	14 600	≤ 13 000	ISO 50001	1
Floresta e Biodiversidade	Madeira certificada FSC / PEFC	%	71%	≥ 80%	FSC / PEFC	12   15
	Biomassa certificada SBP	%	100%	100%	SBP Standard 2	12   15
	Áreas com plano de conservação ativo	ha	8 300	≥ 12 000	ESRS E4	15
	Relatório anual TNFD	n.º relatórios	0	5 (2026 – 2030)	TNFD	15

<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>	<b>Unidade</b>	<b>Base 2024</b>	<b>Meta 2030</b>	<b>Fonte / Norma</b>	<b>ODS</b>
Circularidade e Recursos	Valorização de resíduos e subprodutos	%	82%	≥ 90%	GRI 306	12
	Redução da pegada hídrica	%	-	-25%	ESRS E2	6   12
	Plásticos não recicláveis eliminados	%	-	100%	ESRS E5	12

## 14 EIXO SOCIAL (S)

<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>	<b>Unidade</b>	<b>Base 2024</b>	<b>Meta 2030</b>	<b>Fonte / Norma</b>	<b>ODS</b>
Saúde e Segurança	Taxa de acidentes graves	n.º / 100 colab.	0,2	0	ISO 45001 / ESRS S1	3   8
	Colaboradores com formação em SST	%	78%	100%	GRI 403	8
Capital Humano e Formação	Horas médias de formação por colaborador	h/ano	22	≥ 40	ESRS S1	4   8
	Participação em formação anual	%	72%	100%	ESRS S1	4   8
Diversidade e Inclusão	Mulheres em cargos de liderança	%	26 %	≥ 40%	ESRS S1	5   10
	Índice de satisfação organizacional	%	68%	≥ 80%	Inquérito Interno	8
Comunidades e Envolvimento	Comunidades com programas ativos	%	45%	100% (até 2028)	ESRS S4	11   17
	Projetos de voluntariado realizados	n.º	8	≥ 25	ESRS S4	11   15

## 15 EIXO DE GOVERNANÇA (G)

Categoria	Indicador	Unidade	Base 2024	Meta 2030	Fonte / Norma	ODS
Ética e Conformidade	Contratos com cláusulas ESG	%	76%	100%	ESRS G1 / OECD	16   17
	Casos tratados no Canal de Denúncia	%	-	100%	Diretiva 2019/1937	16
	Formação em Ética e Compliance	% colaboradores	68%	100%	ESRS G1	16
Transparência e Reporting	Publicação de relatório CSRD	anual	0	1/ano	CSRD / IFRS S1	17
	Asseguração externa	nível	limitada	Razoável até 2029	IFRS S2	12   16
Integração Estratégica	Projetos avaliados com análise ESG	%	82%	100%	ESRS G1	12   13
	Reuniões do Comitê de Sustentabilidade	n.º / ano	2	≥ 4	ESRS G1	17

## 16 LINHA TEMPORAL 2025 - 2030

A execução da estratégia segue um **planeamento faseado**, com marcos anuais que asseguram a evolução controlada e verificável das metas ESG.

Ano	Marco Estratégico	Resultado Esperado
2025	Implementação do ESG Data Hub; Revisão do inventário GEE e política de fornecedores sustentáveis.	Base de dados ESG consolidada; Due diligence digital iniciada.
2026	Assinatura de PPA para energia renovável; Programa de Diversidade e Igualdade de Oportunidades.	≥ 40 % energia verde; estrutura de diversidade formalizada.
2027	Submissão das metas SBTi; Mapeamento climático 100% concluído; 1.º Relatório TNFD.	Validação internacional de metas e mitigação florestal.
2028	100 % comunidades com programas ativos; Revisão intermédia da estratégia.	Impacto social consolidado e atualização de metas.
2029	Asseguração razoável dos dados CSRD; Revisão de indicadores de circularidade.	Reporting ESG totalmente integrado e auditável.
2030	Cumprimento integral das metas ESG; Neutralidade carbônica operacional.	Alinhamento total CSRD-IFRS-ODS; neutralidade confirmada.

## 17 GOVERNANÇA DO PROCESSO DE REPORTING

O acompanhamento das metas e indicadores é assegurado por um **Comité de Sustentabilidade e Ética**, com as seguintes responsabilidades:

- Monitorizar trimestralmente o progresso de todos os KPIs;
- Validar os relatórios de desempenho ESG antes da assegução externa;
- Rever as políticas e compromissos em função dos resultados e da evolução regulatória;
- Garantir a consistência entre os relatórios de sustentabilidade e as demonstrações financeiras anuais.

A validação final de dados é realizada pela **Direção de Sustentabilidade**, com reporte direto ao Conselho de Administração, assegurando a rastreabilidade, fiabilidade e conformidade integral do sistema.

## 18 INTERPRETAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS DADOS ESG

Os indicadores aqui apresentados constituem não apenas instrumentos de reporte, mas também ferramentas de gestão e tomada de decisão.

Cada KPI é incorporado nos sistemas internos de planeamento e avaliação de desempenho, integrando a sustentabilidade na gestão quotidiana da empresa.

Este modelo permite que a Unimadeiras avalie o seu progresso em tempo real, comunique resultados de forma transparente e adote medidas corretivas imediatas sempre que necessário, consolidando a sua posição como empresa de referência na fileira florestal sustentável.

## PARTE V - PEGADA DE CARBONO

### 19 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A avaliação da pegada de carbono foi conduzida de acordo com o **GHG Protocol – Corporate Accounting and Reporting Standard**, complementado pelas orientações da **ISO 14064-1:2018** para quantificação e reporte de emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

Foram contabilizadas emissões diretas (Âmbito 1), emissões indiretas de energia (Âmbito 2) e outras emissões indiretas na cadeia de valor (Âmbito 3), com aplicação de fatores de emissão internacionalmente reconhecidos.

#### Inventário de emissões da UNIMADEIRAS

A Unimadeiras tem:

- **99,8% das emissões no Âmbito 3**, sobretudo **transporte downstream (98,8%)**
- Forte dependência de operadores externos logísticos.
- Uma pegada total relevante face ao setor (40 804 tCO<sub>2</sub>e).

A predominância de emissões de Âmbito 3, especialmente ligadas ao transporte rodoviário representa uma vulnerabilidade direta perante políticas de mitigação alinhadas com cenários globais de 2,6 °C.

A pressão regulatória sobre combustíveis fósseis, a crescente fiscalização ao transporte de matérias-primas e o reforço da taxaçoão carbónica terão impacto material na atividade e na competitividade da empresa.

Face ao cenário global de aquecimento de 2,6 °C, a UNIMADEIRAS assume metas alinhadas com a necessidade urgente de reduzir emissões associadas à logística e ao transporte de biomassa e derivados.

O plano até 2030 concentra-se nos vetores de maior impacto, garantindo contributo real para a mitigação climática e para a resiliência da cadeia de valor.

O setor florestal, onde operamos tem um peso diferente em cenários de aquecimento:

- As florestas são **sumidouros**, mas perdem capacidade de retenção acima de certos limiares de temperatura.
- O risco de fogo sobe drasticamente com aumentos de temperatura >2°C.
- As empresas do setor tornam-se atores chave de política pública e ordenamento.

Num cenário de aquecimento global de 2,6 °C, a gestão ativa e sustentável das florestas assume um papel de relevância crítica. A UNIMADEIRAS reforça a necessidade de práticas de silvicultura resiliente, aumento da eficiência logística e alinhamento com as prioridades do Pacto Ecológico Europeu.

Os resultados divulgados na COP30 reforçam que a inação conduz a um cenário de aquecimento de 2,6°C.

A UNIMADEIRAS posiciona-se de forma proativa, reconhecendo que a sustentabilidade não é apenas um imperativo ético, mas um fator determinante de competitividade, continuidade operacional e licenciamento social.

**Fontes de referência metodológica:**

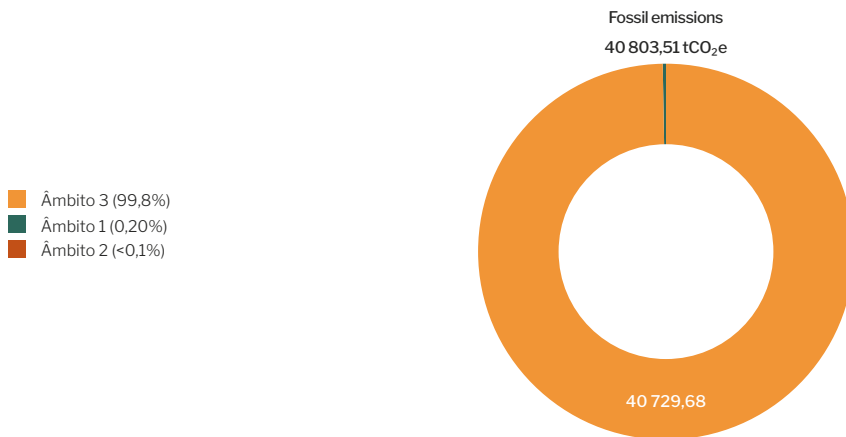
- Greenhouse Gas Protocol (WRI/WBCSD)
- ISO 14064-1:2018
- IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories
- Agência Portuguesa do Ambiente — Fatores de Emissão Nacionais de Eletricidade

## 20 RESULTADOS GLOBAIS DA PEGADA DE CARBONO

O inventário totaliza 40 804 tCO<sub>2</sub>e de emissões fósseis, com uma incerteza estimada entre -47% e +90%, resultante sobretudo da elevada variabilidade associada às atividades logísticas de Âmbito 3.

Âmbito	Emissões (tCO <sub>2</sub> e)	Intervalo de incerteza (95%)	Peso relativo
Âmbito 1 — Emissões diretas	69	-11% a +13%	0,2%
Âmbito 2 — Energia adquirida	5	-15% a +17%	0,0%
Âmbito 3 — Cadeia de valor	40 730	-47% a +90%	99,8%
<b>Total</b>	<b>40 804</b>	<b>-47% a +90%</b>	<b>100%</b>

### Fossil emissions by activity (tCO<sub>2</sub>e)



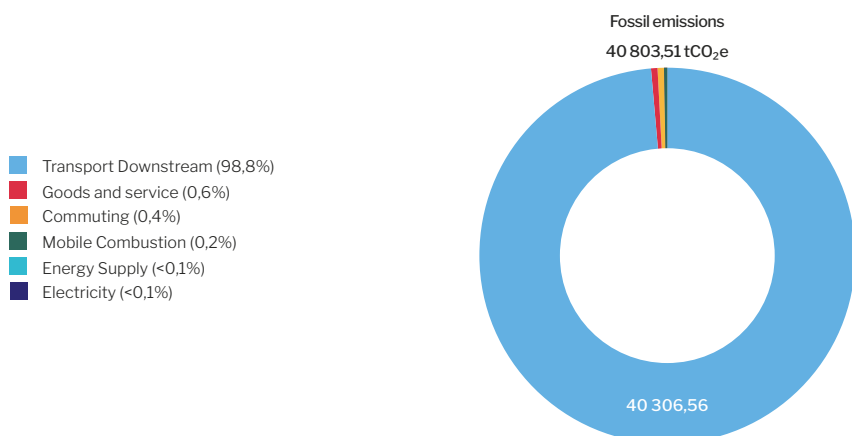
A pegada de carbono é, assim, fortemente dominada pelas emissões indiretas associadas ao transporte, logística e atividades a montante e jusante da cadeia de valor.

## 21 EMISSÕES FÓSSEIS POR CATEGORIA DE ATIVIDADE

A análise por categorias permite identificar os principais vetores de impacto e priorizar ações de mitigação.

Categoria de atividade	Emissões (tCO <sub>2</sub> e)	Incerteza	Peso relativo
Mobile Combustion	69	-11% a +13%	0,2%
Electricity	5	-15% a +17%	0,0%
Goods & Services	244	-47% a +89%	0,6%
Energy Supply	19	-10% a +11%	0,0%
Commuting	160	-23% a +30%	0,4%
Transport Downstream	40 307	-48% a +91%	98,8%
Total	40 804	-47% a +90%	100%

## Fossil emissions by activity (tCO<sub>2</sub>e)



## 21.1 PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- O transporte downstream representa 98,8% das emissões totais**, sendo o fator crítico da pegada de carbono. Esta categoria cobre o transporte de produtos para clientes ou parceiros industriais, refletindo o peso logístico da operação.
- As emissões diretas (veículos próprios) são residuais (**0,2%**), demonstrando eficiência operacional interna ou parque automóvel pouco intensivo.
- O consumo de eletricidade (**5 tCO<sub>2</sub>e**) tem expressão praticamente nula, refletindo:
  - baixa intensidade energética das instalações,
  - e/ou uma forte incorporação de energia elétrica com fator de emissão reduzido.
- As emissões relacionadas com colaboradores (commuting) representam **0,4%**, sendo uma categoria típica de menor impacto, mas relevante para iniciativas de mobilidade sustentável.

## 22 EMISSÕES BIOGÉNICAS

Complementarmente às emissões fósseis, foram contabilizadas **4 tCO<sub>2</sub>e** de emissões biogénicas provenientes de combustão móvel (biomassa ou biocombustíveis).

Categoria	Biogénicas	Incerteza	Peso
Mobile Combustion	4	-11% a +13%	100%
Total	4	-11% a +13%	100%

## Gross biogenic emission and removals by activity (tCO<sub>2</sub>e)



Nota: As emissões biogênicas são relatadas separadamente, conforme o GHG Protocol, por não contribuírem para aumento líquido de carbono atmosférico quando associadas a ciclos sustentáveis de biomassa.

## 23 INTERPRETAÇÃO TÉCNICA E RISCOS ASSOCIADOS À INCERTEZA

O intervalo de incerteza, particularmente elevado no Âmbito 3 (-47% a +90%), é característico de inventários com forte dependência de:

- fatores de emissão genéricos para transporte de terceiros,
- informação incompleta ou aproximada sobre distâncias e cargas,
- variabilidade significativa entre operadores logísticos.

Esta incerteza não compromete a leitura do inventário, mas reforça a necessidade de:

- recolha sistemática de dados primários junto de fornecedores,
- integração de sistemas digitais de monitorização logística,
- exigência de reporte de emissões por parte de parceiros estratégicos.

## 24 SÍNTESE EXECUTIVA

- A organização apresenta uma pegada total de **40 804 tCO<sub>2</sub>e**, com forte predominância das emissões de **Âmbito 3 (99,8%)**, associadas ao transporte downstream.
- As emissões diretas e de energia elétrica têm relevância marginal.
- As emissões biogênicas são residuais (4 tCO<sub>2</sub>e) e derivam exclusivamente de combustíveis de base biológica.
- A gestão da cadeia de valor emerge como o principal vetor estratégico para redução de emissões, concentrando praticamente todo o potencial de mitigação.

## PARTE VI - ANEXOS TÉCNICOS

### 25 GLOSSÁRIO TÉCNICO

Análise de Materialidade – Processo que identifica os temas ambientais, sociais e de governança mais relevantes para a organização e para os seus stakeholders, com base no princípio da dupla materialidade definido pela CSRD.

Asseguração Externa – Processo independente de verificação dos dados reportados, assegurando a conformidade metodológica com normas internacionais (GRI, ESRS, IFRS).

Biomassa – Matéria orgânica de origem vegetal ou animal utilizada como fonte de energia renovável.

Bioeconomia – Modelo económico que valoriza recursos biológicos e processos circulares para substituir matérias-primas fósseis.

Canal de Denúncia – Mecanismo confidencial de comunicação de irregularidades, protegido pela Diretiva (UE) 2019/1937.

Circularidade – Princípio económico que procura maximizar o uso de recursos e eliminar desperdícios, através da reutilização, reciclagem e valorização de resíduos.

CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive) – Diretiva europeia que define as regras para o reporte de sustentabilidade das empresas, incluindo a dupla materialidade e os European Sustainability Reporting Standards (ESRS).

EUDR (EU Deforestation Regulation) – Regulamento europeu que impõe a rastreabilidade e verificação geográfica da origem de produtos associados ao risco de desflorestação.

ESG (Environmental, Social and Governance) – Conjunto de critérios que avaliam o desempenho ambiental, social e de governança de uma organização.

ESRS (European Sustainability Reporting Standards) – Normas técnicas que operacionalizam a CSRD, especificando os indicadores obrigatórios por domínio ESG.

FSC® (Forest Stewardship Council) – Sistema internacional de certificação florestal que garante que a madeira provém de florestas geridas de forma ambientalmente responsável, socialmente benéfica e economicamente viável.

IFRS S1/S2 – Normas internacionais de relato de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), que asseguram a comparabilidade global das informações ESG.

ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) – Conjunto de 17 objetivos definidos pela ONU para erradicar a pobreza, proteger o planeta e promover prosperidade até 2030.

PEFC™ (Programme for the Endorsement of Forest Certification) – Sistema global de certificação florestal que promove a gestão sustentável das florestas através de normas nacionais reconhecidas.

SBP (Sustainable Biomass Program) – Sistema internacional de certificação de sustentabilidade aplicado à biomassa sólida, garantindo origem responsável e baixo impacto ambiental.

SBTi (Science Based Targets initiative) – Iniciativa que valida metas corporativas de redução de emissões alinhadas com a ciência climática e o Acordo de Paris.

TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures) – Estrutura de referência para divulgar riscos e oportunidades relacionados com o clima, integrando-os na estratégia empresarial.

TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures) – Estrutura de reporte para riscos e oportunidades associados à biodiversidade e ao capital natural.

Due Diligence ESG – Processo de verificação prévia e contínua para identificar e mitigar riscos ambientais, sociais e éticos nas cadeias de fornecimento.

## 26 NOTAS METODOLÓGICAS

### 26.1 FONTES E METODOLOGIA DE CÁLCULO

Os dados apresentados neste relatório referem-se ao período de **janeiro a dezembro de 2024 (ano base)**, servindo de referência para o horizonte estratégico 2025 - 2030.

A recolha de dados é assegurada pela **Direção de Sustentabilidade**, em articulação com as áreas de Operações, Qualidade e Finanças, através de sistemas internos de monitorização e relatórios certificados.

Os indicadores foram calculados segundo as seguintes metodologias:

- **GEE (Emissões de Gases com Efeito de Estufa)** – ISO 14064-1, com fatores de emissão IPCC 2021;
- **Energia e Consumo** – ISO 50001 e ESRS E1;
- **Resíduos e Circularidade** – GRI 306 e ESRS E5;
- **Saúde e Segurança** – ISO 45001 e GRI 403;
- **Governança e Ética** – ESRS G1 e diretivas europeias aplicáveis.

As metas foram definidas com base na **melhoria contínua** e na **comparação setorial (benchmarking)** com empresas de referência da fileira florestal e bioenergética europeia.

### 26.2 PRINCÍPIOS DE REPORTE

O relatório segue os cinco princípios estruturantes do **GRI 2021** e da **CSRD**:

1. **Exatidão** – Dados apresentados de forma fiel e quantificada;
2. **Equilíbrio** – Inclusão de resultados positivos e negativos;
3. **Clareza** – Linguagem acessível e estrutura transparente;
4. **Comparabilidade** – Indicadores consistentes ao longo do tempo;
5. **Verificabilidade** – Documentação completa para assecuração externa.

## 26.3 ASSEGURAÇÃO E VALIDAÇÃO EXTERNA

Os dados e metodologias serão sujeitos a **asseguração externa limitada** por entidade independente em 2026, evoluindo para **asseguração razoável** até 2029, em conformidade com o artigo 26.º da CSRD e com a norma IFRS S2.

A asseguração abrangerá:

- Emissões GEE (Âmbitos 1, 2 e 3);
- Energia e circularidade;
- Saúde e segurança;
- Diversidade e ética empresarial;
- Dados de impacto social e comunitário.

## 26.4 MATERIALIDADE E REVISÃO

A Unimadeiras adota o princípio da **dupla materialidade**:

- **Materialidade de impacto** – como as atividades da empresa afetam o ambiente e a sociedade;
- **Materialidade financeira** – como as questões ESG afetam o desempenho e valor da empresa.

O relatório será atualizado anualmente, com revisão intercalar em 2028 para alinhar a estratégia com o novo quadro regulamentar europeu e com as metas climáticas de Portugal 2040.

## 27 AGRADECIMENTO INSTITUCIONAL FINAL

A Unimadeiras expressa o seu profundo reconhecimento a todos os que, de forma direta ou indireta, contribuem para a construção desta estratégia e para a consolidação da sustentabilidade como pilar central da empresa.

Agradecemos:

- Aos **colaboradores**, pela dedicação e profissionalismo com que honram diariamente o compromisso com a floresta e o país;
- Aos **parceiros e fornecedores**, pela confiança e pela adesão às boas práticas de gestão responsável;
- Aos **clientes e indústrias parceiras**, pela cooperação estratégica e pela exigência que nos faz crescer;
- Às **instituições públicas, universidades e organizações da sociedade civil**, que com o seu conhecimento e empenho reforçam a credibilidade do nosso caminho;
- E, sobretudo, às **comunidades locais e aos produtores florestais**, pela sabedoria, pela presença e pela ligação ancestral à terra que todos temos o dever de proteger.

O futuro sustentável da floresta portuguesa constrói-se com todos, e a Unimadeiras orgulha-se de fazer parte dessa missão.

Com este relatório, reafirmamos a nossa determinação em ser **exemplo de integridade, inovação e compromisso com as gerações futuras**.

Unimadeiras

Albergaria-a-Velha, dezembro de 2025

***ANEXO***  
***ÀS DEMONSTRAÇÕES***  
***FINANCEIRAS CONSOLIDADAS***

**EXERCÍCIO 2025**



**unimadeiras**  
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

<b>BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>			
	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	5.687.204,13	5.784.339,45
Propriedades de investimento	6, 8	4.501.576,07	4.501.576,07
Participações financeiras outros métodos	5.2	82.738,05	82.738,05
		<b>10.271.518,25</b>	<b>10.368.653,57</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9.1	2.153.642,40	3.745.369,31
Ativos biológicos	9	6.220.000,00	4.753.000,20
Clientes	10	11.423.507,55	15.076.304,61
Adiantamentos a fornecedores		514.905,64	284.078,34
Estado e outros entes públicos (A)	11	1.484.598,22	1.874.490,20
Outras contas a receber	19	329.107,88	356.457,41
Diferimentos Ativos	12	433.430,99	433.430,99
Caixas equivalentes de caixa	4	380.706,86	848.927,61
		<b>22.939.899,53</b>	<b>27.372.058,67</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>33.211.417,78</b>	<b>37.740.712,24</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital subscrito	13	4.223.675,00	2.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prêmios de emissão		243.646,50	243.646,50
Reservas legais		400.000,00	400.000,00
Outras reservas		4.297.765,47	3.261.807,83
Excedentes de revalorização	7, 8, 9, 17	5.247.401,94	5.208.714,21
Resultados Transitados		-2.084.344,91	-2.084.344,91
Resultado Líquido consolidado do período		585.482,03	1.558.325,09
<b>Total do capital próprio</b>		<b>12.913.626,03</b>	<b>10.588.148,72</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	14	833.430,99	833.430,99
Financiamentos obtidos (não corrente)	16	2.381.458,61	4.111.576,24
Passivos por impostos diferidos	17	2.605.467,15	2.284.054,81
		<b>5.820.356,75</b>	<b>7.229.062,04</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	18	4.967.324,39	8.515.686,05
Estado e outros entes públicos (P)	11	167.434,36	183.080,17
Financiamentos obtidos (Corrente)	16	7.788.391,34	6.889.725,95
Financiamentos Factoring	16	1.440.315,19	2.656.401,62
Outras contas a pagar	19	113.969,72	1.678.607,69
		<b>14.477.435,00</b>	<b>19.923.501,48</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>20.297.791,75</b>	<b>27.152.563,52</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>33.211.417,78</b>	<b>37.740.712,24</b>

O Conselho de Administração

*Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,  
 Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos,  
 representada por António Manuel Martins Bandeira*

O Contabilista Certificado  
 Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	21	78.310.467,82	101.298.942,92
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	5, 1	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-74.698.143,17	-97.209.049,26
Fornecimentos e serviços externos	23	-2.046.586,36	-2.150.121,74
Gastos com o pessoal	24	-1.045.191,17	-1.300.101,10
Imparidade/Justo Valor (perdas/reversões)	20	1.466.999,80	3.155.161,67
Outros rendimentos	25	48.593,64	187.321,03
Outros gastos	26	-205.668,91	-187.415,48
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.830.471,65</b>	<b>3.794.738,04</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-204.481,43	-187.265,15
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.625.990,22</b>	<b>3.607.472,89</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	121,11
Juros e gastos similares suportados	27	-677.742,39	-1.110.263,94
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>948.247,83</b>	<b>2.497.330,06</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11, 28	-362.765,80	-939.004,97
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>585.482,03</b>	<b>1.558.325,09</b>

O Conselho de Administração

*Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,  
 Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos,  
 representada por Antônio Manuel Martins Bandeira*

*O Contabilista Certificado  
 Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença*

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Euros)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL										
Descrição	Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de Revalorização	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no início de 2024 (6)	2.000.000,00	243.646,50	400.000,00	3.149.405,89	0,00	0,00	392.401,94	6.185.454,33	0,00	6.185.454,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				392.401,94	(2.084.344,91)	5.208.714,21	(392.401,94)	3.124.369,30		3.124.369,30
(7)	-	-	-	392.401,94	(2.084.344,91)	5.208.714,21	(392.401,94)	3.124.369,30	0,00	3.124.369,30
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2024 (8)							1.558.325,09	1.558.325,09		1.558.325,09
RESULTADO INTEGRAL (9 = 7+8)				392.401,94	(2.084.344,91)	5.208.714,21	1.165.923,15	4.682.694,39	0,00	4.682.694,39
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realização de capital										
Realização de prémios de emissão. Distribuições										
Entrada para cobertura de perdas										
Outras operações				(280.000,00)			0,00	(280.000,00)		(-280.000,00)
(10)		0,00	0,00	(280.000,00)			0,00	(280.000,00)		(-280.000,00)
POSIÇÃO NO FIM DE 2024 -11 = (6+7+8+10)	2.000.000,00	243.646,50	400.000,00	3.261.807,83	(-2.084.344,91)	5.208.714,21	1.558.325,09	10.598.148,72	0,00	10.598.148,72

O Contabilista Certificado

Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,

Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por António Manuel Martins Bandeira

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Euros)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL - SNC										
Descrição	Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transítibios	Excedentes de Revalorização	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no início de 2025	2.000.000,00	243.646,50	400.000,00	3.261.807,83	(2.084.344,91)	5.208.714,21	1.558.325,09	10.588.148,72	0,00	10.588.148,72
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00		0,00
<b>Outras alterações reconhecidas no capital próprio</b>				1.458.325,09		38.687,73	(1.558.325,09)	(61.312,27)		(61.312,27)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2025 (8)</b>				1.458.325,09	0,00	38.687,73	(1.558.325,09)	(61.312,27)	0,00	(61.312,27)
<b>RESULTADO INTEGRAL 9 = (7+8)</b>				1.458.325,09	0,00	38.687,73	-972.843,06	524.169,76	0,00	524.169,76
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realização de capital	2.223.675,00							2.223.675,00		2.223.675,00
Realização de prémios de emissão. Distribuições				(-307.460,72)				(-307.460,72)		(-307.460,72)
Entrada para cobertura de perdas								0,00		0,00
Outras operações				(-114.906,73)			0,00	(-114.906,73)		(-114.906,73)
	2.223.675,00	0,00	0,00	(-422.367,45)			0,00	1.801.307,55		1.801.307,55
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 2025 - 11 = (6+7+8+10)</b>	<b>4.223.675,00</b>	<b>243.646,50</b>	<b>400.000,00</b>	<b>4.297.765,47</b>	<b>(2.084.344,91)</b>	<b>5.247.401,94</b>	<b>585.482,03</b>	<b>12.913.626,03</b>	<b>0,00</b>	<b>12.913.626,03</b>

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,

Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos, representada por António Manuel Martins Bandeira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2025		
	Período 2025	Período 2024
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	73.218.061,28	98.611.296,11
Pagamentos a fornecedores	-77.835.547,27	-102.414.619,14
Pagamentos ao pessoal	-449.577,36	-453.754,22
Fluxo gerado pelas operações	-5.067.063,35	-4.257.077,25
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-11.148,25	0,00
Outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional	-2.598.701,81	-2.845.400,66
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>	<b>-7.676.913,41</b>	<b>-7.102.477,91</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	71.575.105,49	94.401.282,08
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	613.450,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-64.018.917,85	-86.410.722,91
Juros e gastos similares	-584.035,40	-876.366,26
Dividendos	-376.909,58	-189.242,36
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>	<b>7.208.692,66</b>	<b>6.924.950,55</b>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-468.220,75	-177.527,36
Caixa e seus equivalentes no início do período	848.927,61	1.026.454,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	380.706,86	848.927,61

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado  
Nuno Carlos Espanha de Cardoso Proença

Hernâni da Seca Martins Pereira, Jorge Armando Mendes Loureiro, João Vicente Lourenço,  
Maria Madalena Videira da Silva Pinheiro, Álvaro Matos Bandeira e filhos,  
representada por António Manuel Martins Bandeira

## **1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO**

A empresa “Unimadeiras – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.”, contribuinte nº 500 293 066, é uma sociedade anónima constituída em 14/10/1974, com sede social no Areeiro, freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha, tendo como atividade principal o comércio por grosso de madeira em bruto e de produtos derivados (CAE 46731).

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a empresa à semelhança do ano transato utilizou o normativo contabilístico para IFRS, de forma a permitir a comparação das suas demonstrações financeiras com os parceiros comerciais e diversos stakeholders internacionais.

Os principais impactos do normativo contabilístico referem-se a:

- mensuração dos ativos fixos tangíveis para o modelo de revalorização;
- mensuração das propriedades de investimento para o justo valor;
- mensuração dos ativos biológicos para o justo valor.

## **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2025. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS – IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas. Este normativo foi adotado pela Unimadeiras pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das Demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Unimadeiras, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros poderão diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na nota Principais Julgamentos e Estimativas.

### **Derrogação das disposições das IFRS**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista nas IFRS.

### **Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

Norma	Alteração	Data de aplicação
<b>Normas e alterações endossadas pela União Europeia e de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 01 de Janeiro de 2025</b>		
Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de Convertibilidade	<p>Em 15 de agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu Falta de Convertibilidade (Alterações à IAS 21 - Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio) (as alterações). As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade. Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma entidade é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a entidade tem estimar uma taxa de câmbio à vista.</p> <p>De acordo com as alterações, as entidades terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível;</li> <li>- a taxa de câmbio à vista utilizada;</li> <li>- o processo de estimativa;</li> <li>- os riscos para a empresa decorrentes de a moeda ser convertível.</li> </ul> <p>As alterações aplicam-se aos períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2025

Norma	Alteração	Data de aplicação
<b>Normas e alterações endossadas pela União Europeia que o grupo optou pela não aplicação antecipada</b>		
Melhoramentos anuais	<p>Em 18 de julho de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações limitadas às IFRS e respetivas orientações, decorrentes da manutenção regular efetuada às Normas. As alterações incluem clarificações, simplificações, correções e modificações efetuadas com o objetivo de melhorar a consistência de várias IFRS.</p> <p>O IASB alterou a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para clarificar alguns aspetos relacionados com a aplicação da contabilidade de cobertura por uma entidades que está a preparar pela primeira vez demonstrações financeiras de acordo com as IFRS;</li> <li>- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e o respetivo Guia de implementação, de forma a clarificar: <ul style="list-style-type: none"> <li>- O guia de aplicação, no que se refere ao Ganho e perda no desreconhecimento; e</li> <li>- O guia de implementação, nomeadamente a sua Introdução, parágrafo do Justo valor (divulgações referentes à diferença entre justo valor e preço de transação) e à divulgação do Risco de crédito.</li> </ul> </li> <li>- IFRS 9 Instrumentos Financeiros para: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigir que as empresas mensurem inicialmente uma conta a receber sem uma componente de financiamento significativa pela quantia determinada pela aplicação da IFRS 15, e</li> <li>- Esclarecer que, quando um passivo de locação é desreconhecido, o desreconhecimento é contabilizado ao abrigo da IFRS 9. No entanto, quando um passivo de locação é modificado, a modificação é contabilizada ao abrigo da IFRS 16 Locações. A alteração estabelece que, quando os passivos de locação são desreconhecidos ao abrigo da IFRS 9, a diferença entre a quantia escriturada e a retribuição paga seja reconhecida nos resultados.</li> </ul> </li> <li>- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidada, clarificação na determinação de "agente de facto"; e</li> <li>- IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa, alteração de pormenor no parágrafo relacionado com Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.</li> </ul> <p>As alterações aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026. A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2026

Norma	Alteração	Data de aplicação
<b>Normas e alterações endossadas pela União Europeia que o grupo optou pela não aplicação antecipada</b>		
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos referentes a eletricidade dependente da natureza	<p>Em 18 de dezembro de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações para ajudar as empresas a melhor relatar os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade cuja produção se encontra dependente da natureza, que são frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPA, na sigla inglesa).</p> <p>Os contratos de eletricidade dependentes da natureza ajudam as empresas a assegurar o seu abastecimento de eletricidade a partir de fontes como a energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada ao abrigo destes contratos pode variar em função de fatores não controláveis, como as condições meteorológicas. Os atuais requisitos contabilísticos podem não refletir adequadamente a forma como estes contratos afetam o desempenho de uma empresa.</p> <p>Para permitir que as empresas reflitam melhor estes contratos nas suas demonstrações financeiras, o IASB fez alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.</p> <p>As alterações incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Clarificação da aplicação dos requisitos de "uso próprio" (own-use);</li> <li>- Permissão à contabilidade de cobertura se estes contratos forem utilizados como instrumentos de cobertura;</li> <li>- Acrescentar novos requisitos de divulgação para permitir aos investidores compreender o efeito destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.</li> </ul> <p>Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2026
Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações visam resolver a diversidade na aplicação da norma, tornando os requisitos mais compreensíveis e consistentes.</p> <p>Estas alterações têm como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Clarificar a classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) e similares, uma vez que estas características em empréstimos podem afetar se os empréstimos são mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor. Para resolver qualquer potencial diversidade na aplicação prática, as alterações esclarecem como os fluxos de caixa contratuais dos empréstimos devem ser avaliados.</li> <li>- Clarificar a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido quando a sua liquidação é efetuada por meio de sistemas de pagamento eletrónicos. Existe uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, no caso de certos critérios serem cumpridos.</li> <li>- Melhorar a descrição do termo "sem recurso", de acordo com as alterações, um ativo financeiro possui características de sem recurso se o direito final de receber fluxos de caixa de uma entidade for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. A presença de características sem recurso não exclui necessariamente o ativo financeiro de cumprir com o SPPI, mas as suas características precisam ser cuidadosamente analisadas.</li> <li>- Clarificar que um instrumento contratualmente vinculado (linked instrument) deve apresentar uma estrutura de pagamento em cascata que cria uma concentração de risco de crédito ao alocar as perdas de forma desproporcional as entre diferentes tranches. A pool subjacente pode incluir instrumentos financeiros que não estão no âmbito da classificação e mensuração da IFRS 9 (por exemplo, contratos de locação financeira), mas deve ter fluxos de caixa equivalentes ao critério SPPI.</li> </ul> <p>O IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação referentes a investimentos em ações designados a justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros com características contingentes, por exemplo características ligadas a metas ESG.</p> <p>Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2026

Norma	Alteração	Data de aplicação
<b>Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia</b>		
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>Em 9 de abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu a nova Norma, IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras.</p> <p>As principais mudanças introduzidas por esta Norma são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção uma demonstração de resultado mais estruturada. Em particular, introduz um novo subtotal "lucro operacional" (bem como a respetiva definição) e o requisito que todas as receitas e despesas sejam classificadas em três novas categorias distintas com base nas principais atividades comerciais de uma empresa: Operacional, Investimento e Financiamento.</li> <li>- Exigência para que as empresas analisem suas despesas operacionais diretamente na face da demonstração de resultados – seja por natureza, por função ou de forma mista.</li> <li>- Exigência para que algumas das medidas 'não-GAAP' que a Empresa/Grupo utiliza sejam relatadas nas demonstrações financeiras. A Norma define MPMs (Medidas de Desempenho não-GAAP) como um subtotal de receitas e despesas que: <ul style="list-style-type: none"> <li>- são utilizadas em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras; e</li> <li>- comunicam a visão da administração sobre o desempenho financeiro.</li> </ul> </li> </ul> <p>Para cada MPM apresentada, as empresas precisarão explicar numa única nota nas demonstrações financeiras a razão pela qual a medida fornece informações úteis, como é calculada, e reconciliá-la com um valor determinado de acordo com as IFRS.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Introdução de orientações aperfeiçoadas sobre como as empresas agrupam informações nas demonstrações financeiras. Inclui orientações sobre se as informações materiais estão incluídas nas demonstrações financeiras primárias ou estão mais detalhadas nas notas.</li> </ul> <p>A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospectivamente. A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>Em 9 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a nova Norma, IFRS 19 Subsidiárias sem Prestação de Contas Pública: Divulgações, que permite que subsidiárias elegíveis usem as IFRS com divulgações reduzidas. A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade da informação para os utilizadores das suas demonstrações financeiras.</p> <p>Uma subsidiária pode optar por aplicar a nova Norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas, individuais ou separadas, desde que, na data de relato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- não tenha prestação de contas pública;</li> <li>- a sua empresa-mãe prepare demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS.</li> </ul> <p>Uma subsidiária que aplique a IFRS 19 é obrigada a declarar claramente na sua declaração explícita e incondicional de conformidade com as IFRS que a IFRS 19 foi adotada.</p> <p>A Norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospectivamente. A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2027

A adoção das normas e alterações endossadas pela União Europeia e de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2025 não tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não se estima que da adoção das novas normas e interpretações ainda não endossadas pela União Europeia, resulte impactos materiais nas demonstrações financeiras da Unimadeiras.

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Unimadeiras, mantidos de acordo com as IFRS/IAS em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

## A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A empresa adota o modelo de revalorização como método de mensuração dos ativos fixos tangíveis, conforme previsto na IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou produção, acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à sua colocação em condições de uso. Subsequentemente, os ativos classificados como sujeitos a revalorização são mensurados ao seu justo valor, determinado com referências a avaliações realizadas periodicamente por avaliadores independentes qualificados e registados na CMVM (Eng<sup>a</sup> Joana Novais de Figueiredo). As revalorizações são efetuadas com uma periodicidade prevista de 5 anos de forma a que assegure que o valor registado não difira significativamente do justo valor à data do relato financeiro.

Os incrementos de valor resultantes da revalorização são registados em excedentes de revalorização no capital próprio, exceto na medida em que revertam revalorizações previamente reconhecidas em resultados. Reduções no valor do ativo que excedam os excedentes de revalorização previamente constituídos são reconhecidas como uma perda no período em que ocorrem.

Os ativos sujeitos a revalorização são depreciados ao longo da sua vida útil estimada, sendo a depreciação calculada com base no valor revalorizado do ativo. O impacto das revalorizações na depreciação subsequente é devidamente refletido nas demonstrações financeiras.

A empresa assegura o cumprimento dos requisitos de divulgação aplicáveis, incluindo a descrição das bases de mensuração utilizadas, a periodicidade das revalorizações, as premissas relevantes consideradas nas avaliações e a reconciliação dos valores registados no balanço.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

- **Edifícios e Outras Construções = 20 a 50 anos**
- **Equipamento básico = 3 a 10 anos**
- **Equipamento de transporte = 4 anos**
- **Equipamento administrativo = 3 a 8 anos**
- **Outros ativos fixos tangíveis = 4 a 20 anos**

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente.

O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

## B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computadores, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes. A amortização dos ativos intangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base duodecimal.

A vida útil estimada para estes ativos é de 3 anos. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável.

## C) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos pela empresa para uso futuro indeterminado e pelos quais obtém rendimento, não se destinando ao uso na produção, ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do justo valor. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem.

O justo valor das referidas propriedades de investimento foi determinado por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por um avaliador profissionalmente credenciado, independente e registada na CMVM (Eng<sup>a</sup> Joana Novais de Figueiredo). Pretendem-se que as reavaliações ocorram periodicamente de 5 em 5 anos.

O justo valor da propriedade de investimento é o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas, refletindo as condições de mercado à data de relato das demonstrações financeiras.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no exercício a que se referem.

## D) INVESTIMENTOS FINANCEIROS – PARTES DE CAPITAL

A classificação das participações financeiras tem em conta a tipologia das mesmas, nomeadamente quanto ao tipo e extensão do grau de controlo podendo-se distinguir as seguintes categorias:

### ***Investimentos em subsidiárias***

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto, quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%, poder para nomear ou demitir a maioria dos membros do órgão de gestão da outra entidade ou poder de agrupar a maioria de votos nas reuniões do órgão de gestão da outra entidade.

### ***Investimentos em associadas***

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

O goodwill é apresentado separadamente da quantia escriturada do investimento na rubrica “Ativos intangíveis” e amortizado em 10 anos.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

A totalidade da quantia escriturada do investimento numa associada deve ser testada quanto à existência de imparidade como se de um único ativo se tratasse comparando a sua quantia recuperável com a sua quantia escriturada. Uma perda por imparidade reconhecida nestas circunstâncias deve ser imputada primeiramente ao goodwill, sendo que a parcela da perda que tiver sido imputada ao goodwill não poderá ser objeto de reversão. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

## **E) RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES**

As responsabilidades com locações são inicialmente mensuradas com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pelo efeito dos juros e dos pagamentos de locação, bem como pelas possíveis modificações dos contratos de locação. Os pagamentos de locação incluem os pagamentos efetuados a um locador pelo direito de uso de um ativo subjacente durante o prazo da locação (excluindo os pagamentos de locação variáveis) e incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, no caso de existir expectativa razoável que a Empresa a exerça, e o montante de penalidades por rescisão de contratos, se for razoavelmente certo que a Empresa acione a possibilidade de rescisão.

Para o apuramento do valor presente dos pagamentos de locação, nos casos em que não é possível obter a taxa de juro implícita, a Empresa utiliza a taxa incremental de financiamento, que representa a taxa de juro que a Empresa teria de pagar para pedir emprestado por um prazo semelhante, e com uma garantia semelhante, os fundos necessários para obter um ativo de valor equivalente ao ativo sob direito de uso num contexto económico semelhante.

A Empresa determina o prazo da locação como o período não cancelável da locação, tendo em conta os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o contrato, se for razoável que a Empresa venha a exercê-la, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o contrato, se for razoavelmente certo que a Empresa não venha a exercê-la. O prazo da locação está assim compreendido entre o mínimo correspondente ao período não cancelável dos contratos e o máximo correspondente ao período durante o qual o contrato é executório (período após o qual locador e locatário têm o direito a terminar a locação com não mais do que uma penalidade insignificante, considerando as circunstâncias económicas mais abrangentes).

Na determinação do prazo da locação, a Empresa efetua, por isso, julgamento acerca dos fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão (nos casos em que tais opções são do locatário e do locador, a Empresa exerce julgamento acerca dos incentivos económicos de locador e locatário).

Os juros com locações apresentam-se na demonstração consolidada de fluxos de caixa, em pagamentos respeitantes a fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

## F) INVENTÁRIOS

Os inventários são mensurados ao menor valor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

## G) CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os clientes e outras contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## H) FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os passivos financeiros incluídos em fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal, o qual corresponde ao seu justo valor inicial, uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para os quais o efeito do desconto é imaterial. Subsequentemente são valorizadas ao custo amortizado, através do método de taxa de juro efetiva.

Os itens incluídos nestas rubricas serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, serão classificadas como passivos não correntes.

## I) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, de curto prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

## J) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período é constituído por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pela IAS 12.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e o correspondente valor para efeitos fiscais. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos.

No final de cada período é efetuada uma avaliação desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função da sua expectativa de utilização futura.

## K) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## L) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### ***Benefícios a curto prazo dos empregados***

A Empresa reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, a Empresa reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o prépagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

## M) ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registados nas rubricas de diferimentos.

## N) RÉDITO

O Rédito é reconhecido líquido de imposto, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O preço de transação de cada contrato é estimado com base nos montantes a receber pela Empresa, deduzidos de montantes cobrados em nome de terceiros, incluindo montantes fixos e variáveis (desde que seja altamente provável que o rédito não vá ser revertido) e tendo em consideração eventuais componentes de financiamento.

## O) GASTOS/RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTOS

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que digam respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

## P) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

## Q) AGRICULTURA

### **Ativos Biológicos**

A Empresa reconhece um ativo biológico ou produto agrícola quando, e somente quando controla o ativo como consequência de acontecimentos passados, é provável que benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a Empresa e o justo valor ou custo do ativo pode ser fiavelmente mensurado – em conformidade com a IAS 41 - Agricultura.

Os ativos biológicos encontram-se mensurados ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda. O justo valor é determinado com base em preços de mercados sempre que disponíveis e fiáveis, ou, na sua ausência, através de técnicas de avaliação apropriadas que considerem fatores como a maturidade dos ativos, preços de referência e outras premissas relevantes. Esta avaliação tem periodicidade anual. Para o efeito esta valorização tem por base uma avaliação efetuada por uma perita creditada pela CMVM (Eng<sup>a</sup> Joana Novais de Figueiredo).

Os ganhos ou perdas provenientes do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

### **Matérias Ambientais**

A empresa reconhece uma operação – remoção dos desperdícios acumulados – que resulta da sua atividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, os compradores do produto suportam quer os custos do corte, quer os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

## R) IMPARIDADE

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

## S) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data de demonstração da posição financeira e antes da data de emissão de demonstrações financeiras, que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras se materialmente relevantes.

## T) PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As IFRS requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contábilísticos, com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada no presente anexo.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

### ***Propriedades de investimento***

O justo valor da propriedade de investimento, tal como mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras, baseia-se numa valorização de um avaliador independente que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que está a ser valorizada.

### ***Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis***

A vida útil estimada e valor residual do equipamento foram determinados pela Empresa atendendo à experiência da mesma.

### ***Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores***

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa).

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### ***Impostos sobre os lucros***

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

## **U) PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO**

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

### **4 FLUXOS DE CAIXA**

Os meios financeiros líquidos (Caixa e seus equivalentes), constantes na Posição Financeira em 31 de dezembro de 2025, estão totalmente disponíveis para uso. Os meios financeiros líquidos são constituídos exclusivamente por depósitos à ordem.

## **5 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS**

### **5.1 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Unimadeiras é constituído pelas seguintes sociedades:

- Unimadeiras - Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A. – Empresa-mãe do Grupo
- Unipellets, Unipessoal, Lda.

## 5.2 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

(Euros)

<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Participação de Capital	76.251,40	76.251,40
Empréstimos Concedidos	500,00	500,00
Fundos de Compensação de Trabalho	5.986,65	5.986,65
<b>Total</b>	<b>82.738,05</b>	<b>82.738,05</b>

## 6 ATIVOS INTANGÍVEIS

A empresa detém um único tipo de ativos intangíveis, isto é, programas de computador.

Estes ativos apresentam uma vida útil de 3 anos e encontram-se atualmente, totalmente amortizados. Foi usado o método da linha reta como método de amortização.

A quantia bruta escriturada e amortização acumulada, no começo e fim do período foi a seguinte:

(Euros)

	<b>Quantia bruta Escriturada</b>	<b>Amortização Acumulada</b>	<b>Quantia bruta Escriturada</b>	<b>Amortização acumulada</b>
	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2024</b>
Programas de Computador	9.881,44	9.881,44	9.881,44	9.881,44

Não se verificou variações no valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

Não existiram movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano de 2025.

## 7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Com referência a 31 de dezembro de 2025, os ativos fixos tangíveis detidos pela Empresa podem ser apresentados conforme o quadro seguinte, sendo igualmente apresentada a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.

(Euros)

<b>Quantia Bruta Escriturada</b>	<b>2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Outros</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>2025</b>
Terrenos	3.079.930,81	-	-	-	3.079.930,81
Edifícios e Outras Construções	3.687.266,05	-	-33.980,49	-	3.653.285,56
Equipamento Transporte	461.349,76	58.250,00	-	-	519.599,76
Equipamento Administrativo	224.482,06	-	-	-	224.482,06
Equipamento Básico	115.340,80	-	-	-	115.340,80
Outros AFT	1.130,09	-	-	-	1.130,09
AFT em Curso	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.569.499,57</b>	<b>58.250,00</b>	<b>-33.980,49</b>	<b>0,00</b>	<b>7.593.769,08</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Outros</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>2025</b>
Edifícios e Outras Construções	1.226.402,14	102.535,99	-83.076,60	-	1.245.861,53
Equipamento Transporte	259.042,16	88.039,45	-	-	347.081,61
Equipamento Administrativo	191.119,93	11.280,99	-	-	202.400,92
Equipamento Básico	107.465,80	2.625,00	-	-	110.090,80
Outros AFT	1.130,09	-	-	-	1.130,09
AFT em Curso	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.785.160,12</b>	<b>204.481,43</b>	<b>-83.076,60</b>	<b>0,00</b>	<b>1.906.564,95</b>
<b>Quantia Escriturada Líquida</b>	<b>5.784.339,45</b>	<b>-146.231,43</b>	<b>49.096,11</b>	<b>0,00</b>	<b>5.687.204,13</b>

O valor das depreciações relativas a ativos fixos tangíveis pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

<b>Depreciação do exercício</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Edifícios e Outras Construções	102.535,99	102.535,99
Equipamento Transporte	88.039,45	66.399,77
Equipamento Administrativo	11.280,99	15.704,39
Equipamento Básico	2.625,00	2.625,00
Outros AFT	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>204.481,43</b>	<b>187.265,15</b>

## 8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a empresa classificou os imóveis localizados em Albergaria-a-Velha como propriedades de investimento atendendo ao uso e fim destes mesmos ativos.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas pelo justo valor, tendo sido obtidas avaliações elaboradas por peritos independente, as quais suportam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

## 9 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos são constituídos por um único grupo.

<b>Ativos biológicos</b>	<b>Produto agrícola</b>	<b>Produto pós colheita</b>
Árvores em plantação florestal	Troncos (toros)	Madeira em bruto e pasta de papel

Com base nas medidas/estimativas para determinação das quantidades de ativos biológicos na sua posse a 31 de dezembro de 2025, a Empresa apresenta o seguinte montante de ativos biológicos:

(Euros)

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ativos biológicos</b>	6.220.000,00	4 753 000,20

Os ativos biológicos foram mensurados ao justo valor, em conformidade com a IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor e a IAS 41 – Agricultura.

O justo valor dos ativos biológicos foi determinado com base em preços de mercado disponíveis ou, na sua ausência, por meio de técnicas de valorização apropriadas, considerando fatores como a maturidade, a qualidade e as condições de mercado.

Não houve lugar a colheita de produtos agrícolas durante o período de 2025.

## 10 INVENTÁRIOS

O valor apresentado em balanço corresponde a pellets em armazém contabilizado ao valor de mercado.

## 11 CLIENTES

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a rubrica de clientes apresentou uma diminuição de 3,6 milhões de euros, refletindo o normal curso da atividade da Empresa e do mercado onde a mesma atua.

No exercício de 2025, a rubrica de clientes apresenta um valor líquido de 11.423.507,54 Euros e o exercício de 2024 apresenta um valor líquido de 15.076.304,61 Euros.

## 12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

<b>Ativo</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imposto sobre o rendimento	1.007,54	104.821,31
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.483.422,67	1.769.500,88
Outras contribuições	168,01	168,01
<b>Total</b>	<b>1.484.598,22</b>	<b>1.874.490,20</b>
<b>Passivo</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imposto sobre o rendimento	47.401,49	56.279,37
Retenção de impostos sobre rendimentos	16.467,08	97.640,43
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	85.336,92	-
Contribuições para a Segurança Social	18.228,87	29.160,37
<b>Total</b>	<b>167.434,36</b>	<b>183.080,17</b>

## 13 DIFERIMENTOS

Na rubrica “Outros encargos”, foram registadas várias liquidações de IVA, apuradas pela Autoridade Tributária nos anos de 2015, 2016 e 2017, num total de 433.430,99 euros.

Perante esta realidade, a sociedade recorreu judicialmente e, nesta conformidade, criou a Provisão para Impostos no mesmo montante.

(Euros)

<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	433.430,99	433.430,99
<b>Total</b>	<b>433.430,99</b>	<b>433.430,99</b>

## 14 CAPITAL SOCIAL

A 31 de dezembro de 2025 a empresa detinha um capital social de 4.223.675 euros, representado pela emissão de 844.745 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada. De referir que em 2025 foi efetuado um aumento de capital através da emissão de 444.745 novas ações com um valor nominal de 5 euros cada.

Não existem quaisquer direitos preferenciais nem restrições associadas à distribuição de dividendos ou ao exercício do direito de voto.

Não existem ações próprias.

## 15 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a rubrica de provisões apresenta a seguinte posição:

(Euros)

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Provisão para impostos	833.430,99	-	-	-	833.430,99
<b>Total</b>	<b>833.430,99</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>833 430,99</b>

O saldo apresentado com referência a 31 de dezembro de 2025 é constituído pelas seguintes situações:

- 433.430,99 Euros referente à provisão constituída em 2015 e que foi reforçada em 2016 e 2017 por força de liquidações de IVA efetuadas pela Autoridade Tributária (AT), baseadas na não aceitação da dedução do IVA em compras a determinados fornecedores (n.º 4 do art.º 19.º do CIVA). Nessa data, a Unimadeiras apresentou recurso desta decisão da AT, por considerar inaceitáveis os motivos invocados.
- A “Madeiras Afonsos, Lda. e André Manuel Ferreira Afonso” intentaram uma ação contra a Unimadeiras, SA e o Grupo Unifloresta, exigindo a anulação da deliberação que os exclui de membros do grupo acrescidas das demais consequências daí resultantes. Dada a incerteza da decisão final aguardamos o desfecho deste processo.
- No exercício de 2024, a Unimadeiras constituiu uma provisão no montante de 400.000 euros, refletindo uma abordagem prudente face a operações comerciais cuja materialização financeira ainda apresenta incertezas. Embora esta operação possa, no futuro, revelar-se um excelente negócio, o perfil de risco associado obriga, em conformidade com a política de gestão da empresa, à provisão integral do montante envolvido. Esta provisão cobre custos operacionais associados, sendo passível de reversão total ou parcial caso os pressupostos que a fundamentam se alterem positivamente.

## 16 MATÉRIAS AMBIENTAIS

A empresa reconhece uma operação – remoção dos desperdícios acumulados – que resulta da sua atividade económica quando há lugar ao corte de árvores das suas próprias matas.

Nesta situação, são os compradores do produto a suportar quer os custos do corte, quer os resultantes da remoção dos desperdícios acumulados.

A empresa tem-se limitado a uma ação de acompanhamento das operações de forma a garantir, tanto quanto possível, a melhor preservação do meio ambiente e o restabelecimento das normais condições de exploração no futuro.

## 17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Com referência a 31 de dezembro de 2025, os financiamentos obtidos (financiamentos da Banca), considerando a sua exigibilidade, foram divididos nas seguintes categorias.

(Euros)

<b>Financiamentos Obtidos</b>	<b>2025 Não corrente</b>	<b>2024 Não corrente</b>
Empréstimos	2.347.640,03	4.073.591,07
Factoring	-	-
Outros	33.818,58	37.985,17
<b>Total</b>	<b>2.381.458,61</b>	<b>4.111.576,24</b>

<b>Financiamentos Obtidos</b>	<b>2025 Corrente</b>	<b>2024 Corrente</b>
Empréstimos/Papel Comercial	7.788.391,34	6.889.725,95
Factoring	1.440.315,19	2.656.401,62
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>9.228.706,53</b>	<b>9.546.127,57</b>

## 18 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

No exercício presente, a Empresa reconheceu impostos diferidos passivos resultantes da revalorização de ativos biológicos.

Em conformidade com a IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor, a revalorização dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos gerou uma diferença temporária tributável, levando ao reconhecimento de um imposto diferido passivo, calculado com base na taxa de imposto aplicável.

Destas avaliações resultou um valor de passivo de imposto diferido na ordem dos 2.605.467,15 euros.

## 19 FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores apresenta uma diminuição aproximada de 3,5 milhões de euros, passando de 8,5 milhões de euros no exercício de 2024 para 4,96 milhões de euros em 2025.

Esta redução é justificada por uma gestão mais eficiente do ciclo de pagamentos e do próprio ciclo de negócios da empresa.

## 20 OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Com referência a 31 de dezembro de 2025, os Outros devedores e credores podem ser apresentados da seguinte forma:

(Euros)

<b>ODC</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Outras contas a receber	329.107,88	356.457,41
Outras contas a pagar	-113.969,72	-1.678.607,69
<b>Total</b>	<b>215.138,16</b>	<b>-1.322.150,28</b>

## 21 IMPARIDADES

Com referência a 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidas imparidades relevantes sobre ativos.

## 22 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Com referência a 31 de dezembro de 2025, o rédito da empresa pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

<b>Vendas e Serviços Prestados</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Vendas	78.199.321,71	101.064.482,47
Prestações de serviços	111.146,11	234.460,45
<b>Total das vendas e prestações de serviços</b>	<b>78.310.467,82</b>	<b>101.298.942,92</b>

Apesar da redução do volume de negócios, o desempenho operacional da Unimadeiras manteve-se sólido, refletindo-se na melhoria dos rácios financeiros e na valorização dos ativos biológicos segundo a norma IAS 41 – Ativos Biológicos.

## 23 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O Custo das mercadorias vendidas e das Matérias consumidas pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

<b>CMVMC</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Existências iniciais	3.745.369,31	0,00
Compras	73.106.416,26	100.954.418,57
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	2.153.642,40	3.745.369,31
<b>Total</b>	<b>74.698.143,17</b>	<b>97.209.049,26</b>

## 24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentou uma diminuição de 103 mil euros e pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Trabalhos especializados	984.037,37	1.044.379,29
Publicidade e propaganda	285.276,02	29.347,56
Vigilância e segurança	1.112,35	1.454,74
Honorários	148.395,23	185.574,38
Comissões	23.713,71	133.271,43
Conservação e reparação	25.953,78	33.292,73
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.882,94	16.401,66
Material de escritório	13.430,83	20.144,44
Eletricidade	10.010,34	8.904,39
Combustíveis	32.695,29	43.563,47
Água	1.515,65	2.009,57
Deslocações e estadas	98.259,98	136.336,97
Transportes de mercadorias	90.448,92	267.650,73
Rendas e alugueres	183.903,91	106.942,55
Comunicação	20.354,64	24.172,66
Seguros	36.230,64	35.020,04
Contencioso e notariado	2.087,60	1.275,98
Despesas de representação	63.147,65	42.737,98
Limpeza, higiene e conforto	2.018,79	1.420,42
Outros serviços	8.110,72	16.220,75
<b>Total</b>	<b>2.046.586,36</b>	<b>2.150.121,74</b>

## 25 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal apresentou uma diminuição de 254 mil euros e pode ser apresentado da seguinte forma:

(Euros)

<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remuneração dos órgãos sociais	185.375,68	216.717,72
Remunerações do pessoal	673.153,53	886.224,23
Encargos sobre remunerações	132.093,33	142.554,07
Seguro de acidentes no trabalho	9.948,76	7.177,19
Gastos de ação social	43.167,37	46.310,15
Outros gastos com o pessoal	1.452,50	1.117,74
<b>Total</b>	<b>1.045.191,17</b>	<b>1.300.101,10</b>

## 26 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

<b>Outros Rendimentos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	177,66
Rendas	0,00	17.500,00
Correções relativas a períodos anteriores	23.405,20	0,00
Excesso da estimativa para impostos	2.191,19	0,00
Outros rendimentos e ganhos operacionais	22.997,25	169.643,37
<b>Total</b>	<b>48.593,64</b>	<b>187.321,03</b>

## 27 OUTROS GASTOS

A rubrica de Outros gastos pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

<b>Outros Gastos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Impostos	94.208,46	154.740,05
Correções relativas a períodos anteriores	3.323,19	328,59
Insuficiência da estimativa para impostos	83,75	2.256,30
Donativos	28.405,00	26.385,00
Outros	79.648,51	3.705,54
<b>Total</b>	<b>205.668,91</b>	<b>187.415,48</b>

## 28 GASTOS DE FINANCIAMENTO

A rubrica de Gastos de financiamento pode ser apresentada da seguinte forma:

(Euros)

<b>Gastos de Financiamento</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Juros de financiamento obtidos	677.742,39	1.110.263,94

## 29 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

### 29.1 PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTOS/RENDIMENTOS DE IMPOSTOS

(Euros)

	2025	2024
Impostos correntes	51.761,84	56.279,37
Imposto diferido	311.003,96	882.725,60
<b>Imposto sobre o Rendimento do Período</b>	<b>362.765,80</b>	<b>939.004,97</b>

## 30 GARANTIAS PRESTADAS

No âmbito do trabalho interno de reforço da sustentabilidade financeira da empresa, foi conduzido com sucesso um processo estratégico para a retirada dos avais pessoais dos administradores. Esta medida reduz a exposição individual, reforça a autonomia financeira da sociedade e reflete um compromisso com a consolidação de boas práticas de gestão e governação corporativa.

## 31 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Declara-se que o total dos honorários faturados durante 2025 pelo Revisor Oficial de Contas foi de 15.000 euros.

Declara-se que não existe qualquer dívida em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Segurança Social e à Autoridade Tributária.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

Não se registaram factos ambientais nem laborais dignos de relevância.

Não foram executadas quaisquer atividades de investigação e desenvolvimento.

## 32 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 02 de março de 2026.



**CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS  
DO GRUPO UNIMADEIRAS**

---

**RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL**

EXERCÍCIO 2025



**unimadeiras**  
A FLORESTA É A NOSSA VIDA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo **UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.**, que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2025 (que evidencia um total de 33.211.417,78 euros e um total de capital próprio de 12.913.626,03 euros, incluindo um resultado líquido de 585.482,03 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo **UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.** em 31/12/2025 o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

1/3

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

2/3



R. da Ferraria, n.º 74 – 4435-250 Rio Tinto Gondomar | 224803400 - 939400277 | [s.amorim.roc@gmail.com](mailto:s.amorim.roc@gmail.com)

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

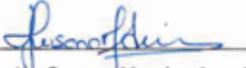
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Gondomar, 24 de março de 2026

  
Lurdes Susana Mendes Amorim  
Revisor Oficial de Contas n.º 1671  
Inscrita da CMVM sob o n.º 20161281

3/3

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e com Estatutos da sociedade, vimos submeter à apreciação dos Senhores Acionistas, o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2025 do GRUPO UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A., os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

### Relatório

No decorrer deste exercício acompanhámos com regularidade a evolução das operações e investimentos do Grupo e procedemos às verificações que considerámos necessárias ao desempenho das funções que nos estão confiadas. Efetuamos reuniões trimestrais conjuntas com o Conselho de Administração, tendo sempre obtido por partes desde Conselho e dos serviços, os esclarecimentos solicitados.

Analisamos os documentos apresentados pelo Conselho de Administração, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço Consolidado, a Demonstração de Resultados Por Natureza Consolidado, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado e os respetivos Anexos.

Apreciamos a Relatório do Revisor Oficial de Contas que integra este conselho. Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas, cuja teor estamos de acordo.

### Parecer

Face ao exposto, somos de Parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

Albergaria-a-Velha, 24 de março de 2026

CONSELHO FISCAL

  
\_\_\_\_\_  
José Joaquim da Bastos Correia – Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Manuel F. Pedrosa – Vogal

  
\_\_\_\_\_  
Lurdes Susana Mendes Amorim – Revisor Oficial de Contas



A FLORESTA É UM BEM PRECIOSO QUE TEMOS DE SABER CUIDAR.

